

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ALEJANDRA OSEJO VARONA

“NÓS, OS CAMPONESES”: TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO MOVIMENTO PELO
ESTABELECIMENTO DE *ZONAS DE RESERVA CAMPESINAS* NO NORTE DO
DEPARTAMENTO DEL CAUCA (COLÔMBIA)

Porto Alegre

2011

ALEJANDRA OSEJO VARONA

“NÓS, OS CAMPONESES”: TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO MOVIMENTO PELO
ESTABELECIMENTO DE *ZONAS DE RESERVA CAMPESINAS* NO NORTE DO
DEPARTAMENTO DEL CAUCA (COLÔMBIA)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Karl Martín Monsma

Série PGDR – Dissertação nº 134

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

O81n	<p>Osejo Varona, Alejandra “Nós, os camponeses”: território e identidade no movimento pelo estabelecimento de zonas de reserva camponesas no norte do departamento Del Cauca (Colômbia)/ Alejandra Osejo Varona. – Porto Alegre, 2011. 145 f.: il. Orientador: Karl Martín Monsma. (Série PGDR – Dissertação, n. 134).</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.</p> <p>1. Campesinato : Colômbia. 2. Identidade : Território : Campesinato. I. Monsma, Karl Martin. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.</p> <p>CDU 316.343.633</p>
------	--

ALEJANDRA OSEJO VARONA

“NÓS, OS CAMPONESES”: TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO MOVIMENTO PELO
ESTABELECIMENTO DE *ZONAS DE RESERVA CAMPESINAS* NO NORTE DO
DEPARTAMENTO DEL CAUCA (COLÔMBIA)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 1º de abril de 2011.

Prof. Dr. Karl Martín Monsma - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

UFRGS

Prof. Dr. William Hector Gómez de Soto

UFP

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela possibilidade de cursar o mestrado. À Secretaria, à equipe de professores, colegas e demais funcionários do PGDR, pelo apoio prestado durante tempo de formação.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e ao Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação PEC-PG pela concessão da bolsa que me permitiu cursar meus estudos no Brasil.

Agradeço ao meu orientador Professor Karl Martín Monsma pela disponibilidade e dedicação para mim despendida na realização da dissertação e durante o transcorrer do todo o curso.

E a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse ao fim deste caminho.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o processo de construção de identidades relacionadas aos processos organizativos de três associações camponesas que procuram a constituição de *Zonas de Reserva Campesina* (ZRC) na zona montanhosa dos municípios de Caloto, Corinto e Miranda no norte do Cauca (Colômbia). Há aproximadamente 15 anos estas associações reivindicam ante o Estado colombiano a delimitação destas reservas no que eles consideram como seu território. Estes processos organizativos se dão num contexto muito complexo, pois o desenvolvimento histórico da dinâmica econômica da zona, a qual está relacionada com a consolidação da agricultura industrial da cana de açúcar como principal atividade econômica da zona plana da região, tem gerado a exclusão econômica e política dos moradores rurais, tanto indígenas como afrodescendentes e camponeses. Como consequência, as culturas de uso ilícito, que entraram na zona desde a década de 80, têm se constituído numa alternativa de geração de renda para os pequenos agricultores da zona montanhosa, com os graves efeitos sociais, políticos e ambientais que tem esta atividade. Além disso, a intensificação do conflito armado na região faz com que as condições de vida e a permanência destas populações no seu território sejam cada vez mais ameaçadas. Neste contexto, a figura da ZRC começa a ser reivindicada por camponeses colonos na parte montanhosa da sub-região. As propostas das associações procuram negociar com o Estado colombiano uma alternativa para abordar a problemática das culturas de uso ilícito que não seja pela via da erradicação forçosa, exigindo o reconhecimento do seu território e a necessidade de um desenvolvimento próprio. Este processo tem implicado na relação das associações com diferentes níveis do Estado (municipal, departamental e nacional) a propósito dos trâmites para a constituição da zona e a negociação das estratégias de erradicação, e também a interação com outras formas organizativas da região como os *cabildos* indígenas. O objetivo principal da pesquisa é compreender os processos de identificação dos camponeses como sujeitos coletivos através de suas reivindicações pelo território e o desenvolvimento no meio das diferentes dinâmicas sociais e políticas da região, e das relações inter-étnicas com outros grupos sociais, como os indígenas. Esta pesquisa se propõe a analisar o processo de construção da identidade dos camponeses relacionados com a atuação destas associações. Interessa entender como a emergência das associações que procuram a construção das ZRC está relacionada com a construção da identidade camponesa. Esta análise é importante para compreender como é que

eles chegam a produzir o lugar das ZRC ao se apropriar de uma figura legal para lhe dar um sentido local no contexto das condições particulares da zona. Esta pesquisa foi desenvolvida no meio da elaboração dos pré-diagnósticos para a construção dos *Planes de Desarrollo Campesinos* (PDC), documentos necessários para o trâmite de conformação das ZRC perante o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER). Realizaram-se entrevistas, oficinas de identificação do território e grupos de discussão de temas relacionados à identidade e ao desenvolvimento. Argumenta-se que os processos organizativos dos camponeses relacionados com a constituição das ZRC têm gerado dinâmicas particulares da construção da identidade onde a categoria camponês está sendo constantemente redefinida. Esta é associada a outras categorias sociais como colono e *mestizo*, em contraste com outras identidades étnicas, principalmente as indígenas, e em relação ao Estado, onde se discutem e negociam diferentes formas de entender o desenvolvimento. Os dados analisados permitem afirmar que estes processos de identificação estão intimamente relacionados com as diferentes dinâmicas de luta pela terra das populações rurais. Desde a promulgação da Constituição de 1991 estas lutas se desenvolvem em relação com as reivindicações pela defesa dos territórios étnicos. Isto permite compreender de que forma a apropriação do território como coletivo por parte das associações camponesas analisadas dá conta de novas estratégias de luta pela terra, pelo território e pela construção de identidades.

Palavras-chave: Identidade. Camponeses. *Zonas de Reserva Campesina*. Desenvolvimento. Território.

RESUMEN

Esta investigación aborda la construcción de identidades políticas relacionadas a los procesos organizativos de tres asociaciones campesinas que buscan la constitución de Zonas de Reserva Campesina (ZRC) en la zona montañosa de los municipios de Caloto, Corinto y Miranda en el norte del departamento del Cauca. Estas asociaciones reivindican desde hace aproximadamente 15 años ante el Estado colombiano la delimitación de estas reservas en lo que ellos consideran *su territorio*. Estos procesos organizativos se dan en un contexto muy complejo pues el desarrollo histórico de la dinámica económica de la zona, la cual ha girado en torno a la consolidación de la agricultura industrial de la caña de azúcar como principal actividad económica de la zona plana de la región, ha generado la exclusión económica y política de los pobladores rurales, tanto indígenas como afrodescendientes y campesinos. Como consecuencia, los cultivos de uso ilícito, que entraron a la zona desde la década de los años 80, se han constituido en una alternativa para generar ingresos económicos para los pequeños cultivadores de la zona montañosa, con los graves efectos sociales, políticos y ambientales que esta actividad conlleva. Además de esto, la presencia e intensificación del conflicto armado en esta región hace que las condiciones de vida y la permanencia de estas poblaciones en su territorio se vean cada vez más amenazada. En este contexto, la figura de ZRC comienza a ser reivindicada por campesinos colonos de la parte montañosa. Las propuestas de las asociaciones buscan negociar con el Estado colombiano una manera diferente de abordar la problemática de los cultivos de uso ilícito que no sea por la vía de la erradicación forzada, reclamando el reconocimiento de *su territorio* y la necesidad de un *desarrollo propio*. Este proceso ha implicado no solo la relación de las asociaciones con diferentes niveles del Estado (municipal, departamental y nacional) en el marco de los trámites para la constitución de la zona y la negociación de las estrategias de erradicación, sino también la interacción con otras formas organizativas de la región como los cabildos indígenas. El objetivo central de esta investigación es comprender los procesos de identificación de los campesinos como sujetos colectivos a través de sus reivindicaciones por el territorio y el desarrollo en el marco de las diferentes dinámicas sociales y políticas y de las relaciones interétnicas con otros grupos sociales como los indígenas. Esta investigación se propone abordar el proceso de construcción de identidad de los campesinos relacionado con el accionar de estas asociaciones. Interesa entender cómo la emergencia de las asociaciones que

procuran la construcción de las ZRC está asociada a la construcción de la identidad campesina. Este análisis es importante para entender cómo es que ellos llegan a producir el lugar de las Zonas de Reserva Campesina apropiándose de una figura legal y dotándola de un sentido local en el contexto de las condiciones particulares de la zona. Esta investigación se realizó en el marco de la elaboración de los pre-diagnósticos para la construcción de los Planes de Desarrollo Campesinos, documentos necesarios para el trámite de conformación de las ZRC ante del INCODER. Se realizaron entrevistas, talleres de identificación del territorio y grupos de discusión sobre temas relacionados con la identidad y el desarrollo. Se argumenta que los procesos organizativos de los campesinos entorno a la constitución de las ZRC ha generado dinámicas particulares de construcción de la identidad donde la categoría “campesino” es constantemente redefinida. Esta es asociada a otras categorías sociales como *colono* y *mestizo*, en una relación constante con otras identidades étnicas, principalmente indígenas, y en contraste con el propio Estado, donde se discuten y negocian formas diferentes de entender el “desarrollo”. Los datos analizados permiten afirmar que estos procesos de identificación están íntimamente relacionados con las diferentes dinámicas de la lucha por la tierra de las poblaciones rurales, la cual, en el marco del nuevo orden constitucional que emerge con la constitución de 1991, se desarrolla desde mecanismos asociados a los territorios étnicos. Lo anterior permite comprender como la apropiación del territorio como colectivo por parte de las asociaciones campesinas analizadas da cuenta de nuevas estrategias de lucha por la tierra, por el territorio y por la construcción de identidades.

Palabras-clave: Identidad. Campesinos. Zonas de Reserva Campesina. Desarrollo. Territorio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa <i>Zonas de Reserva Campesina</i> constituídas em Colômbia 1997 - 2010.....	21
Figura 2 - Mapa localização do <i>departamento</i> do Cauca	61
Figura 3 - Pergunta de auto-reconhecimento Censo 2005 DANE	63
Figura 4 – Mapa Sub-região norte do <i>Departamento</i> do Cauca – Localização dos municípios de Miranda, Corinto e Caloto	65
Figura 5 - Mapa Localização geográfica de Caloto.....	71
Figura 6 – Mapa localização geográfica de Corinto.....	75
Figura 7 – Mapa localização geográfica de Miranda	79
Quadro 1 - Zonas de Reserva Campesina constituídas 1997 – 2010.....	20
Quadro 2 - Composição étnica da população do Cauca segundo o DANE.....	62
Quadro 3 - <i>Veredas</i> camponesas do município de Caloto.....	72
Quadro 4 – <i>Veredas</i> indígenas do município de Caloto	73
Quadro 5 - <i>Veredas</i> camponesas do município de Corinto	78
Quadro 6 - <i>Veredas</i> camponesas do município de Miranda.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC - Acción Campesina Colombiana
ACIN - Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca
ACVC - Asociación Campesina del Valle del Rio Cimitarra
ACVC - Asociación Campesina del Valle del río Cimitarra
AICO - Autoridades Indígenas de Colombia
ANUC - Asociación Nacional de Usuarios Campesinos
ANUC UR - Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción
ARS - Administradoras de Régimen Subsidiado
CODHES - Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
CONAI - Consejo Nacional de Organizaciones Agrarias e Indígenas
CRIC - Consejo Regional Indígena del Cauca
DNP - Departamento Nacional de Planeación
FANAL - Federación Agraria Nacional
FARC EP - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia Ejército del Pueblo
FEDEFIQUE - Federación de Fiqueros
FENSUAGRO - Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria
FESTRACOL - Federación Sindical Trabajadores Agrarios de Colombia
GME - Grupos Móviles de Erradicación
IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura
INCODER - Instituto Colombiano de Desarrollo Rural
INCORA - Instituto Colombiano de Reforma Agraria
JAC - Juntas de Acción Comunal
MOE - Misión de Observación Electoral
ONIC - Organización Nacional Indígena de Colombia
PCI - Programa Presidencial Contra Cultivos Ilícitos
PDA - Programa de Desarrollo Alternativo
PDC - Plan de Desarrollo Campesino
PDS - Plande Desarrollo Sostenible
PUPSOC - Proceso de Unidad del Suroccidente Colombiano

SGP - Sistema General de Participaciones

SINALTARICA - Sindicato Nacional de Trabajadores del ICA

SINTRACREDITARIO - Sindicato de la Caja Agraria

SINTRADIN - Sindicato de Trabajadores del INCORA

SINTRAIDEMA - Sindicato Nacional de trabajadores del Idema

TCN - Territorio Comunidades Negras

UAII - Universidad Autónoma Indígena Intercultural

UAF - Unidad Agrícola Familiar

UNODC - Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito

ZRC - Zonas de Reserva Campesina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ABORDAGEM TEÓRICA DA IDENTIDADE E ETNICIDADE CAMPONESA	32
2.1 AS RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS: A QUESTÃO DO PODER E O PAPEL DO ESTADO	35
2.2 IDENTIDADE: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO.....	41
2.3 RELATO METODOLÓGICO	46
3 TERRITÓRIO CAMPONÊS NO NORTE DO CAUCA	56
3.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA COLÔMBIA	58
3.2 A SUB-REGIÃO NORTE NO <i>DEPARTAMENTO</i> DO CAUCA	60
3.3 TERRITÓRIO CAMPONÊS NA SUB-REGIAO NORTE DO <i>DEPARTAMENTO</i> DO CAUCA	70
3.4 O TERRITÓRIO CAMPONÊS: COMO É DEFINIDO E DEFENDIDO?	81
4 A EMERGÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE?	87
4.1 COMO SURGIRAM AS ZRC NOS MUNICÍPIOS DE MIRANDA, CORINTO E CALOTO?	88
4.2 LEMBRANÇAS DO PASSADO	92
4.3 COMO SÃO A ZRC HOJE? RELATOS DA CONTEMPORANEIDADE.....	99
5 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO	111
5.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELO TERRITÓRIO	113
5.2 “NÓS, OS CAMPONESES”	117
5.3 OS CAMPONESES COMO GRUPO ÉTNICO: IDENTIDADES E ESTADONAÇÃO.....	119

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A - Desenhos território camponês do município de Caloto...	137
APÊNDICE B – Território camponês e território indígena em Caloto na percepção dos camponeses	138
APÊNDICE C - Desenhos território camponês do município de Corinto...	140
APÊNDICE D - Território camponês e território indígena em Corinto na percepção dos camponeses	141
APENDICE E - Desenhos território camponês do município de Miranda ...	143
APÊNDICE F - Território camponês e território indígena em Miranda na percepção dos camponeses	145

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a construção de identidades culturais e políticas relacionadas ao processo organizativo de três associações camponesas que buscam a constituição de Zonas de Reserva Campesina (ZRC), uma figura jurídica consignada na legislação agrária colombiana, no que elas afirmam que é seu território. Estas associações, localizadas no sudoeste da Colômbia e constituídas há aproximadamente 15 anos, reivindicam ao o Estado colombiano a delimitação destas reservas que são definidas na legislação agrária como “[...] um mecanismo de ordenamento do território que visa fomentar e estabilizar os territórios e as economias dos camponeses colonos” (COLOMBIA, 1997).

O objetivo principal da figura, cujo fundamento jurídico se encontra nos artigos 1, 79, 80, 81, 84 da lei 160 de 1994, é controlar a expansão inadequada da fronteira agropecuária, evitando e corrigindo os fenômenos de desigualdade na distribuição da terra e a fragmentação da pequena propriedade rural (COLOMBIA, 1994). Segundo o Acordo No. 024 de 1996 a implementação desta figura tem a finalidade de criar as condições para a adequada consolidação e desenvolvimento sustentável da economia camponesa e dos colonos de escassos recursos, regular a ocupação e aproveitamento das terras baldias, facilitar a execução integral das políticas de desenvolvimento rural, e fortalecer os espaços de encontro entre o Estado e as comunidades rurais, garantindo sua adequada participação nas instâncias de planificação e decisão local e regional.

A promulgação da figura de ZRC na legislação colombiana tem vários antecedentes. A necessidade de incluir uma ferramenta jurídica que permitisse controlar a propriedade da terra origina-se nos profundos e complexos conflitos agrários produzidos pela dinâmica da colonização. Esta é entendida como a abertura da fronteira agrícola por meio de distintos tipos de trabalhadores do campo, processo que tem determinado a maioria das dinâmicas de ocupação do território colombiano.

A colonização, seja espontânea ou dirigida pelo Estado, tem se constituído como um mecanismo que mantém intocável a estrutura agrária no interior da fronteira agrícola. Esta estrutura somente tem se modificado pela pressão dos processos de modernização, os quais também não têm ocasionado a democratização do acesso à terra e a modificação da estrutura agrária. Fajardo (1989) considera que o resultado desta dinâmica é a existência de excedentes laborais no meio rural, sendo que a única solução oferecida pelo Estado é a migração fora da

fronteira agrícola. Assim foram configurando-se zonas de colonização que geralmente não recebem os recursos e as intervenções necessárias para se consolidar como uma solução efetiva aos problemas agrários colombianos.

Além disso, os processos de colonização na história da ocupação do território colombiano geralmente estão acompanhados da violenta expansão latifundiária sobre as melhoras dos colonos, o que conduz à expulsão dos mesmos para fora da fronteira agrícola. O pesquisador Dario Fajardo (1989) tem caracterizado as particularidades deste processo na Colômbia como o ciclo “migração – colonização – conflito – migração”. Este ciclo ocorre quando a colonização, que em algumas ocasiões foi dirigida e promovida pelo Estado, é abandonada à sua própria dinâmica, geralmente acompanhada do despojo violento dos colonos das suas terras. Segundo a idéia do ciclo explicada por Fajardo, os processos de colonização trasladam seus atores no tempo e no espaço, reproduzindo as estruturas agrárias e as contradições próprias do interior da fronteira agrícola para as zonas que são colonizadas. Ele identifica que um dos traços dos processos colonizadores é a presença da organização dos colonos, fenômeno que rompe com a tradição do individualismo das sociedades de fronteira.

É assim como muitas das colonizações que foram dirigidas se transformaram em latifúndios ou empresas agrícolas, provocando a nova migração e a abertura de uma nova fronteira agrícola. Nas regiões de colonização “[...] a derrota da economia camponesa de colonização tem dado lugar sempre à concentração latifundiária da terra” (MOLANO, 2010, p. 3, tradução nossa).

Isso é o que explica o objetivo das ZRC de limitar as posses de cada proprietário a uma Unidad Agrícola Familiar (UAF¹), medida também criada na Lei 160, que determina a quantidade de terra necessária para que um núcleo familiar possa suprir suas necessidades básicas. Sua extensão é variável segundo a qualidade do solo e sua localização em relação aos mercados. Dentro de uma ZRC, um proprietário não pode acumular mais de uma UAF, e são estabelecidos mecanismos para controlar a compra e venda de propriedades. A possibilidade aberta pela implementação desta figura é de que as transações da terra sejam controladas, tanto pelas instituições do Estado como pelas organizações camponesas, paralisando o avanço dos latifúndios, defendendo a pequena e mediana propriedade, e detendo a expulsão violenta dos camponeses em direção aos centros urbanos e às regiões de fronteira da floresta, onde tendem a ser deslocados novamente. Pode se afirmar que a sua essência é que no seu interior

¹A resolução 41 de 1996 do INCORA define os tamanhos das UAFs segundo as características das zonas e o uso do solo. A UAF pode variar desde 1 hectare nas áreas de policultura intensiva até 100 hectares em áreas de pecuária como a do trópico úmido (Amazônia, o Chocó biogeográfico e no Magdalena Medio).

não é permitida a concentração da propriedade da terra, possibilitando o controle comunitário do território (MONDRAGON, 2003).

Como política pública, as ZRC foram concebidas no contexto de uma nova visão do rural frente às dificuldades resultantes da estrutura agrária colombiana e da fraca incidência dos programas de reforma agrária e da política agropecuária. Foi desenhada dentro dos paradigmas da nova ruralidade que indicam a necessidade de mudar a visão da terra, da agricultura e dos espaços territoriais rurais considerando as suas novas funções na consolidação “de uma possível via de reequilíbrio e desenvolvimento” (ORTIZ et al., 2004, p. 39).

Segundo alguns acadêmicos envolvidos na posterior operacionalização desta política pública, estas funções dos espaços territoriais rurais estão relacionadas com: a) o equilíbrio territorial para a redução da pressão sobre os recursos naturais, b) o equilíbrio ecológico e a produção de recursos e serviços ambientais, c) a produção de alimentos orgânicos, d) os usos agrários não alimentares como a silvicultura, a produção artesanal e de produtos energéticos e minerais e e) o estabelecimento de agroindústrias e empresas manufatureiras frente à diminuição das possibilidades de articulação laboral agrícola. Segundo esta perspectiva, estas funções, que precisam ser reconhecidas e articuladas através da política pública para o meio rural, requerem o manejo de recursos coletivos - como os recursos ambientais, culturais, e organizativos- que têm que ser aproveitados desde a coordenação de práticas e decisões entre os moradores rurais (ORTIZ et al., 2004).

Nas particularidades do meio rural colombiano, as ZRC foram criadas com o propósito de regular e ordenar a ocupação de terras baldias e consolidar as economias camponesas nas regiões de colonização onde a violência continua ameaçando a expulsão e o deslocamento dos camponeses. Estas seriam um instrumento que permitiria ao Estado avançar no ordenamento das zonas de colonização, proteger os espaços de reserva florestal e regular a posse das propriedades privadas naquelas áreas. O interesse central é a consolidação e estabilização das comunidades camponesas e colonas, com base nos direitos de propriedade sobre o território, o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e o apoio a processos de autogestão comunitária.

Esta figura jurídica coexiste no meio rural colombiano com os territórios coletivos de indígenas e afrodescendentes reconhecidos pelo Estado. No entanto, as ZRC não equivalem a formas coletivas da propriedade da terra, como os *resguardos*² indígenas e os *territorios de*

² O *resguardo* é uma entidade territorial reconhecida pelo Estado para a propriedade coletiva dos indígenas.

*comunidades negras*³ (TCN). Os *resguardos* indígenas vêm da época colonial espanhola, quando foram estabelecidos para a divisão de terras aos indígenas. Na época republicana, existiram iniciativas para a liquidação dos *resguardos* como entidade territorial, mas os povos indígenas do sul do país, especialmente no *departamento*⁴ do Cauca, fizeram desta instituição uma forma de organização própria para a defesa do território, a cultura e a autoridade indígena. Isso só foi possível pela resistência indígena condensada no levantamento comandado pelo indígena Manuel Quintin Lame (1916-1917) no qual se exigia a reintrodução e ampliação dos *resguardos* (ANDRADE, 2009). Os *resguardos* contam com os *cabildos*⁵ que são consideradas a forma de governo e autoridade próprios dos indígenas segundo as suas pautas e tradições culturais.

Para as outras zonas do país, a constituição dos *resguardos* se deu somente após os anos 60, a partir da promulgação da lei 135 de 1960, que determinou que as zonas ocupadas pela população indígena somente poderiam se destinar à constituição de *resguardos*. Na constituição de novos *resguardos* “[...] utilizou-se como modelo o esquema *resguardo – cabildo* indígena, desconhecendo as particularidades culturais de cada povo, o que para muitos significou a restrição da área territorial tradicionalmente ocupada e a suplantação da autoridade própria” (ANDRADE, 2009, p. 12, tradução nossa).

Hoje o *resguardo* tem um reconhecimento constitucional como uma instituição legal e sociopolítica de caráter especial, constituída por uma comunidade ou parcialidade indígena. As terras que o compõem são definidas no artigo 63 da Constituição de 1991 como inalienáveis e imprescritíveis. O tipo de propriedade é coletiva, o que implica que estas terras não podem ter titulação individual e também não podem ser vendidas.

Em relação com as comunidades negras, o reconhecimento estatal como grupo étnico se deu somente a partir da Constituição Política de 1991. Seus direitos territoriais foram estabelecidos em 1993 com a promulgação da lei 70 e regulamentados com o decreto 1745 de 1995 que determinou a constituição dos *Consejos Comunitarios*⁶ e a titulação dos *Territorios Colectivos* (TCN). Segundo esta lei, nem toda a população negra da Colômbia pode aspirar à titulação das terras coletivas, pois isto está limitado apenas para aquelas que vivem em terras baldias e tem como requisito fundamental a existência de um governo centralizado denominado *Consejo Comunitario* e a manutenção de um estilo de vida tradicional.

³ O *territorio colectivo de comunidades negras* (TCN) é a figura jurídica criada pela lei 70 para a propriedade coletiva de terras das comunidades negras.

⁴ O departamento é uma unidade administrativa da Colômbia. É uma entidade territorial que possui autonomia e exerce funções administrativas de coordenação da ação municipal.

⁵ O *cabildo* é a forma de governo das comunidades indígenas na Colômbia.

⁶ *Consejo Comunitario* é a forma de organização criada na lei 70 para as comunidades negras.

Tanto o *resguardo* como o TCN, além de serem propriedades coletivas, tem um caráter inalienável e imprescritível, e estão sob a autoridade de organizações locais (*cabildos* e *Consejos Comunitarios*) eleitas no interior da comunidade. Diferentemente dos *resguardos* indígenas, os TCN e os outros direitos da população negra na Colômbia não têm caráter constitucional, mas sim legislativo da mesma forma que as ZRC. A diferença principal das ZRC com os territórios de indígenas e afrodescendentes reconhecidos na legislação colombiana é que a propriedade da terra não é coletiva. No seu interior, as pessoas mantêm o título de propriedade individual, mas a distribuição e o acesso à terra está controlado pelas organizações camponesas e protegido pela legislação que regula as ZRC. Assim, ainda que a propriedade da terra não seja coletiva, nelas estão implicadas dinâmicas de apropriação coletiva do território.

É necessário considerar que a introdução desta figura na lei 160 tem uma relação direta com a luta de diferentes organizações camponesas. A figura das ZRC é uma reivindicação que nasceu das comunidades camponesas, mas foi se tornando complexa até adquirir o caráter de lei. (ORTIZ et al., 2004). Segundo Mondragon (2003), a prática da reserva camponesa antecede a idéia da formalização da mesma na legislação agrária, pois nasce da própria luta camponesa para deter a expansão do latifúndio sobre suas propriedades. Este autor, que tem estudado os processos organizativos dos camponeses na Colômbia, afirma que esta figura materializa a aspiração dos camponeses de desenvolver sua economia e participar decisiva e adequadamente na economia nacional. Ele acha que as lutas camponesas do século XX reivindicaram a terra não só a partir de uma visão individual, mas também dentro das dinâmicas comerciais e regionais da gestão camponesa do território.

A inclusão desta figura na lei 160, que determina o mercado assistido⁷ da terra como o mecanismo para sua redistribuição na Colômbia, se deu no contexto da mobilização social de diferentes setores agrários e a conseqüente negociação com o Estado. A implementação deste mecanismo teve, desde suas origens, a oposição do Consejo Nacional de Organizaciones Agrárias e Indígenas (CONAI)⁸. As organizações agrupadas neste conselho apresentaram um

⁷O mercado assistido de terra é uma política de compra subsidiada de terra incentivada pelo Banco Mundial, e aplicada de maneira experimental na Colômbia. Sua essência consiste em substituir a intervenção direta do Estado na redistribuição da terra pela participação de agentes privados mediante a criação de incentivos que motivem sua vinculação no mercado.

⁸ Esta coordenadora reunia as organizações agrárias Acción Campesina Colombiana (ACC), Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO) Federación Agraria Nacional (FANAL), Federación Sindical Trabajadores Agrarios de Colombia (FESTRACOL), El Común, Federación de Fiqueros (FEDEFIQUE), Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción (ANUC UR), Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), Autoridades Indígenas de Colombia (AICO), Sindicato de Trabajadores del INCORA, (SINTRADIN), 1 Sindicato de la Caja Agraria (SINTRACREDITARIO), Sindicato Nacional de trabajadores del Idema (SINTRAIDEMA) e Sindicato Nacional de Trabajadores del ICA (SINALTARICA).

projeto de lei alternativo– que incluía as ZRC– ao que estava debatendo-se no Congresso, pois consideravam que este mecanismo não conseguia deter a alta dos preços da terra e dificultaria o acesso à terra por parte de camponeses e indígenas. Assim, no meio de mobilizações e protestos, foi possível a negociação que permitiu incluir as ZRC além de outras modificações.

Durante o processo de negociação, muitos dos compromissos adquiridos pelo governo não foram cumpridos, porém foi possível incluir nos artigos 80 e 81 a figura jurídica das ZRC. Foi assim que se conseguiu criar o mecanismo jurídico na legislação colombiana que permitisse excluir algumas zonas do “livre mercado” para destiná-las aos camponeses. No entanto, apesar da urgente necessidade de implementação desta e de outras políticas e ações que fizessem frente ao despojo de terras na Colômbia, a operacionalização das ZRC tem fracassado e o deslocamento forçoso tem aumentado cada vez mais. Os dados apresentado pela *Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento* (CODHES, 2009) dão conta disso. Segundo os mesmos, o número de pessoas afetadas por este fenômeno é um dos mais altos do mundo. Desde 1985 até 2008 existiam 4.629.190 pessoas deslocadas forçosamente.

Este fenômeno está diretamente relacionado à expropriação da terra. Segundo a *Comisión de Seguimiento para la Política Pública sobre Desplazamiento Forzado* (2010), o total de áreas despojadas ou forçadas a serem abandonadas por causa deste fenômeno entre 1980 e julho de 2010 é de 6.6 milhões de hectares (sem considerar os territórios coletivos indígenas e afrodescendentes), o que equivale a 12.9% da superfície agropecuária do país. Segundo a mesma fonte, estas desocupações e abandonos forçados estão concentrados entre 1998 e 2008, período no qual foram despojados 79.3% dos 6.6 milhões de hectares. A outra parte, 15.4% ocorreu entre 1980 e 1997, e o 5.4% entre 2009 e julho de 2010.

Isso demonstra que o papel do Estado para deter os processos de concentração da propriedade por métodos violentos tem sido nulo, inclusive ocorrendo casos onde estes despojos têm sido facilitados por funcionários das instituições estatais, como o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER).⁹ No que se refere ao objeto desta pesquisa, as

⁹O Instituto Colombiano de Reforma Agraria y Desarrollo Rural (INCODER) é a entidade oficial vinculada ao Ministério de Agricultura e Desarrollo Rural que tem por objetivo executar a política agropecuária e desenvolvimento rural do Estado colombiano. Foi criado em 2002, quando foi liquidado o Instituto Colombiano de Reforma Agrária INCORA. Existem investigações e pesquisas em curso por parte da *Fiscalia* e da *Procuraduría* contra funcionários do INCODER por irregularidades na titulação de terras que foram despojadas. Segundo a legislação colombiana, se um prédio que tinha sido entregue a um camponês era abandonado por ele, este poderia ser entregue a outra pessoa. O que aconteceu foi que no contexto da expulsão violenta dos camponeses, os prédios que foram abandonados pelos camponeses se resignaram a outras pessoas. Isto hoje é reconhecido pelo governo atual. Na sua intervenção no debate de controle político que foi convocado pela Câmara de Representantes o dia 1 de setembro de 2010 o Ministro de Agricultura e Desarrollo Rural, anunciou a

ZRC, concebidas como um mecanismo para deter a expulsão de moradores do campo, não tem cumprido seu objetivo. Foram implementadas poucas delas: entre 1997 e 2002, no governo do ex-presidente Andres Pastrana, se constituíram seis zonas, que abarcaram 831.111 hectares e atingiram uma população de 74.846 pessoas (INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL, 2010). Desde 2002 até hoje, nenhuma zona foi constituída e, ao invés, uma delas – a ZRC do Valle del Rio Cimitarra - foi suspensa em 2003¹⁰(Ver Quadro 1 e Figura 1).

Departamento	Zona Geográfica	Resolução e data de constituição	Extensão (Hectares)	População	Estado
Guaviare	Municipios de San Jose del Guaviare, El Retorno e Calamar	0054 Dic-18-1997	463.600	14.054	Ativa
Caqueta	Região Rio Pato e Valle de Balsillas municipio de San Vicente del Caguan	0055 Dic-18-1997	88.401	7.500	Ativa
Bolivar	Municipios de Morales e Arenal	054- Junio-22-1999	29.110	3500	Ativa
Cundinamarca	Municipio de Cabrera	046- Nov-07-2000	44.000	9300	Ativa
Putumayo	Bajo Cuembì e comandante-municipio Puerto Asís	069- Dic-18-2000	22.000	4700	Inativa
Antioquia-Bolivar	Municipios de Yondo e Remedios en Antioquia; Cantagallo-San pablo en Bolivar	028- Dic-10-2002	184.000	35.810	Mediante Resolución 046 / 2003, do INCORA se suspende a ZRC. Em fevereiro de 2011 esta suspensão é levantada.

Quadro 1 - Zonas de Reserva Campesina constituídas 1997 – 2010

Fonte: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (2010).

revocatória de atos administrativos que expropriaram aos camponeses das suas terras por tê-las abandonado por causa do deslocamento forçado.

¹⁰ Esta suspensão foi levantada em março do 2011 por meio de um acordo do INCODER depois de 8 anos do trabalho constante da Asociación Campesina del Valle del Rio Cimitarra (ACVC) para recuperar a ZRC.



Figura 1 - Mapa *Zonas de Reserva Campesina* constituídas em Colômbia 1997 - 2010

Fonte: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (2010).

Em relação à constituição das ZRC reconhecidas legalmente pelo Estado até hoje, é preciso esclarecer que o surgimento das mesmas só foi possível devido às pressões das organizações camponesas. Como figura jurídica, esta foi introduzida em 1994, permanecendo dois anos sem aplicação, embora tivesse sido regulamentada no decreto 1777 de 1995. Foi através da pressão e das mobilizações camponesas, ocorridas em 1996, que se conseguiu a implementação das primeiras zonas. Estas mobilizações, também conhecidas como *marchas cocaleras* foram protestos contra a criminalização e o processamento jurídico dos camponeses cultivadores de coca, maconha e papoula. A magnitude destes protestos foi tal que o Estado negociou com eles a regulamentação da lei 160 em relação às ZRC. Por meio do Acordo 024

DE 1996, se definiram os passos para a solicitação da constituição das ZRC, entre os quais está a formulação dos Planes de Desarrollo Sostenibles (PDS). Os PDS fazem parte dos trâmites que devem ser elaborados em conjunto com os Consejos Municipales de Desarrollo Rural, com as instituições públicas e privadas que tenham presença na zona e com as organizações representativas dos interesses dos colonos e campesinos da zona.

Neste acordo, o Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural também autorizou a constituição das primeiras ZRC em El Pato Balsillas (*departamento* de Caqueta) e nos municípios de San Jose, Retorno e Calamar (*departamento del* Guaviare) (Ver Figura1) e se comprometeu a destinar recursos suficientes para a formulação dos PDS destas duas zonas.

Mas a constituição destas zonas era um desafio para o governo em termos de política pública para o meio rural, pois não tinha experiência suficiente. Por isso foi obtido um empréstimo do Banco Mundial para a construção de uma metodologia participativa que permitisse operacionalizar o conceito das ZRC no país. As duas zonas já constituídas e a ZRC constituída em 1999 no município de Cabrera (*departamento* de Cundinamarca) foram os projetos pilotos das ZRC executados pelo Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural através do Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA).

Estes contaram com um orçamento de 5 milhões de dólares que deveria ser utilizado em 3 anos, permitindo a formulação dos PDS das 3 zonas selecionadas. No entanto, ao finalizar o projeto piloto, estes não foram atualizados e não se vincularam diretamente com os planos de desenvolvimento municipais e departamentais (INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL, 2010). Além disso, o Estado não disponibilizou recursos suficientes para a execução dos mesmos, nem foi possível a articulação administrativa e institucional para que as ZRC cumprissem seu objetivo. No caso das ZRC de Bajo Cuembi e Comandante e Sur de Bolivar, não houve empréstimos nem projetos do tipo do Banco Mundial, razão pela qual a operacionalização da figura foi muito mais difícil.

No entanto, estes projetos pilotos financiados pelo Banco Mundial e desenvolvidos nas três zonas mencionadas foram à única possibilidade de as ZRC serem concretizadas. Com estas experiências, a figura jurídica foi reconhecida por diferentes organizações camponesas de nível nacional e local como uma conquista, sendo o único recurso jurídico que permitia a defesa de seu trabalho e de sua propriedade. As organizações camponesas do nível nacional começaram a difundir esta figura nas localidades como uma possibilidade para a defesa do território. Desde 1996, em diferentes regiões, já tinham emergido múltiplas iniciativas de comunidades organizadas que reivindicavam ao Estado a constituição dessas zonas, incorporando nas suas exigências a necessidade do reconhecimento do seu território e dos

camponeses como sujeitos políticos. No começo de 2003 o INCODER tinha 14 solicitações pendentes relacionadas à constituição das ZRC.

Mas essas não foram as únicas reações a propósito da figura jurídica da ZRC. Uma vez iniciados os tramites para o empréstimo junto ao Banco Mundial, começou a divulgação desta política pública por parte tanto das instituições do Estado relacionados à implementação da figura, como por parte das organizações camponesas interessadas na mesma. Despertou-se uma forte polêmica em torno da figura e algumas reações foram negativas. Foi o caso, entre muitos outros, de alguns pecuaristas de Puerto Lopez, no *departamento* de Guaviare, que enviaram uma carta à gerência do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA), na qual rejeitavam, de uma forma ameaçante, a possibilidade de se estabelecer uma ZRC naquele território (FAJARDO, 2000).

Os opositores ao estabelecimento desta figura - geralmente militares, fazendeiros, grandes pecuaristas e as organizações que os representam - defendiam a idéia de que esta era uma proposta da guerrilha e que as ZRC virariam *caguanes chiquitos*¹¹ ou *repúblicas independientes*.¹² Esta imagem estigmatizadora das ZRC foi crescendo durante os dois governos de Álvaro Uribe. Como já foi mencionado, entre 2002 e 2010, nenhuma zona foi constituída e, pelo contrario, no contexto de persecução e estigmatização dos camponeses e dirigentes, a ZRC do Valle del Rio Cimitarra foi suspensa.

O ex-presidente Álvaro Uribe terminou seus dois mandatos com uma atitude hostil frente às organizações camponesas e agrárias em geral. Nenhuma negociação entre estas e o governo foi possível nestes oito anos e o tema da constituição das ZRC não foi discutido nem incluído na agenda da política pública para o meio rural, que se orientou principalmente ao apoio da agricultura empresarial.

No entanto, a pesar da estigmatização e a falta de interesse do governo nestes períodos, a figura e a disputa pelo reconhecimento político da mesma ainda continuou

¹¹A expressão *caguanes chiquitos* faz referencia à zona de distensão conhecida como Zona de despeje de San Vicente del Caguán ou El Caguan; criada pelo governo do presidente Andrés Pastrana para adiantar um processo de paz com as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). A força pública saiu da zona e a guerrilha tinha o controle da mesma. Depois da ruptura dos diálogos, em 2002, foi retomada pelas forcas militares. *Chiquito* quer dizer pequeno em espanhol.

¹² A expressão *repúblicas independientes* faz referencia às zonas onde se estabeleceram os primeiros núcleos da guerrilha comunista e liberal a partir de 1953 na região de Marquetalia, Riochiquito, Guayabero e El Pato, onde, além do controle militar destes grupos armados, existia uma administração civil do território. O governo definiu estas zonas como *repúblicas independientes* e acusou estas guerrilhas de separatistas. Na década de 1960, com a ajuda estadunidense, se desenvolveu o Plan Laso que pretendia acabar com estas guerrilhas. No entanto, apesar da arremetida militar em 1964 contra a denominada Republica de Marquetalia, não conseguiram esse objetivo. É depois deste evento, quando os guerrilheiros dispersados pela ação militar que se internam no mato se reúnem (em 30 de maio de 1964) para criar oficialmente o Bloque Sur, que houve a primeira insurgência guerrilheira do Partido Comunista de Colombia, de onde nasceriam depois, no ano de 1966, as FARC.

presente nas reivindicações das organizações camponesas, e hoje é ainda considerada como uma possibilidade de defesa do território. Isso foi percebido no trabalho de campo desta pesquisa, quando foi possível participar do *I Encuentro de Zonas de Reservas Campesinas*, realizado em agosto de 2010. Neste encontro confluíram as associações campesinas das zonas já construídas e aquelas que estão procurando a criação destas no seu território, além de acadêmicos, pesquisadores, ONGs nacionais e internacionais, e delegados das instituições governamentais relacionados com a questão rural, como o Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural e o INCODER.

Este evento foi desenhado como um espaço de encontro e articulação das organizações envolvidas com a figura da ZRC, assim como para a socialização da mesma com organizações interessadas em articular seus processos a esta figura. Foi convocado pela Asociación Campesina del Valle del río Cimitarra (ACVC) e a Ong Humanidad Vigente, respaldadas pela Corporación Programa de Desarrollo y Paz del Magdalena Medio e financiada pela Ong Manos Unidas (Espanha).

Segundo a convocatória deste evento, o objetivo do encontro foi posicionar a ZRC como uma figura de desenvolvimento rural, ordenamento e planejamento territorial que permite construir, a partir da região, alternativas para o desenvolvimento integral das comunidades camponesas. A proposta era de intercâmbio de experiências de implementação e desenvolvimento das ZRC para identificar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das ZRC já constituídas e as ações necessárias para o trâmite exitoso das solicitações existentes. Também se procurava conhecer as experiências das ZRC de “fato”, que são aquelas que não estão reconhecidas pelo Estado, mas que tem legitimidade na localidade.

O evento contou com a participação de aproximadamente 300 camponeses integrantes de organizações vinculadas com a figura. Estiveram presentes representantes de duas das zonas já constituídas e integrantes de associações e organizações de zonas que estão em processo de constituição ou que estão explorando a possibilidade de se constituir como tais. O evento deu visibilidade às problemáticas que o setor camponês enfrenta e que ameaçam os territórios que eles afirmam defender. Foi analisada a desarticulação dos processos organizativos em algumas regiões pelas ameaças dos grupos paramilitares e o temor que existe nos camponeses pelas represálias que o governo possa tomar com os processos organizativos. Denunciou-se também a situação de extrema pobreza que caracteriza os territórios camponeses e os impactos negativos para os moradores rurais das políticas de erradicação forçosa de culturas de uso ilícito, entre elas as fumigações.

A participação no evento como parte do processo de pesquisa permitiu perceber o contexto nacional das reivindicações camponesas por esta figura jurídica. As denúncias mais recorrentes tratam de violações dos Direitos Humanos, como assassinatos seletivos, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, montagens judiciais, deslocamento forçado e a estigmatização dos camponeses como guerrilheiros e delinquentes. Estas violações são atribuídas principalmente às Fuerzas Militares, especificamente ao Ejército Nacional que, segundo as denúncias, em algumas zonas opera de maneira conjunta com grupos paramilitares. Estas situações foram definidas na plenária final do evento como uma estratégia de despojo dos territórios camponeses para a implementação de megaprojetos agroindustriais, mineiros e de infraestrutura.

Também foi mencionada neste evento a problemática política, jurídica e cultural que afrontam algumas comunidades camponesas em territórios compartilhados com comunidades indígenas e afrodescendentes, por conta do tratamento diferencial que estes grupos têm na questão do acesso à terra, saúde e educação. Mencionaram-se as tensões que estão sendo geradas por causa da administração dos serviços de educação e saúde por parte de algumas organizações indígenas e as disputas territoriais em algumas zonas – sobretudo no sudoeste do país - onde a ampliação dos *resguardos* indígenas se sobrepõe à existência de comunidades camponesas.

Neste encontro foi possível perceber a importância das ZRC na agenda política dos processos organizativos camponeses e como esta é articulada no que eles denominam a defesa do território. Como já foi mencionado, além do intercâmbio das experiências de implementação das zonas até hoje constituídas, foi possível apreciar outras experiências que, apesar de não possuírem o reconhecimento do Estado, têm desenvolvido processos locais importantes ao redor da figura. As diversas complexidades de cada experiência organizativa ficaram evidentes nos testemunhos dos delegados, o que indica a necessidade de compreender as dinâmicas regionais nas quais as diferentes organizações de camponeses buscam a constituição das zonas.

Este é o caso das três associações objetos desta pesquisa: as Asociaciones Pro-constitución de Zona de Reserva Campesina dos municípios de Miranda, Corinto e Caloto, localizadas na zona norte do *departamento* do Cauca, ao sudoeste da Colômbia. Este se caracteriza por ser tipicamente rural, com uma histórica presença do latifúndio colonial e de formações econômicas mais recentes como a agroindústria da cana. Sua estrutura agrária apresenta uma alta concentração da propriedade da terra em poucas mãos. Este *departamento* é um dos que possui mais população auto-reconhecida como indígenas e afrodescendentes.

Além disso, é uma região com uma forte presença do conflito armado que, ancorado nas profundas desigualdades sociais e na pobreza na região, se intensifica cada vez mais.

As associações pesquisadas se definem a si mesmas como camponesas em contraste com os indígenas e afrodescendentes que também habitam a região. Estas associações reúnem algumas famílias que reivindicam a identidade camponesa e que têm optado por constituir processos organizativos cujo fim é “estabelecer propostas de constituição das mencionadas zonas como meio de fomentar suas economias, reafirmar sua condição identitária, proteger e gerir autonomamente o território, assim como procurar alternativas e iniciativas que melhorem suas condições de vida” (ASOCIACIÓN PRO-CONSTITUCIÓN DE LA ZONA DE RESERVA CAMPESINA DEL MUNICIPIO DE MIRANDA, 2010). É importante apontar que nem todas as famílias que não se reconhecem como indígenas ou afrodescendentes fazem parte destas associações, mas elas reúnem uma parte importante da população rural da zona norte do Cauca.

Estes processos organizativos, iniciados aproximadamente em 1998, se desenvolveram num contexto muito complexo. As culturas de uso ilícito que entraram na região desde a década de 80, primeiro a maconha e depois a coca, já tinham se constituído como a principal fonte de receita dos camponeses, logo após a queda dos preços do café, principal produto de articulação com o mercado destes agricultores. Junto com estas culturas e sua comercialização veio a perseguição, a repressão estatal, as fumigações como parte das políticas de erradicação forçada e conseqüentemente a estigmatização dos habitantes da região.

Nos anos 90, a agricultura de cana, que iniciou na região nos primeiros anos do século XX, continuou se expandindo na zona plana destes municípios motivada e apoiada pela política pública do governo nacional. Especificamente, os processos de industrialização promovidos pela lei Paez, que surgiu como uma medida do governo para beneficiar as comunidades afetadas pela enchente do rio Paez¹³ outorgando isenções tributárias e benefícios às empresas estabelecidas ou por se estabelecerem na região, não se traduziu em benefícios para os pequenos agricultores indígenas, camponeses e afrodescendentes. As medidas fiscais estabelecidas por esta lei geraram as condições propícias para o estabelecimento de empresas na zona e trouxe como efeito o aumento das culturas de cana de açúcar e das empresas agroindustriais. No entanto, isto não melhorou as condições de vida das comunidades rurais da região, pois, apesar da geração de emprego, quem mais se beneficiou do acesso aos

¹³A enchente do rio Paez, ocorrida em 1995, causou a morte de 1.000 pessoas e afetou a toda a população que morava perto do vulcão Nevado del Huila, principalmente os indígenas Nasa, muitos dos quais tiveram que ser re-aloçados. O Estado colombiano promulgou a lei 218 de 1995 com o objetivo de atrair o investimento privado no norte do departamento, onde foram localizadas algumas das comunidades afetadas pelo desastre natural.

mesmos foram pessoas de maior escolaridade provenientes do *departamento* do Valle de Cauca.

Segundo a ONG IKV Pax Christi (2008) a instalação e o crescimento das empresas propiciaram a chegada de grupos paramilitares que se estabeleceram na região para proteger os interesses territoriais das mesmas, ocasionando a reação da guerrilha das FARC que tem presença na zona. Isto aumentou o conflito armado na região e os moradores do norte do Cauca ficaram no meio dos confrontos e sem melhoras nas suas condições de vida. Além disso, a chegada do investimento empresarial na zona teve como consequência a especulação e a alta dos preços da terra, constituindo-se um obstáculo para as comunidades e famílias que aspiravam ter acesso à mesma.

No meio destas condições, as ZRC começam a ser reivindicadas pelas associações como um elemento de diferenciação no contexto das interações de algumas famílias camponesas, migrantes de diferentes fluxos de colonização na zona, com os *cabildos* indígenas da região, as populações afrodescendentes localizadas nas zonas mais planas e com o Estado no nível municipal, governamental e nacional. As propostas das associações, que emergiram de outras formas organizativas que reivindicavam principalmente o direito a terra dos camponeses colonos, procuram uma maneira diferente de abordar a problemática das culturas ilícitas que não seja pela via da erradicação forçada e das fumigações, reivindicando o reconhecimento e respeito do seu território e a necessidade e o direito a um desenvolvimento próprio.

Assim, no decorrer da última década, a figura de ZRC foi tomando força para algumas famílias como um referente identitário coletivo frente a outros grupos de população, e também frente à administração municipal e departamental. Até hoje o território não tem sido reconhecido legalmente pelo Estado colombiano através do INCODER, as ZRC existem de “fato”, tanto para os camponeses como para os outros grupos sociais que com eles interagem.

Esta pesquisa se propõe a entender o processo de construção da identidade nos integrantes das Asociaciones pro-constitución das Zonas de Reserva Campesina dos municípios de Corinto, Caloto y Miranda. Espera-se entender qual é a visão de desenvolvimento e a definição de território dos camponeses que fazem parte das associações e como suas reclamações dão conta das percepções identitárias diferenciadas no meio rural da zona norte do *departamento* do Cauca. Interessa entender como é que eles chegam a produzir o lugar da reserva camponesa tendo como base os referentes identitários camponeses, apropriando-se de uma figura descrita na legislação colombiana - que tem origem em

processos organizativos de outra região da Colômbia - mas que toma um sentido local no contexto das condições particulares da zona.

Em termos gerais espera-se dar conta dos processos de identificação dos camponeses como sujeitos coletivos através das suas reivindicações pelo território e o desenvolvimento próprio no meio dos diferentes processos políticos e as relações interétnicas que têm determinado a história desta região do país. Estes processos estão intimamente relacionados com a luta pela terra das populações rurais e, portanto, com a definição do território.

Interessa analisar como o processo organizativo dos camponeses em torno da constituição das ZRC tem gerado dinâmicas de construção da identidade, onde a categoria “camponês” é constantemente redefinida associada a outras categorias sociais como “colono” e “*mestizo*”¹⁴, numa relação constante com as identidades étnicas indígenas e afrodescendentes, e em contraste com o próprio Estado, onde se discutem e negociam formas diferentes de entender o desenvolvimento.

Esta negociação se dá a propósito da implementação de políticas de erradicação das culturas de uso ilícito na zona montanhosa destes municípios. A política do Estado colombiano contra as culturas de uso ilícito estão contidas no Programa Presidencial Contra Cultivos Ilícitos (PCI) da Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional (*Acción Social*). Este programa obedece ao cambio de estratégia de aspersão aérea com glifosato¹⁵ - que tem ocasionado efeitos negativos na saúde das pessoas, nas culturas alimentícias e no ambiente - para a erradicação manual. Desde 2005 a erradicação manual está sendo promovida e as aspersões viraram um instrumento complementar da política antidroga. Hoje, o PCI contempla duas estratégias para a erradicação: a Estrategia de Erradicación Manual Voluntaria e a Estrategia Manual Forzada.

A Estrategia de Erradicación Manual Voluntaria se desenvolve como política pública desde 2003 e contempla o Programa de Desarrollo Alternativo (PDA¹⁶) que tem o objetivo de

¹⁴Nesta pesquisa se usará o termo *mestizo* para se referir à categoria social que denota ascendência ameríndia e europeia. Não é traduzido ao português por que o sentido da palavra muda.

¹⁵O glifosato é um herbicida não seletivo de amplo espectro desenvolvido para a eliminação de ervas e arbustos. Este é o princípio ativo do herbicida Roundup.

¹⁶O PDA contempla dois programas: Programas Familias Guardabosques e Proyectos Productivos. A implementação destes programas depende do compromisso dos cultivadores com a erradicação manual voluntária e o início de atividades para a prevenção e substituição destas culturas. Somente sob estas condições é co-financiada, pelo programa de Proyectos Productivos, a implementação de projetos agrícolas e agro-florestais de mediano e longo prazo como cação, borracha, palma de azeite, cafés especiais e culturas florestais. Nos últimos anos também se implementaram projetos de apicultura, piscicultura, cana, turismo rural e artesanato. O modelo vigente destes projetos é o de Alianças Produtivas. Este modelo procura envolver a cooperação internacional e o setor privado para viabilizar os projetos produtivos que se ajustem nas linhas produtivas priorizadas no PDA segundo os critérios técnicos, econômicos, financeiros e ambientais. Assim, os projetos são financiados com aportes não reembolsáveis de até 40%. O Programa de Família Guardabosques (PFGB) consiste

contribuir para a diminuição da oferta de drogas ilegais e a consolidação de áreas livres de culturas de uso ilícito mediante a implementação de processos de desenvolvimento integral e sustentável nas áreas focalizadas pelo PCI.

O segundo componente do PCI é a *Erradicación Manual Forzosa* que geralmente é feita nas zonas onde o Estado não tem conseguido negociar uma erradicação voluntária. É realizada pelos Grupos Móviles de Erradicación (GME) que são grupos de 30 pessoas integrados por *desmovilizados*¹⁷ dos grupos insurgentes ou paramilitares e camponeses. Estes GME entram nas zonas onde se detecta a presença de culturas de uso ilícito com a proteção da Policía Nacional, o Ejército Nacional e/ou a Armada Nacional. O processo é acompanhado por monitores do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para realizar a medição dos cultivos erradicados.¹⁸

Estes grupos fazem uso de três métodos diferentes para erradicar as culturas: a erradicação à mão, que consiste no uso da força física do operário para desprender a planta do solo, a erradicação manual com ferramentas que permitem desenterrar as plantas e a erradicação por fumigação, com o uso de glifosato. A extensão desta estratégia de *Erradicación Manual Forzosa* cobre 15 departamentos (Antioquia, Boyacá, Caldas, Cauca, Cesar, Córdoba, Cundinamarca, Guajira, Huila, Magdalena, Nariño, Norte de Santander, Tolima, Santander y Putumayo) e áreas de *Parques Naturales Nacionales*.

As associações da zona norte do Cauca não aceitam a *Erradicación Manual Voluntaria*, pois acham que as propostas de *Acción Social* no Programa de Desarrollo Alternativo (PDA) não conseguiriam estabilizar suas condições de vida depois da erradicação das culturas. Segundo eles, os projetos produtivos não contemplam a solução das causas estruturais da problemática que eles enfrentam em relação à produção agrícola e os Programas de Familias Guardabosques, por ser uma bolsa sem outro mecanismo de continuidade, também não muda definitivamente a sua situação de pobreza nem supre as suas necessidades. Além disso, estes programas implicam aceitar a entrada das Fuerzas Militares e da Policía na zona, o que, no contexto de enfrentamento constante com as FARC os deixaria numa posição vulnerável em meio ao conflito.

numa bolsa que se outorga a famílias que se comprometem previamente com a erradicação das culturas de uso ilícito previamente.

¹⁷Entende-se por *desmovilizados* as pessoas que têm abandonado de maneira voluntária alguns dos grupos armados ilegais.

¹⁸O processo de erradicação começa com o planejamento das operações, o que requer uma análise e seleção das zonas baseada nos dados do Sistema de Información Geográfico do GME. Depois são contratados os recursos humanos e físicos requeridos em cada zona e feita uma análise das condições de segurança e ordem pública. Se a análise é favorável se realiza o ingresso nas zonas para começar a erradicação.

Por isso eles só aceitariam uma substituição gradual e negociada das culturas de uso ilícito, condicionada à elaboração e execução de Planes de Desarrollo Campesinos (PDC) os quais e equivalem aos PDS que a legislação colombiana determina como requisitos para a constituição das ZRC. A proposta que as associações levam para as prefeituras, a governo do Cauca e Acción Social, é o apoio para a formulação destes planos, sendo este o primeiro passo para a substituição das culturas de uso ilícito.

Esta pesquisa se insere na conjuntura desta negociação. No momento em que a pesquisa de campo começa, a dinâmica do trabalho das associações está orientada à construção desta proposta para a negociação com o Estado. Esta interação das associações com o Estado a propósito da negociação da substituição das culturas de uso ilícito se dá no nível municipal com a interação nas prefeituras, departamental ao se relacionar com o governo do Cauca e nacional pelas conversações adiantadas com Acción Social.

No momento em que começou o trabalho de campo (janeiro de 2010), a dinâmica das associações estava em torno das diferentes reuniões com a prefeitura dos municípios, a governo do Cauca e Acción Social. O objetivo era evitar a erradicação forçada e chegar a um acordo sobre a substituição gradual das culturas. Para isso, tinham elaborado uma proposta para a construção dos PDC onde se estabelecia os objetivos, a metodologia e o orçamento necessário para a elaboração dos mesmos. Mas a negociação fracassou e não foi possível conseguir do Estado os recursos necessários para a elaboração dos PDC. No entanto, as associações insistiram na necessidade da construção destes planos, e decidiram investir seus esforços na elaboração dos mesmos.

Esta pesquisa se insere na elaboração do pré-diagnostico destes planos. Como será explicado com maior profundidade no capítulo 2 desta pesquisa, o eixo central da metodologia desta pesquisa foram oficinas, desenhadas com o duplo fim de consolidar este pré-diagnostico e atingir os objetivos analíticos propostos na pesquisa. Neste capítulo também se encontrarão as bases teórica que sustentam este trabalho e a revisão de literatura que permitiu inseri-lo nos debates contemporâneas da antropologia.

No capítulo 3 se abordará a análise da construção do território camponês. O objetivo é apresentar a delimitação que os camponeses fizeram nas oficinas dos seus territórios e as explicações que eles dão para os limites dos mesmos. Isto permitirá entender como o que eles denominam como “nosso território” é definido e delimitado por eles numa relação constante com os *cabildos* indígenas e os territórios que são definidos como próprios por estas organizações indígenas. Para conseguir apresentar os resultados das oficinas se explicará a divisão territorial da Colômbia, esclarecendo as categorias territoriais de *departamento*,

município, *corregimiento*¹⁹ e *vereda*²⁰. Também se apresentarão algumas generalidades da sub-região norte do Cauca, sobretudo em relação à composição étnica da população a partir do que é determinado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). Serão apresentadas também as características geográficas e uma breve resenha do povoamento da sub-região. Para conseguir entender a inter-relação entre os resguardos e as ZRC também se descreverão os mecanismos legais relacionados com os territórios coletivos para comunidades indígenas e afrodescendentes.

No capítulo 4 se abordará o processo de constituição das associações e a relação encontrada com a construção da identidade camponesa ao redor da figura jurídica das ZRC. A pesquisa destes processos permitirá entender como são construídos os limites da comunidade camponesa como grupo étnico. Serão considerados os relatos que foram construídos nas oficinas sobre a criação das associações, retomando as lembranças do passado que explicam a presença camponesa na zona norte do *departamento* do Cauca e que legitimam as reivindicações pelo território camponês. Associado a esses relatos do passado, serão expostas as leituras da contemporaneidade a partir da caracterização que fazem os camponeses das principais problemáticas do território.

No capítulo 5 se analisarão os elementos mobilizados pelas associações ao redor dos PDC em relação com as definições do que é considerado desenvolvimento por eles, e o que é definido como “camponês”. Serão apresentados os resultados dos grupos de discussão realizados nas oficinas com o fim de caracterizar os elementos mobilizados na construção do “nós, camponeses” como grupo étnico na reivindicação do direito ao território e ao desenvolvimento próprio.

¹⁹ *Corregimiento* é uma unidade administrativa para o setor rural na Colômbia a nível municipal. Abarca várias *veredas*.

²⁰ *Vereda* é a unidade básica de manejo e divisão territorial político-administrativa localizada na área rural

2 ABORDAGEM TEÓRICA DA IDENTIDADE E ETNICIDADE CAMPONESA

Neste capítulo serão expostos os elementos teóricos e metodológicos que norteiam esta pesquisa. Inicialmente se estabelecerá a perspectiva teórica pela qual se optou, explicando o referencial teórico e a revisão da literatura que permitiu abordar analiticamente o problema de pesquisa e inseri-lo nos debates contemporâneos da antropologia. Na segunda parte se apresentará um relato sobre as condições do trabalho de campo e como a interação de múltiplos fatores foi construindo, no decorrer do campo, a metodologia de pesquisa utilizada.

Esta pesquisa sobre a conformação da identidade camponesa na zona norte do *departamento* do Cauca e sua relação com a figura jurídica das ZRC pretende se inserir nos debates contemporâneos sobre a identidade e a etnicidade. Analiticamente se propõe compreender como são construídos os limites da comunidade camponesa como grupo étnico em relação à conformação das ZRC. Este objetivo se insere nas pesquisas que investigam os processos de construção e permanência dos grupos étnicos considerando-os como construções sociais, o que permite desnaturalizar as classificações dos mesmos como unidades fechadas, cuja particularidade foi explicada por muito tempo na literatura antropológica pelo seu isolamento, seja geográfico ou econômico.

Assim, a delimitação e construção das fronteiras dos grupos étnicos estariam dadas pela interação das diferenças, as quais são apropriadas por eles para a sua diferenciação. Em relação a isto, é importante considerar o aporte de Fredrik Barth (1976) que permitiu a compreensão de que os grupos étnicos não se distinguem entre si só por um conjunto fechado de aspectos culturais. Segundo seus estudos, estes aspectos são mobilizados e deslocados nas relações de interação intergrupais. O ponto central nesta questão é que não são os traços culturais nem as variações deles que determinam a existência e diferenciação dos grupos. É a interação.

Estes aportes permitem romper com o essencialismo de algumas abordagens analíticas dos grupos étnicos que os definem em função de propriedades particulares e imóveis, transmitidas pela herança cultural que determinariam formas de comportamento e práticas sociais imutáveis. Isto permite que, atualmente, o questionamento não seja feito unicamente pelos conteúdos culturais em si, mas sim em relação à emergência e permanência das categorias étnicas.

Esta perspectiva é complementada pelo questionamento da relação entre as interações interétnicas e a sociedade maior. Neste sentido, os trabalhos de Cardoso de Oliveira (1982) permitem localizar as interações dos grupos étnicos numa estrutura social dominante, no processo de construção de relações de classes que outorga a cada grupo um lugar na estrutura social para garantir as condições de reprodução da cultura hegemônica.

Seguindo a conceitualização de Bari (2002), o grupo étnico pode ser considerado como uma organização social local caracterizada a partir de normas de auto-inclusão e atribuição por outros, orientada por um sistema de valores que se dinamiza por práticas de produção e reprodução da vida social e material. Isto seria o que ordena as relações internas e externas, construindo os limites do grupo.

A idéia anterior implica que a definição dos limites do grupo está diretamente relacionada com processos de identificação. A identidade será definida, para os fins desta pesquisa, como um processo de construção social da diferença onde a etnicidade tem um papel central. A construção da identidade será entendida como um processo que se caracteriza por ser dialético, onde se deve considerar tanto as auto-definições como as definições feitas por outros na construção do “nós”. Neste processo articulam-se múltiplas propriedades das quais a étnica é uma delas. Estas definições fazem parte das adscrições identitárias, porém estas não estão isoladas, pois é impossível conceber a vida social sem o conhecimento e sem as definições de quem somos nós e quem são os outros, o que se faz sob a base do estabelecimento de relações de semelhança e diferença. Estas elaborações correspondem ao que Jenkins (1996, p. 20) tem chamado de “a interna e externa dialética da identificação”. É o processo de constituição da identidade que mistura de maneira simultânea a autodefinição com as definições feitas pelos outros.

O grupo étnico se define por meio da construção de identidades étnicas para categorizar-se, na sua interação, a si mesmo e aos outros. Esta perspectiva analítica das identidades e dos grupos étnicos implica um afastamento da concepção unitária e fechada dos mesmos. Segundo Oliveira (1971), a identidade étnica é um tipo de identidade social que se transmite mediante mecanismos ideológicos e se constrói na vida cotidiana. É desse jeito que a identidade individual e a identidade coletiva articulam-se, ao se transmitir a memória histórica e visão de mundo. É nesses pontos de inflexão e articulação que se desenvolvem os processos identificatórios relacionados com a etnicidade. Assim, poder-se-ia afirmar que a identidade e a etnicidade partem da relação ou tensão nós/eles excludente.

As reflexões teóricas expostas até aqui permitem afirmar que ao avançar na análise de um grupo étnico se faz necessário entender sua existência relacionada não só com outros

grupos mas também na interação com uma estrutura maior hegemônica. Assim, os processos de identificação e adscrição não estão determinados somente pelas características culturais primordiais que a teoria antropológica tentou atingir durante muito tempo. As pesquisas pela identidade devem considerar seu caráter relacional e a alteridade como a contraparte da mesma. Isto é, a identidade étnica surge por oposição no contato entre grupos étnicos e entre estes e as sociedades nacionais.

Em relação à questão anterior, Bari (2002) faz referência a duas esferas diferentes, que embora não estejam isoladas uma da outra, convêm separá-las analiticamente: as relações intra-étnicas que remetem à ordem familiar, de classe, de gênero e se caracterizam por não serem homogêneas, e as relações inter-étnicas, onde se dá a auto-inclusão no grupo e também a inclusão por outros. São nestas relações onde se constroem os limites étnicos, na dinâmica da interação contrastante.

Estas bases teóricas permitem determinar o sujeito desta pesquisa. As associações pró-constituição das ZRC da zona norte do *departamento* do Cauca estão em constante interação com outros grupos étnicos, sendo essa interação o que constrói os limites do grupo. Neste caso, a interação mais forte se dá com as comunidades indígenas, organizadas politicamente em *cabildos* e que tem o *resguardo*¹ como forma de organização territorial. Eles compartilham a parte montanhosa dos três municípios. Com as comunidades afrodescendentes a interação é menor, pois a localização delas na parte plana, os mantém mais afastados.

A emergência das associações é explicada pelos camponeses devido à necessidade de “proteger seu território” e de “resgatar a identidade camponesa”² tarefa a qual se propõe a criação das ZRC. A definição desse território se dá em contraste com o *resguardo* como entidade territorial indígena e a identidade camponesa, o *ser camponês*, é definido em relação com os vizinhos indígenas. Assim ZRC e *resguardo*, formas territoriais definidas na legislação colombiana, se mobilizam na definição dos limites dos grupos étnicos.

Esta pesquisa se propõe a entender como são construídos esses limites, tanto identitários como territoriais, no caso da comunidade camponesa na interação com as comunidades indígenas organizadas nos *cabildos* e que reivindicam o *resguardo* como seu território. Mas se entendemos, em relação às reflexões teóricas anteriores, que as relações inter-étnicas são produto das situações nas quais intervêm os grupos sociais com razões e

¹ A definição e descrição de *resguardo* e *cabildo* e as interações com as associações camponesas e as ZR na zona norte do departamento do Cauca vão ser aprofundadas no capítulo 3.

² A proteção e defesa do território e o resgate da identidade camponesa é uma referência constante nas entrevistas aos camponeses associados e nos grupos focais realizados nas oficinas. Estas questões serão aprofundadas no capítulo 4

propósitos diversos e relações de poder assimétricas, se faz necessário incluir nesta análise as relações de dominação e sujeição que dão conta do processo de interação entre os grupos sociais, e destes com a estrutura maior, neste caso o Estado.

Assim, a delimitação da fronteira étnica dos camponeses e dos indígenas está ligada necessariamente às múltiplas relações, contrastantes e contraditórias entre eles, e deles com o Estado-nação. Isto torna necessário que o processo de construção da identidade camponesa ao redor do processo organizativo das associações seja analisado considerando-se dois eixos centrais: 1) as relações inter-étnicas em relação à questão do poder e o papel do Estado e 2) a concretização destas relações na definição do território camponês, produto da atuação das associações e da suas reivindicações pelo desenvolvimento, entendendo este como o campo de tensão onde se negocia o futuro do território.

2.1 AS RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS: A QUESTÃO DO PODER E O PAPEL DO ESTADO

É possível então afirmar, de acordo com Oliveira (1982), que toda forma de organização social, no interior de uma estrutura social dominante, é produto de um processo de constituição de relações de poder, que se instala em cada grupo na estrutura social e garantem as condições de reprodução da cultura hegemônica. Segundo Jenkins (1996, p. 25), “[...] as identidades sociais são adquiridas, atribuídas e reivindicadas dentro de relações de poder. A identidade é algo que se disputa e com a qual se propõem estratégias: é meio e fim da política”. Por isso, para este autor, são tão significativos os processos nos quais as pessoas adquirem as identidades com as quais são designadas.

A análise das relações de poder na construção das identidades está presente na discussão teórica contemporânea sobre etnicidade e identidade. Neste sentido, a etnicidade é entendida como uma série de estratégias desenvolvidas pelos distintos grupos étnicos envolvidos na definição da sua territorialidade. Se relacionamos a etnicidade com o processo de construção da identidade na interação dos grupos étnicos- tanto nos níveis intra-étnicos como inter-étnicos - e com a estrutura dominante, se entenderá que esta possui um caráter processual e dinâmico, e é o resultado da interação das relações étnicas. Assim, as reivindicações dos direitos territoriais e a preservação das expressões socioculturais são centrais na análise da etnicidade.

Estas reivindicações territoriais, exemplificadas nesta pesquisa nas reclamações dos camponeses pela constituição das ZRC e nas reivindicações dos indígenas pela constituição e ampliação dos *resguardos*, se dão dentro do exercício do poder do Estado e suas políticas da diferença. Diversos estudos demonstram que estes processos estão imersos em relações de poder associados à formação do Estado-nação nos seus diferentes níveis e são inseparáveis da construção da ordem da política (BOLIVAR, 2006).

Isto nos permite concluir que a identidade se constrói a partir da diferença, sendo esta determinada pela historicidade das relações dos grupos minoritários com a estrutura da sociedade global onde surge o distintivo do étnico. Assim estas relações devem ser analisadas considerando o Estado como um ator, levando em conta que a compreensão da constituição das identidades deve reconhecer os mecanismos de prejuízo e discriminação que geram identidades politicamente estigmatizadas.

Neste sentido, as interações das questões de raça e de mestiçagem, na definição dos limites da comunidade camponesa, têm sido central na construção do coletivo das associações pesquisadas. O ser colono, “*mestizo*” e camponês se entrecruzam nas definições identitárias dos associados que reclamam o reconhecimento das ZRC como seu território e o desenvolvimento -nos seus próprios termos- como a definição do futuro do mesmo. Estas reclamações, e suas particularidades em relação aos grupos indígenas, contribuem para marcar a fronteira identitária dos camponeses.

Esta relação traz a necessidade de se vincular, nesta análise, o tema da raça e da mestiçagem como eixos centrais nos diferentes projetos de nação que tem disputado a hegemonia na construção da Colômbia como uma “comunidade imaginada”, sendo a definição do caráter multicultural e pluriétnico o que hoje está gerando múltiplas transformações identitárias.

A promulgação da Colômbia como um Estado multiétnico e pluricultural se deu no contexto da redefinição das nações da América Latina no fim da década de 80 e no começo da década de 90. Neste momento se fizeram reformas e/ou se criaram novas constituições que reconfiguraram o modelo da sociedade civil ao reconhecer sua composição como sociedades pluralistas e diversas. Esta redefinição desafiou o imaginário dominante da nação e da identidade nacional que se definia por ser homogênea, de acordo com o modelo de Estado-nação que configurou os Estados latino-americanos após as independências e que implicou dinâmicas diversas, mas geralmente violentas e conflituosas, da construção histórica e social das diferenças culturais e étnicas.

No caso da Colômbia, a constituição promulgada em 1991 transformou a idéia de nação definida na Constituição de 1886 como centralista, patriarcal, hispana e católica, sob a qual se propôs construir um país estruturado no princípio de *una sola lengua, una sola raza, un solo Dios*.³ Hoje, as mudanças constitucionais têm proposto a criação de diferentes mecanismos para a inclusão da diferença e da diversidade étnica e cultural. Parte-se do reconhecimento dos grupos étnicos, outorgando-lhes um status especial e aceitando sua auto-definição identitária. A situação jurídica das comunidades indígenas e afrodescendentes é definida com maior clareza, suas línguas são oficializadas nos seus territórios, e são reconhecidos seus direitos territoriais e títulos coletivos.

Mas estas mudanças têm causado diferentes e complexos impactos. Uma destas conseqüências tem sido objeto de alguns estudos acadêmicos e relaciona-se com a “re-imaginação da etnicidade” como substrato da luta pelo território dos indígenas e negros submetidos a condições de subordinação e invisibilidade no projeto de construção da “nação mestiça”. Estas mudanças no imaginário da nação se articulam com processos de transformação de identidades negativas em identidades positivas mediante o uso estratégico da etnicidade, subvertendo as condições de dominação e invisibilidade. Estas temáticas têm sido amplamente estudadas pela antropologia na Colômbia, abordando os processos de re-imaginação étnica e territorial dos movimentos indígenas e negros, e o desafio que isto implica para o sistema de representação construído pelo projeto de nação mestiça (RESTREPO, 2007).

Uma dessas transformações são os múltiplos processos de re-indigenização (MOTA, 2006; ZAMBRANO, 2000) No caso colombiano, são importantes os trabalhos de Gross (2009) que analisam os processos de reafirmação identitária de populações que não se reconheciam como indígenas até a promulgação da Constituição de 1991.⁴ Ele esclarece que estes processos de reivindicação étnica de comunidades antes consideradas camponesas e caboclas correspondem ao fenômeno reivindicatório daqueles que sempre foram discriminados e estigmatizados como indígenas. Identifica que nos dois casos pode se observar um processo de mobilização étnica baseado na construção de uma nova subjetividade coletiva, uma identidade positiva.

³ Só uma língua, uma raça e um deus.

⁴ Ele se baseia em dois casos paradigmáticos no país: os Kankuamo, na Sierra Nevada de Santamarta, no norte de país, e os Yanaconas no Cauca, na sub-região do *Macizo Colombiano*. Também se refere a outros dois casos no Peru e no Brasil, onde populações consideradas como “ribereños” o “caboclos” empreendem processos de reafirmação étnica.

Em relação às negritudes, o trabalho de De Leon (1998) propõe mostrar a relação dos processos de construção da identidade com o papel do Estado, quando este cria dispositivos normativos específicos para a diferença cultural. Ele entende que a identidade é parte das tensões políticas, motivo pelo qual não é válido pensá-la em termos essenciais. Na sua análise da lei 70 de 1993, que trata dos direitos coletivos especiais ligados à propriedade da terra e à autonomia das populações afrocolombianas, afirma que esta permitiu e motivou alguns grupos negros a revisar seus costumes e práticas identitárias.

Além dos estudos sobre os processos de re-indigenização e as análises das identidades afrocolombianas, existem estudos que, no caso da Colômbia, têm aprofundado a análise das políticas diferenciais para os grupos étnicos após a promulgação da Constituição. Vega (2006) analisa as retóricas sobre a diversidade cultural que tem promovido a incorporação dos direitos reivindicados por múltiplos movimentos sociais desde a década de 60 e que têm sido desenvolvidos na jurisprudência colombiana pela Corte Constitucional desde a década de 90. Ele analisa como se incorporou a diversidade no discurso jurídico e como se operou a racionalização jurídica desta noção, identificando três conceitos jurídicos que emergem deste processo: a propriedade coletiva, o sujeito coletivo e o âmbito territorial. Em seu trabalho argumenta que estas categorias jurídicas se correspondem com imaginários e crenças sobre a diferença cultural indígena fundamentada na “alteridade radical, no exotismo e no essencialismo cultural” (VEGA, 2006, p. 20).

Mas o que acontece com a população que não se encaixa dentro do que o Estado-nação reconhece como étnico? Como são produzidas e reproduzidas as identidades neste contexto que aparentemente valoriza positivamente o multiétnico e pluricultural? Estas perguntas assumem relevância se consideramos as questões teóricas analisadas acima, pois as políticas diferenciais do Estado-nação sobre o reconhecimento do caráter multiétnico e pluricultural levam a implicações práticas nos territórios compartilhados por comunidades diversas.

No caso específico desta pesquisa, é importante considerar a interação destes grupos reconhecidos como étnicos pelo Estado – especialmente os indígenas - com outros grupos de população que não entram neste reconhecimento oficial. Este é o caso específico dos camponeses colonos, público alvo das ZRC. Chaves (1998), explica que esta categoria social se refere à parcela da população rural que tem se encarregado de abrir a fronteira agrícola no país, seja pelo estímulo oficial das políticas do governo, pela migração causada pela dinâmica da violência rural ou da pobreza. Segundo suas pesquisas, eles têm sido desprovidos de uma

“identidade cultural genuína”: etnicamente são considerados mestiços e politicamente são associados à categoria camponesa.

Esta autora, que tem estudado os processos de representação e identidades entre indígenas e camponeses colonos na Amazônia colombiana, afirma que a política diferencial do Estado para os indígenas adotada depois da Constituição de 1991 tem gerado certo tipo de exclusão dos colonos camponeses que hoje são descritos como “destruidores da natureza” em contraste com a concepção do “bom selvagem” das sociedades indígenas. Em relação à isso, Rincon (2009) afirma que - segundo algumas comunidades auto-definidas como camponesas - a aplicação destas normas tem aprofundando as desigualdades e a segregação social, ao invés de gerar autênticos processos de inclusão. Isto acontece, segundo ele, por que este reconhecimento se dá num contexto histórico de desigualdade e injustiça social generalizada e, apesar do reconhecimento positivo da diversidade na legislação colombiana, a situação social e econômica da população étnica não tem melhorado.

Neste sentido é importante lembrar a análise de Chaves (1998), pois segundo ela nem as disposições especiais em relação aos grupos étnicos indígenas e afrodescendentes, nem a criação das ZRC têm resolvido os graves problemas do meio rural colombiano, que se manifestam na intensificação do conflito armado, no deslocamento forçoso, no avanço das culturas de uso ilícito e na destruição dos ecossistemas. Em relação às ZRC, embora tenha sido promulgada em 1994 a Lei 160/94 que criou esta figura jurídica, a sua implementação tem sido muito complexa, marcada pela apatia do governo para a operacionalização desta política pública. Segundo esta autora, o estancamento da constituição destas zonas pode gerar tensões entre os diferentes grupos que coexistem numa região. Ela argumenta que a dinâmica dos processos políticos pode fazer com que só um dos grupos se encontre numa situação favorável frente aos atores mais poderosos. Isso faz com que se intensifiquem os processos de recriação da identidade entre indígenas e campesinos colonos.

Neste complexo contexto, a inter-relação destes fatores tem dado lugar à re-elaboração das identidades e à criação de novas formas de identificação política. No contexto da aparente revalorização positiva das identidades indígenas e afrodescendentes, emergem e/ou se potencializam outras formas de categorização e identificação, como *cocaleros*, colonos, deslocados, produtores alternativos, grupos reindigenizados e também *mestizo* e camponês. Então, neste contexto de desigualdade e diversidade no meio rural, quem é o camponês? Quais são as identidades e práticas camponesas nas dinâmicas rurais atuais? É assim que surge a necessidade de uma abordagem analítica sobre a identidade do camponês e o seu

significado nas sociedades contemporâneas, isto no contexto das hoje proclamadas sociedades multiétnicas e pluriculturais.

Assim, a figura jurídica de ZRC e os processos identitários que com ela se relacionam é um tema de interesse para a pesquisa antropológica no meio rural. Ela representa uma mudança na política pública para o setor rural ao reconhecer a possibilidade de um ordenamento territorial coletivo – diferente dos territórios coletivos indígenas e afro - para os camponeses e/ou colonos. Porém, tanto sua promulgação, como a sua tímida implementação em algumas regiões do país, têm gerado efeitos sobre as configurações identitárias e as reivindicações políticas dos camponeses.

Por isso, na análise da construção da identidade - a definição do “nós” dos camponeses - deve considerar as múltiplas interações com os projetos da nação e a sua política da diferença, onde o *mestizo* não é mais valorizado num contexto de branqueamento de nação mestiça, mas sim na nova valoração do étnico. Isto torna necessário levar em conta, no desenvolvimento desta pesquisa, as discussões que tentam discernir as transformações que a recente valoração positiva do étnico – particularmente o indígena - obteve nas construções da identidade e na representação tanto de indígenas como de colonos camponeses. Neste sentido, esta pesquisa se encaixa nos trabalhos que se preocupam em entender as transformações da identidade entre os grupos sociais que não se diferenciam pelo “étnico” nos termos clássicos do que é reconhecido pela política da diferença do Estado. Estas pesquisas se interessam pelas análises de processos de construção e transformação das identidades em contextos regionais e com múltiplas interações com o Estado. Estes esforços (BOLIVAR, 2006; BOLIVAR; VANEGAS, 2006) têm permitido entender como as narrativas jurídicas desempenham um papel transformador nas dinâmicas identitárias, pois podem pressionar um reordenamento dos limites das sociedades, reformulando suas divisões e criando novos terrenos para a construção de sujeitos.

Segundo as idéias apresentadas, é possível apreciar como a questão das identidades, e mais ainda, o processo de formação, construção, luta e reivindicação das mesmas, é um objeto de pesquisa muito interessante. Esta pesquisa se propõe a incluir na análise - já adiantada em outros trabalhos relacionados à identidade indígena e afro - a pergunta pelas construções identitárias dos camponeses no contexto geral da nova Constituição, que representa um projeto de nação específico com uma maneira particular de entender a diferença.

Assim, a ZRC se entende como a figura jurídica, que sendo apropriada em dinâmicas organizativas locais, possibilita que as identidades sejam construídas e redefinidas na articulação com o Estado, sendo o camponês como sujeito político o que se está delimitando,

em relação a outros grupos sociais indígenas e negros. As categorias sociais que se misturam na definição de camponês vêm de trajetórias históricas relacionadas como outros projetos de nação, como as categorias de *mestizo* e colono que serão consideradas no desenvolver desta análise.

2.2 IDENTIDADE: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

As questões sobre a identidade étnica e os processos de construção da mesma também estão necessariamente relacionadas com as reivindicações pelo acesso à terra e a defesa do território. Tanto indígenas, como afrodescendentes e camponeses colonos reclamam, com diferentes argumentos, seus direitos territoriais que implicam o reconhecimento e respeito do que eles reconhecem como seu território. Assim, na Colômbia, se reclamam e defendem figuras territoriais como *resguardo* para os indígenas e territórios coletivos (TCN) para os afrodescendentes. No caso das comunidades camponesas e colonas, as ZRC têm se posicionado como a possibilidade de ter um território. Assim, nas associações pesquisadas, a ZRC como território é uma referencia constante na definição da identidade camponesa. Isso torna necessária a consideração das dinâmicas espaciais nos processos de construção da identidade e dos limites entre os grupos étnicos.

Neste ponto é importante considerar que a identidade se fixa na trama social com múltiplas relações com o espacial, mas este processo não é unidirecional. Neste ponto, retomando a Akhil Gupta e James Ferguson no livro *Culture, Power, Place. Exploration in critical anthropology*, é possível afirmar que tanto a localidade como a comunidade são construídas histórica e discursivamente, o que obriga a reavaliação de conceitos analíticos fundamentais da antropologia, tais como o de “cultura” e, portanto, o de diferença cultural (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Estes autores propõem uma interessante leitura da relação entre espaço, cultura e políticas da diferença, trazendo idéias muito relevantes para a análise da dimensão espacial no contexto da globalização. Sua proposta questiona a tendência de localizar culturas em lugares, assumindo uma relação não examinada entre identidade e lugar. Sua análise lhes leva a indagar a identidade e sua aparente desterritorialização contemporânea, afirmando que o ponto de interesse para o antropólogo hoje está em observar os processos por meio dos quais

se constroem a experiência da identidade cultural e, portanto, os processos de construção de lugar que encaram as transformações econômicas de caráter global.

O interessante nestes autores é a sua preocupação com a forma pela qual se constroem os significados sociais, e como são as relações e disputas de poder na transformação do espaço em lugar. É nesse sentido que a categoria analítica de lugar exposta por Escobar (2003) permitirá caracterizar estas dinâmicas de construção e delimitação do território. O lugar é entendido “[...] como a experiência de uma localização em particular, como alguma medida de ancoragem (instável, no entanto), com um sentido de fronteiras (permeáveis, no entanto) e de conexão com a vida cotidiana, ainda que sua identidade seja construída, atravessada pelo poder e nunca fixa. (ESCOBAR, 2003, p. 113, tradução nossa).

Este autor contribui com elementos teóricos necessários para o entendimento das práticas baseadas no lugar como uma crítica ao poder e à hegemonia, sem desconsiderar sua articulação com os circuitos do patriarcado, o capital e a modernidade. Em relação a esta pesquisa, este conceito permite o aprofundamento na análise do duplo processo de construção do território e da identidade camponesa. Centrar a atenção no lugar permitirá o entendimento da dimensão cultural dos processos associados ao desenvolvimento, superando a visão essencialista da cultura, pois sua atenção se fixa na intersecção entre identidade e poder. Isso também implica um olhar diferente sobre a diferença, pois esta perspectiva analítica assume que esta faz parte de um processo de construção identitária, que é o que se propõe a explicar nesta pesquisa.

Assim, com a colaboração destes autores para a conceitualização da relação entre identidade, cultura e espaço, se compreenderá a idéia de território camponês que expressa o processo organizativo das associações em menção e como o acionar aparentemente local destas possui múltiplas, variadas e complexas interações com outros níveis da política. A partir da categoria analítica de lugar serão compreendidos os limites do território considerado próprio pelos camponeses, e sua relação com a construção e delimitação do “*nós, camponeses*” na interação de diferentes escalas, tanto regionais, como nacionais e internacionais.

É importante considerar que a perspectiva de Gupta e Ferguson (2000) permite entender que o Estado não é o único que constrói o lugar. Existem, além dele, múltiplos de processos de construção simbólica do lugar, que não necessariamente se dão em escala nacional. A proposta analítica deles implica a explicação da produção da diferença cultural que ocorre em espaços contínuos e interconectados, atravessados por relações econômicas e políticas de desigualdade. Por isso, a produção da diferença pode ser entendida em contextos

onde os processos históricos acontecem num mundo social e espacialmente interconectado, num campo de relações de poder.

Finalmente, se entendemos que a identidade é um processo de construção que se dá sob as relações de poder na interação com o Estado onde a dimensão espacial nas múltiplas escalas é importante para compreender a construção social da diferença, é importante considerar as tensões que se geram ao redor do desenvolvimento.

Nesta pesquisa o desenvolvimento é entendido como o ponto no qual se discute a permanência no território e o papel do Estado na vida das comunidades. Esta questão baseia-se na análise antropológica do desenvolvimento. Na antropologia, estas discussões têm tido um amplo impacto, permitindo questionar a relação entre antropologia e desenvolvimento. Escobar (1997) analisa as tensões no interior da disciplina, nos debates entre o que se tem denominado a “antropologia para o desenvolvimento” e a “antropologia do desenvolvimento”, caracterizando esta última como uma tendência que se propõe a examinar como tem sido entendido o desenvolvimento ao longo da história, analisando desde que perspectivas, com que princípios de autoridade e com que conseqüências para as populações. O principal objetivo destes estudos é explicar como o desenvolvimento se constitui como objeto de pensamento e de prática.

Esta teoria tem sido denominada por alguns pesquisadores como a teoria do pós-desenvolvimento. A partir de uma posição epistemológica interpretativa e construtivista, explica as formas de representação e as relações entre conhecimento e poder presentes no discurso do desenvolvimento. Sob esta perspectiva já não se pretende expor os mecanismos por meio dos quais uma sociedade pode chegar a ser desenvolvida (e moderna), nem se busca explicar como o desenvolvimento de algumas sociedades determina o subdesenvolvimento de outras. A sua preocupação é explicar como a Ásia, a América Latina e a África chegaram a ser representadas como subdesenvolvidas. Nesta ótica, a diferença e a desigualdade não são fatos dados, mas sim realidades construídas a serem explicadas.

Esta perspectiva entende o desenvolvimento como um dispositivo de produção das realidades, “[...] uma prática de vincular conhecimento e poder a partir de uma racionalidade completamente diferente da racionalidade que tem existido em cada lugar” (ESCOBAR, 2002, p. 32, tradução nossa). Esta racionalidade, que é a que se sustenta na modernidade ocidental, vai se transformar no contato com outras racionalidades. Para o autor, a alternativa analítica é reconhecer a existência de modernidades múltiplas resultantes de encontros infinitos entre modernidade e tradição.

As pesquisas desenvolvidas a partir destas teorias têm se preocupado em analisar essas racionalidades diferentes e o contato com o desenvolvimento tanto no discurso como na prática. A possibilidade que esta concepção apresenta para entender o desenvolvimento é que este já não deve ser concebido como um único caminho a seguir, nem como força homogeneizante que moderniza e destrói a diferença. Neste enfoque, o desenvolvimento pode ser definido como um ponto de contato para elaborar e trabalhar a modernidade, para convertê-la em algo distinto. Segundo esta teoria, cada ato de desenvolvimento, de intervenção planejada, acarreta um ato de contra-desenvolvimento e este gera uma modernidade alternativa que passa pela reapropriação dos significados daquilo que “vem de fora”.

No caso das associações pesquisadas, esta análise se faz pertinente na relação com os processos de construção de identidade e na definição e na delimitação do território. Como já foi comentado, o contexto da emergência das associações está marcado pela presença de culturas de uso ilícito na zona e a vinculação de alguns camponeses como cultivadores de maconha e coca. Esta vinculação é entendida por eles como o único caminho para gerar alguns excedentes monetários na produção agropecuária. No entanto, o Estado, desde a aparição das culturas da zona, só tem implementado políticas repressivas— fumigações, erradicação manual, judicialização, estigmatização dos cultivadores - para a erradicação das mesmas.

Assim, as associações emergem com uma proposta alternativa - concretizadas nas iniciativas para a construção dos PDC - para a substituição gradual das culturas, sendo que o *desenvolvimento* é o que permitiria negociar a não erradicação forçada. As iniciativas das associações para a construção dos Planes de Desarrollo Campesino (PDC) equivalem ao que está estabelecido na legislação sobre os Planes de Desarrollo Sostenibles (PDS), que são parte dos requisitos para o reconhecimento das ZRC por parte do Estado. As associações têm empreendido a elaboração destes PDC como um mecanismo que têm permitido dialogar com as diferentes instâncias do Estado em relação ao tema das culturas ilícitas. A construção destes planos e a negociação dos mesmos, o que será analisado no decorrer desta pesquisa, têm propiciado a discussão nos associados sobre o que é ser camponês, o que é território camponês, como é que ele é defendido, e o que é desenvolvimento para eles. Mas a política de erradicação forçada continua, e ainda que por muito tempo possa ser só uma ameaça,⁵ a presença constante, e cada vez maior, das forças militares exacerba as tensões entre o Estado e

⁵ A política do Estado colombiano contra as culturas de uso ilícito fazem parte do Programa Presidencial Contra Cultivos Ilícitos (PCI) da Agencia Presidencial para la Acción Social e la Cooperación Internacional (Acción Social). Como vai se explicar no decorrer do texto, a erradicação forçada destas culturas tem que ser feita em conjunto com as Fuerzas Militares. Por ser esta uma zona com presença guerrilheira, e também paramilitar, estes processos são ainda mais complexos, e é necessário que, para poder entrar na zona e erradicar de maneira forçada, o poder militar do Estado tem que estar definitivamente consolidado.

os camponeses. Além dos processos de elaboração destas propostas de desenvolvimento por parte dos camponeses, eles, por meio das associações, têm logrado nestes 15 anos gerir recursos e ações para a transformação das suas condições de vida, com projetos produtivos, acesso à terra, acesso à educação formal e não formal, entre outras que serão analisadas.

O referencial teórico do pós-desenvolvimento permite entender as reivindicações dos camponeses expressas na idéia de desenvolvimento próprio ou desenvolvimento camponês. É nestas definições que eles negociam a sua permanência no território, imprimindo a identidade camponesa. Assim, os processos de elaboração dos PDC, empreendidos pelas associações, são um meio importante para compreender a visão de desenvolvimento e as tensões com as políticas de erradicação do Estado. A elaboração do diagnóstico do território camponês permite entrever como este é imaginado por seus habitantes, não só em relação aos limites, mas também no que se refere às principais problemáticas e possibilidades de solução. As reflexões sobre estas questões trazem para o debate dentro das associações a concepção e explicação que eles têm das principais problemáticas que os afetam. Por outra parte, as ações das associações serão entendidas como a forma como eles constroem o lugar, defendem e marcam seus limites. Aqui, a figura de ZRC se constitui o mecanismo por meio do qual os camponeses se propõem a negociar com o Estado a permanência no território e o futuro do mesmo.

Em conclusão, a análise do processo de construção da identidade camponesa que se propõe nesta pesquisa se preocupará em explicar como são construídos os limites dos camponeses como grupo étnico no contexto do reconhecimento do caráter multicultural da nação colombiana. Este objetivo implica que a perspectiva analítica construída para adiantar este trabalho reconheça a interação dos grupos étnicos entre eles, e deles com o Estado e suas políticas da diferença. A reivindicação pelo acesso à terra e a definição e defesa do território, expressos nos processos organizativos dos diferentes grupos étnicos, dá conta da necessidade de pesquisar a delimitação destes territórios – neste caso específico as ZRC - e sua relação com a definição de identidades diferenciadas no meio rural. Finalmente, no conflituoso contexto onde emergem as lutas pela identidade e pelo território, se faz necessário entender como o desenvolvimento se constitui como o meio onde se negocia a possibilidade de apropriação e permanência do mesmo.

2.3 RELATO METODOLÓGICO

A reflexão feita até aqui tem considerado o que se entende por identidade e etnicidade para os fins práticos desta pesquisa. Agora é necessário refletir sobre como se pode conhecer o processo de construção da identidade. O primeiro ponto a considerar é a definição mesma do campo como meio de pesquisa. Gupta e Ferguson têm se preocupado em analisar e debater o uso e a conceitualização do trabalho de campo. Na reflexão dos autores, o campo é o lugar onde se produz o encontro com o outro e, pelo qual, na sua definição, existem implicações políticas e epistemológicas.

No caso desta pesquisa, o interessante dos questionamentos do campo como entidade fechada relacionam-se com a possibilidade de reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho de campo e a configuração do sujeito da pesquisa no decorrer da mesma. Esta reflexão se faz necessária, já que a metodologia e o campo definido no projeto inicial foram sofrendo modificações de acordo com as situações particulares da conjuntura na qual foi feita a pesquisa, que vinculam situações de ordem local, regional e nacional. Por estas razões é importante iniciar a análise dos dados apresentando este contexto, e como nas interações entre a pesquisadora e as associações foi sendo construído o *campo* da pesquisa.

O trabalho de campo começou no mês de janeiro de 2010. No projeto de pesquisa tinha sido proposta uma metodologia que implicava, necessariamente, em uma convivência permanente com a comunidade camponesa. Inicialmente a proposta era optar pela etnografia em função de sua utilidade para o estudo antropológico da política, a qual radica na possibilidade de perceber as perspectivas dos atores como parte dos fatos a serem examinados. O exercício etnográfico permitiria, a partir da convivência cotidiana com eles, analisar como o projeto político dos camponeses, expresso não somente no seu processo organizativo, mas também na sua cotidianidade, evidenciando formas particulares de entender e fazer “política”, de solucionar problemas e conflitos e, portanto, de se relacionar com o Estado e outros grupos sociais. Tinha sido definido trabalhar a dinâmica organizativa da associação pró-constituição da ZRC do município de Miranda e sua interação com o cotidiano dos camponeses. Partia-se da afirmação de que estes processos não podem ser compreendidos somente na manifestação pública das lideranças, pelo qual a etnografia da cotidianidade permitiria analisar as particularidades e as complexidades do processo de construção da identidade, onde as relações de poder também se expressam na dinâmica interna do grupo.

Mesmo antes de viajar para a Colômbia, tinha-se percebido que a permanência cotidiana na zona seria muito difícil. O ano de 2010 teve um começo convulsionado no país, mais ainda na zona onde se desenvolveria a pesquisa. Neste ano ia ser definida a continuidade ou não do presidente de extrema direita Álvaro Uribe, que estava no poder desde 2002. As campanhas eleitorais para as eleições legislativas ainda não tinham começado, mas o clima político estava se debatendo entre a possibilidade de que o presidente Álvaro Uribe tentasse a sua segunda reeleição e conseguisse assim um terceiro período na presidência. As diferentes forças políticas da direita se debatiam entre o apoio ou não ao referendo sobre a reeleição que permitiria a modificação da Constituição e abriria as portas para a nova eleição do presidente. Os confrontos militares também se exacerbaram. A guerrilha das FARC fez um chamado à abstenção e protagonizou vários enfrentamentos em algumas zonas do país, entre elas, a zona norte do *departamento* do Cauca.

Assim, o campo desta pesquisa presenciava constantes confrontos militares e a polarização da opinião pública ao redor da possibilidade de um novo governo de extrema direita. Em especial, a região da pesquisa é uma zona com presença guerrilheira e é considerada, segundo a caracterização da Missão de Observação Eleitoral (MOE) *território em disputa*, ou seja, com presença da guerrilha e dos paramilitares. Além disso, a presença do exército na região tem se incrementado nos últimos dois anos como parte da política de segurança democrática do ex-presidente Álvaro Uribe. Nos períodos pré-eleitorais, a presença da força pública aumentou ainda mais. Isso fez com que aumentassem os enfrentamentos entre a guerrilha e o exército, criando um forte clima de tensão na região e afetando a sociedade civil.

As viagens para a zona começaram a se tornar difíceis e no mês de janeiro não foi possível fazer visita nenhuma. Isso já foi um indício de que o foco da pesquisa teria que mudar e em conversas informais com outros pesquisadores, amigos e familiares havia sugestões da mudança do local da pesquisa. Por trabalhos anteriores, já se tinha contato com algumas lideranças da zona, e foi possível encontrá-las em Popayán, capital do *departamento* do Cauca. Nas conversas com eles ficou claro que não seria fácil o ingresso no lugar, mas também que não seria impossível. Nesses encontros relataram que estavam se reunindo com diferentes instituições do Estado para discutir alternativas à erradicação forçada das culturas de uso ilícito projetadas para fevereiro e março de 2010.

Neste encontro os líderes da associação explicaram que eles não aceitavam a *Erradicación Manual Voluntaria* e que só permitiriam uma substituição gradual e negociada das culturas de uso ilícito, condicionada à elaboração e execução dos PDC. No momento em

que a pesquisa de campo começa a dinâmica do trabalho das associações está orientada à construção desta proposta para a negociação com o Estado.

Com este novo panorama - determinado pelos confrontos militares na zona, as ameaças de erradicação forçada e as dinâmicas das organizações em relação às propostas de substituição gradual das culturas de uso ilícito e os trâmites para a constituição das ZRC - a pesquisa foi reformulada. As associações solicitaram apoio técnico para a elaboração do pré-diagnósticos e foi esta a possibilidade de articular a pesquisa com as necessidades técnicas das associações.

Pelas solicitações das associações de colaborar com a construção destes pré-diagnósticos a metodologia se adequou às possibilidades que ofereceu esta interação. Isso tornou possível a presença numa reunião onde participam as lideranças das três associações da zona norte do Cauca. Este é um espaço de coordenação onde as três associações articulam suas ações e planos de trabalho. Nesta reunião a proposta era avaliar o trabalho do ano de 2009 e elaborar um plano de trabalho conjunto para 2010. No decorrer da reunião, além dos relatórios apresentados por cada associação sobre o ano anterior, foram tratados diferentes pontos relacionados à conjuntura e aos últimos acontecimentos referentes à intensificação do conflito na região, a presença cada vez maior do exército na zona e o conseqüente aumento dos enfrentamentos com a guerrilha das FARC. Mas o ponto central dos comentários manifesta a preocupação das lideranças pela perseguição de seus afiliados por estar relacionados com as culturas de uso ilícito e o avanço das estratégias de erradicação forçada na zona. A participação como pesquisadora se insere na discussão do que eles denominam a *construção do território camponês* e tem por objetivo apresentar-me às lideranças a presença e o apoio que vai ser oferecido à construção dos PDC.

Eles manifestam que o processo de construção dos PDC tem já uma trajetória. Foram feitos esforços anteriores para a formulação do mesmo, mas não existem recursos para consolidar um produto final. Existe informação sobre o território campesino, coletada pelas lideranças e colaboradores dos processos camponeses, mas está dispersa. Reconhecem que no último ano o tema não foi trabalhado, pois se privilegiou o fortalecimento da organização e o trabalho de articulação dos comitês das associações, mas ante a conjuntura da negociação com o Estado no que se refere à erradicação forçada, acham indispensável continuar com a elaboração dos PDC para poder negociar.

Neste encontro se apresenta a pesquisa, a disponibilidade de tempo e a possibilidade de articular os esforços da investigação com as necessidades das associações. Depois de analisar o complexo e custoso que é o processo de construção dos PDC, a conclusão comum

da reunião é que o primeiro passo seria a sistematização da informação que já existe para continuar com um pré-diagnóstico que permitisse avançar na delimitação do território camponês, priorizar os perfis dos PDC e elaborar projetos para procurar o financiamento para a construção dos PDC. O pré-diagnóstico se limitaria à sistematização da informação existente, à coleta de dados secundários em instituições oficiais, e à elaboração de oficinas com os afiliados para a delimitação do território camponês. Assim, nesta reunião se criam os compromissos de mútua colaboração para a elaboração destes pré-diagnósticos, programando-se uma nova reunião para expor um plano de trabalho e definir o cronograma.

Mas quando as campanhas eleitorais para as eleições legislativas começam, os confrontos políticos e militares aumentam, e a reunião que tinha sido programada para fevereiro foi adiada múltiplas vezes. As estradas são de difícil acesso, pois são cenários de enfrentamentos entre as FARC e o exército. O transporte público deixa de funcionar e a mobilidade entre as *veredas* e as zonas urbanas dos municípios se dificulta. No entanto, as negociações das associações com o Estado continuam. Nesse clima de tensão os camponeses viajam para as zonas urbanas dos municípios para se encontrar com os prefeitos, e também para Popayán, para se reunir com o governador e delegados nacionais de *Acción Social*. Eles contam já com um documento onde apresentam sua proposta e um orçamento para a elaboração do PDC de cada associação.

Fevereiro finaliza com a decisão da Corte Constitucional de não aprovar o referendo sobre a reeleição iniciado em 2007 com a criação de um comitê promotor que se propôs coletar assinaturas para convocar o referendo. Este processo esteve marcado por irregularidades que hoje são objeto de investigações por parte da Fiscalía General de la Nación e o Consejo Nacional Electoral. Assim, por essas irregularidades, no dia 26 de fevereiro a *Corte Constitucional* da Colômbia declara inexecutável o referendo e com isso acabam as possibilidades de que o presidente Uribe chegue a um terceiro mandato. Esta decisão se dá duas semanas antes das eleições legislativas e a tensão cresce. A direita se divide ao redor dos possíveis candidatos que sucederiam a Uribe na aspiração à presidência e aumentam os escândalos por corrupção e violação dos direitos humanos dos dois governos deste ex-presidente.

As eleições, programadas para o dia 14 de março, se desenvolvem no meio desta tensão. O Partido Verde e o Partido Conservador fazem, no mesmo evento eleitoral, as consultas internas para definir seu candidato para as eleições presidenciais que seriam realizadas no dia 30 de maio. O evento se desenvolve com muitas dificuldades. A

Registraduría Nacional del Servicio Civil é muito questionada pelo desenho dos *tarjetones*⁶ que dificultaram o voto dos cidadãos atrasando a entrega dos resultados, os quais só foram oficializados 4 meses depois. As denúncias não demoram: compra de votos e irregularidades na conta dos mesmos são os principais problemas apontados.

Estas tensões do meio político nacional são vividas pelos moradores no meio rural da zona norte do Cauca. A política de segurança democrática, que nas épocas eleitorais se propõe a “manter a ordem pública” aprofunda a presença militar no meio rural e a guerrilha intensifica os ataques. A dinâmica das associações tem que se ajustar às possibilidades de deslocamento e as reuniões são programadas e canceladas ao redor dos acontecimentos locais. Os *retenes*⁷ militares são cotidianos e pretendem exercer o controle da mobilidade nas estradas intermunicipais. Assim, a reunião programada para março só pôde ser realizada no início de abril.

Neste encontro, realizado na zona rural do município de Caloto, são expostos os objetivos da pesquisa e a metodologia que será empregada. Os participantes aprovam o plano de trabalho apresentado e fica programado o cronograma das oficinas. Propõem-se duas oficinas por associação, todas na zona rural montanhosa dos municípios, com a participação dos associados e outras pessoas cuja assistência seja considerada pertinente. A convocatória e a logística dos eventos são responsabilidade dos líderes das associações e a preparação e os insumos das mesmas são da responsabilidade da pesquisadora. Programam-se as três primeiras oficinas, uma para cada associação e se decide que a seguinte será definida com cada grupo depois de realizado o primeiro encontro.

Assim, as oficinas são desenhadas com um duplo fim: apoiar o processo de construção dos planos das associações e coletar os dados da pesquisa. A metodologia proposta no projeto de pesquisa teve que ser reformulada, definindo-se que o núcleo central da metodologia seriam as oficinas realizadas com os integrantes das associações, cujo eixo central seria a identidade, o território e o desenvolvimento. Assim, em vez de permanecer longos períodos de tempo com as famílias camponesas, se realizaram visitas espaçadas com o objetivo pontual de realizar as oficinas.

Em relação ao pré-diagnóstico para a construção do PDC, as oficinas se propuseram a coletar a informação que permitisse definir qual seria o território reclamado pelas associações, insumo principal para apresentar a solicitação ante o INCODER para a delimitação das ZRC.

⁶ *Tarjetones* é a denominação das cédulas eleitorais usadas na Colômbia.

⁷ O *Reten* consiste num posto móvel ou fixo que serve para controlar e vigiar. No contexto do conflito armado colombiano, os *retenes* são feitos pelo Exército, a Polícia e a guerrilha.

Estes dados permitiriam elaborar uma visão inicial do território para consolidar uma proposta e assim procurar o financiamento da construção dos PDC, seja através de instituições públicas, entidades privadas e/ou de cooperação internacional. Os objetivos das oficinas foram discutir questões relacionadas à identidade e ao território, construir um relato gráfico e oral do território considerado por eles como camponês e debater a visão de desenvolvimento a partir das idéias gerais sobre as principais problemáticas do território camponês e as alternativas de solução.

As atividades que se desenvolveram foram: a) a descrição gráfica do território mediante a elaboração de um mapa/ desenho por grupos e sua explicação na socialização; b) discussão mediante o grupo focal sobre as definições do território, da sua historia, da identidade camponesa e da idéia do desenvolvimento. Também foi discutida a situação atual do território.

Os produtos destas atividades são: os mapas feitos pelos camponeses do território acompanhado dos relatos orais que foram transcritos e a transcrição dos grupos focais sobre a) identidade camponesa, b) definição de desenvolvimento e c) diagnóstico do território identificando as principais problemáticas e alternativas de solução. Também se fez registro visual dos eventos.

Os eixos centrais das oficinas em cada município foram:

- a) **delimitação do território camponês:** é pedido aos integrantes que se dividam em grupos para desenhar um mapa do território que eles consideram camponês. Depois do trabalho em grupos, os mapas são explicados numa plenária geral.
- b) **discussão sobre identidade camponesa:** depois do relato sobre o território se propõe a discussão sobre a identidade camponesa. Pergunta-se aos participantes sobre o que quer dizer “camponês” para eles. Esta discussão é conduzida por meio da metodologia de grupo focal.
- c) **discussão sobre desenvolvimento:** se propõe o debate sobre o desenvolvimento, perguntando para eles o que entendem por esta palavra. Pede-se aos participantes que falem sobre as principais problemáticas do território camponês e o que fazem para afrontá-las.

O esquema geral das oficinas foi o seguinte:

- a) **apresentação:** são expostos os objetivos da oficina e sua articulação com o processo de pré-diagnóstico para a construção do PDC. Apresentava-se a metodologia que tinha sido desenhada para atingir o objetivo de cada encontro e se discutiam as modificações com os participantes. Depois disso se definia o horário e a dinâmica da oficina.

b) atividades: segundo a atividade correspondente, se desenvolvia a oficina. Geralmente tinha-se um momento de trabalho em grupos ou individual e uma posterior socialização.

c) conclusões: se concluiu o trabalho refletindo sobre o desenvolvimento do evento, programando a próxima fase do trabalho e assumindo os compromissos e tarefas.

Este esquema foi seguido em cada uma das associações, mas a dinâmica de cada associação foi diferente, e foram necessários ajustes pelas particularidades dos participantes, da sua disposição e dos aportes que eles fizeram na metodologia proposta. Assim, no fim de abril começa a primeira oficina na zona rural do município de Caloto que se realiza de maneira satisfatória. Nesse encontro se programa a segunda parte que é realizada em outra *vereda* no mês de junho.

A primeira oficina que é programada para se realizar na zona rural de Miranda teve que ser cancelada devido à participação dos associados em outro evento. Esta só pode ser realizada em junho e conta com a participação de 30 pessoas convocadas pela associação. Pela dificuldade de programar mais um encontro, se decide trabalhar dois dias seguidos e complementar o trabalho com visitas posteriores à zona para fazer entrevistas pontuais.

O mesmo acontece com a associação de Corinto. As oficinas programadas são adiadas constantemente por que as datas coincidiam com as eleições presidenciais e a mobilidade dos camponeses se dificulta. Finalmente, é realizada a primeira oficina em junho, depois das eleições presidências de primeiro turno. Este evento conta com a participação de 25 pessoas e também se decide fazer duas sessões juntas, considerando as dificuldades para a realização de uma próxima reunião. Do mesmo jeito, se programam visitas posteriores para a realização de entrevistas.

Assim, apesar do convulsionado contexto no qual se desenvolveu o trabalho de campo, se realizaram as oficinas que permitiriam coletar os dados. Deste relato metodológico pode-se concluir que entre estas conjunturas – o conflito armado, as ameaças de erradicação forçada e os trâmites legais da constituição da ZRC ante o INCODER - emerge a necessidade de delimitar o território camponês e é nesse contexto que se insere esta pesquisa.

Para os fins desta pesquisa, as oficinas foram concebidas como um espaço de interação onde circulassem relatos sobre a identidade, o território e o desenvolvimento que pudessem ser analisados a partir de um olhar etnográfico. O planejamento, execução e análises da informação, produto das oficinas, se insere na definição que Riaño (2000) faz sobre o uso da oficina como um percurso metodológico. Ela identifica três desafios que devem ser pensados ao utilizar este tipo de metodologia grupal na pesquisa antropológica: a) a possibilidade de

elas se constituírem como um objeto de atenção empírica, b) o tipo de informação que se produz nestes eventos considerando seus desvios e características próprias dos tipos de metodologias grupais c) a oficina como um espaço de interação social e a vida cotidiana dos participantes.

Esta autora localiza o uso deste tipo de metodologia grupal nas inquietudes epistemológicas que procuram uma alternativa para a compreensão dos diversos modos como os grupos constroem o sentido. Este exercício é feito com o propósito de problematizar a autoridade etnográfica do pesquisador em relação aos pesquisados, que privilegia o lugar do conhecimento e a reflexão acadêmica. Nesta perspectiva, a oficina é considerada como um objeto de atenção empírica, intelectual e social que tem lugar numa dinâmica relacional, espacial e temporal específica (RIAÑO, 2000). Em geral, as reflexões metodológicas que esta antropóloga tem feito em relação ao uso da oficina como metodologia de investigação permitem reconhecer características e também as potencialidades e limitações das mesmas:

- As oficinas estão localizadas no tempo e no espaço. Isso faz com que os participantes adquiram um status de coletividade local e transitório, um “nós” temporal onde se estabelecem relações e reações frente à oficina, seus objetivos, a dinâmica e o desenvolvimento. Esta formação espaço-temporal inclui o pesquisador e os múltiplos papéis no decorrer do encontro.
- As oficinas trabalham desde o individual até o social numa dinâmica relacional não somente no dizer, mas também no fazer onde é construído o sentido do coletivo. A oficina, tal como é concebida, é um processo de produção tanto tecnológico (mapas, textos, relatos) como simbólico (discursos e símbolos). Na oficina se produz conhecimento ao circular narrativas, trocar pontos de vista, negociar significados, chegar a consensos interpretativos ou observacionais. (RIAÑO, 2000).
- As narrativas vão sendo construídas no debate, desacordos, tensões e rupturas. A autora afirma que a dinâmica grupal reconstitui as formas de interação e elaboração habituais na sociedade e não se limita à pesquisa controlada, como poderia se intuir neste tipo de metodologia. Esta se situa no domínio da interação social e humana, o que faz com que a oficina possa ser considerada um fato social.
- Outro ponto tem a ver com como o processo da oficina modifica o método em questão. Esta autora afirma que ainda que exista um planejamento, o decorrer do evento modifica a dinâmica do mesmo ao se inserir na interação dos sujeitos em movimento. Assim, cada participante, e também a pesquisadora, se re-situam em

relação aos outros e com os objetivos mesmos da oficina. Assim, o ponto central da metodologia está no “durante”.

Em conclusão, as oficinas como método permitem constituir uma comunidade temporária de intercâmbio e prática de produção de conhecimentos e narrativas que, ao serem postas em circulação, vão construindo o coletivo na negociação, no debate e nos acordos. No caso das associações, estas oficinas fazem parte dos encontros que estruturam a cotidianidade do processo organizativo, onde o coletivo se atualiza constantemente.

Além das oficinas, também foram feitas entrevistas semi-estruturadas tanto com os líderes da associação que conhecem o processo, como com os afiliados. O objetivo destas entrevistas foi conhecer as percepções e opiniões dos camponeses sobre o processo organizativo e a sua relação com a identidade. Foram feitas perguntas abertas que buscavam atingir as definições da identidade camponesa, o território e a idéia de desenvolvimento a partir da memória dos entrevistados.

Considerando que a caracterização do processo de construção das identidades transcende a pesquisa na localidade, envolvendo dinâmicas regionais, nacionais e internacionais na compreensão de como os Estados e as formações de identidades estão em constante interação, foi necessária a ampliação da escala do campo. Além das oficinas e das entrevistas que foram configurando o campo no decorrer da pesquisa, houve outros momentos importantes para a coleta dos dados: o acompanhamento nas diferentes atividades relacionadas com o processo organizativo das associações, como assembléias, reuniões e encontros, tanto no nível municipal como nacional. Isso levou ao conhecimento de relações da construção de identidade fora da localidade, e a sua interação com o Estado e com processos organizativos em outras regiões da Colômbia.

Nestes eventos foi possível ter acesso à opinião de vários pesquisadores que trabalham com a temática, assim como as posições oficiais do governo, especificamente do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e do INCODER. Também foi necessário acudir a documentos oficiais como leis, decretos, resoluções e materiais acadêmicos, para se compreender a interação entre as identidades e o Estado nos processos locais. Assim, o campo da pesquisa ampliou-se na revisão de documentos emitidos por instituições regionais e nacionais sobre a região da pesquisa, e sobre a figura jurídica das ZRC. Também foi necessário adiantar uma revisão bibliográfica sobre o que se tem escrito em relação à conformação histórica da região.

Foram estas as estratégias utilizadas no campo desta pesquisa. As dificuldades iniciais encontradas no decorrer das mesmas viraram potencialidades na articulação do trabalho

acadêmico com o processo mesmo que está se pesquisando, dinâmica que criou um campo novo, e um re-ordenamento do lugar do pesquisador e do cenário etnográfico. Assim, a violência intensificada nos momentos eleitorais, que num primeiro momento foi considerada como um impedimento no avanço da pesquisa, foi incorporada na mesma como um dado que dá conta do contexto que propusemos pesquisar. As oficinas, como espaços criados dentro da cotidianidade das associações, permitiram o acesso às dinâmicas das mesmas, articulando as perguntas da pesquisa com os debates concretos dos processos sociais estudados. Esta articulação propiciou o acesso a outros eventos como os encontros, reuniões e assembléias, onde foi possível a interação em diferentes níveis das associações. Produto desses reordenamentos são os capítulos seguintes, onde serão analisados tanto os dados coletados, como o processo de coleta dos mesmos, na construção do relato sobre a identidade, o território e a visão do desenvolvimento dos camponeses que fazem parte das associações estudadas.

3 TERRITÓRIO CAMPONÊS NO NORTE DO CAUCA

Como foi analisado no segundo capítulo, as questões sobre identidade e seus processos de construção relacionam-se com a construção social do espaço, isto é, com o território. Esta pesquisa fundamenta-se na idéia de que tanto a localidade como a comunidade são construções históricas, e por isso, as diferenças culturais e sociais não podem ser só descritas; devem ser explicadas pelos processos de como elas são construídas. Nesta tarefa, a relação entre identidade e espaço não é explícita. Ou seja, assim como é proposto por Gupta e Ferguson (2000), a identidade e espaço são mutuamente constitutivos e estão atravessados por relações políticas e econômicas de desigualdade.

O interessante dos aportes destes autores em relação a esta pesquisa é sua preocupação com a forma que se constroem os significados sociais, e como são as relações e disputas de poder na transformação do espaço em lugar. Neste ponto, voltando para a definição de nação e nacionalismo como representações deificadas, Gupta (2007) afirmam que o Estado não é o único que constrói o lugar. Existe, além dele, uma multiplicidade de processos de construção simbólica do espaço, que não necessariamente se dão em escala nacional. É nessa interação que se insere o conceito analítico de lugar, o ponto de partida para descrever o território camponês como parte da iniciativa de compreender o processo de construção da identidade camponesa nas interações com outros grupos étnicos e em relação com o Estado.

Isto se insere no interesse contemporâneo da antropologia em estudar os processos culturais a partir de noções espaciais multidimensionais e abertas, transformando assim os conceitos clássicos de lugar e localidade. Estas teorias reconhecem que o espacial e o social se constituem mutuamente, implicando que as paisagens e os lugares sejam constituídos socialmente. Isso tem levado à emergência de novos objetos de pesquisa relacionados ao espaço e à espacialidade, dirigindo a atenção às percepções e experiências diferenciais (etnia, gênero, classe) das pessoas em relação ao lugar, o que deixa em evidencia as relações sociais que os produzem e as formas como as pessoas o revestem de memória e sentido.

Estas pesquisas necessitaram incorporar os questionamentos das relações entre a localidade, espaço nacional e global, e as relações de poder que as atravessam. Assim, tem-se estudado processos de deslocamento, diásporas, exílios e desterritorializações no contexto da economia global.

O que se entende por território nesta pesquisa inclui a relação já identificada por outros autores com os processos de construção da identidade. A identidade, nestas perspectivas, relaciona-se ao sentido do lugar. É assim que se pode relacionar analiticamente a etnicidade com a identidade, pois as identidades étnicas não são unitárias; são múltiplas e estão relacionadas com o contexto e com a interação. Frente a isso, Wade (1997) acha que é necessário incluir na explicação da etnicidade a referência ao lugar: a diferença, neste sentido, se estende pelo espaço geográfico devido ao fato de que as relações se concretizam no lugar, sendo necessária a referência à localização para entender a diferença. Reconhece-se então que este é o produto da interação dos processos sociais com o espaço.

Como já foi definido no primeiro capítulo ao se analisar o processo de construção dos camponeses como grupo étnico, serão consideradas as interações com outros grupos e com o Estado. Em termos espaciais, isso implica na análise de como é definido, construído e delimitado o que os camponeses denominam seu território. Por isso, neste capítulo será descrito como é definido o território camponês pelos associados das organizações pesquisadas, contrastando os limites territoriais expressados por eles com aqueles que são definidos pelo Estado no seu exercício administrativo do espaço. Partir-se-á da explicação do ordenamento territorial definida pelo Estado colombiano para inserir nele a definição feita pelos camponeses do seu território, analisando as sobreposições, contradições e continuidades que possam existir nesta relação.

A fim de contextualizar os processos de delimitação do território camponês na sub-região norte do *departamento* do Cauca, serão descritas as características da mesma e sua população, com especial interesse na composição étnica. Também se explicarão as formas organizativas – especialmente as indígenas - com as quais os camponeses têm relação, e as diferenças no acesso à terra determinadas na legislação colombiana segundo o pertencimento étnico.

No entanto, esta pesquisa não teve a possibilidade de analisar profundamente os processos de construção do lugar dos *cabildos* indígenas com os quais as associações têm uma interação direta por compartilhar o mesmo espaço – a zona montanhosa dos três municípios - o que seria ideal para entender a conformação diferencial do território por parte destes grupos étnicos no norte do *departamento* do Cauca. Por isso, se limitará a compreender como os camponeses constroem os limites e como eles definem seu território. No entanto, para cumprir este objetivo, serão descritas as formas organizativas (*cabildos*) e figuras territoriais (*resguardos*) dos grupos indígenas em contraste com as ZRC, pois a sua compreensão é importante para o entendimento da interação destes grupos.

A informação que permitirá analisar como é construído o lugar camponês está baseada nos dados coletados nas oficinas descritas no capítulo anterior. Na primeira parte das oficinas realizadas nos três municípios foram elaborados mapas do território camponês. Os grupos foram divididos em vários grupos que se encarregaram de delimitar o que é considerado por eles como território camponês. Posteriormente, foi socializado e discutido pelo grupo em geral. O objetivo deste exercício era identificar os limites que eles estabelecem nas zonas que denominam “camponesas”, para depois explicá-los na socialização. Posteriormente, estes mapas foram analisados em comparação com os dados extraídos dos Esquemas de Ordenamiento Territorial (EOT)¹ onde se definem os territórios indígenas. Com esta informação foram elaborados mapas que permitissem identificar os limites do território camponês em relação aos territórios indígenas. É importante considerar que estes mapas foram feitos a partir das percepções dos camponeses participantes nas oficinas, e que não comprometem a visão dos indígenas. Isso por que na pesquisa não foi possível ter acesso às mesmas fontes para determinar a delimitação do território indígena.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA COLÔMBIA

A Colômbia é definida na Constituição de 1991² como uma República Unitária composta de 33 divisões: 32 *departamentos* e um Distrito Capital, a cidade de Santa Fé de Bogotá. Os *departamentos* formam regiões geográficas, culturais e econômicas e a sua atual delimitação é produto dos múltiplos processos sociais, políticos e econômicos da conformação da nação colombiana.

O *departamento* é uma entidade territorial que possui autonomia e exerce funções administrativas de coordenação da ação municipal, de prestação de serviços e de intermediação entre a nação e os municípios. As autoridades departamentais são a *Asamblea Departamental*, sendo a máxima autoridade o governador que é eleito por voto popular para um mandato de quatro anos.

Os *departamentos* dividem-se em municípios cuja administração está a cargo de um prefeito e um *Consejo Municipal*, igualmente eleitos por voto popular para um período igual

¹ Os EOT são os documentos que contém os instrumentos básicos para desenvolver o ordenamento territorial municipal. Define-se como um conjunto de ações político-administrativas e de planificação feito pelas prefeituras de cada município.

² Contido na Constituição política da Colômbia, 1991. Título I, Artículo 1

ao das autoridades departamentais. Geralmente os *departamentos* reconhecem a existência de províncias, distritos, regiões ou sub-regiões no seu interior, sendo estas um conjunto de municípios com afinidades culturais, geográficas ou históricas, que comumente contam com um centro urbano de importância tanto política, como econômica e comercial. Estas agrupações carecem de reconhecimento jurídico, razão pela qual existem discrepâncias, inclusive no interior das mesmas autoridades municipais e governamentais, na definição das mesmas.

Por sua vez, os municípios dividem-se política e administrativamente em zona rural e zona urbana. A zona urbana é composta pela *cabecera municipal* e pelos *centros poblados*, os quais podem ser divididos em bairros ou *urbanizaciones*. A zona rural divide-se em *corregimientos*, uma unidade que abarca várias *veredas*. O *corregimiento* é a unidade intermediária entre *vereda* e município e pode se denominar também *sector*. Finalmente, a *vereda* é a unidade básica de manejo e divisão territorial político - administrativa localizada na área rural. A composição desta deve ser legalizada por um acordo e ter uma Junta de Acción Comunal³ (JAC) que represente a comunidade. A *vereda* pode ter um sistema de assentamento populacional concentrado ou disperso, e o uso do espaço pode ser tanto residencial como complementar a atividades de tipo agrícola, pecuária, florestal, agroindustrial ou comercial.

As associações pesquisadas encontram-se nos municípios de Corinto, Caloto e Miranda, localizados no Vale Geográfico do Rio Cauca, no norte do *departamento* do Cauca. Estas têm surgido em relação aos municípios como unidades administrativas. Estes três municípios, ainda que sejam entes administrativos diferenciados com limites políticos estabelecidos, têm continuidades, tanto territoriais como populacionais.

³ As Juntas de Acción Comunal, criadas na lei Lei 19 de 1.958 são organizações civis que trabalham para garantir a participação cidadã nos assuntos de interes comunitário. Servem como meio de interlocução com os governos nacional, departamental e municipal e procuram a criação de espaços de participação que ajudem no desenvolvimento de bairros, *corregimientos* e *veredas*.

3.2 A SUB-REGIÃO NORTE NO *DEPARTAMENTO* DO CAUCA

O *departamento* do Cauca encontra-se localizado a sudoeste do país.⁴ Sua capital é a cidade de Popayán. Ao norte faz limite com o *departamento* del Valle del Cauca, a leste com os *departamentos* de Tolima, Huila e Caquetá, a sul com Nariño e Putumayo e a oeste com o oceano pacífico (Ver mapa 2). Atualmente esta unidade administrativa possui uma extensão de 3.050.900 hectares, o que corresponde a 2.5% do território nacional. Administrativamente está dividido em 42 municípios distribuídos em 6 sub-regiões: norte, centro, pacífico, oriente, sul, *macizo e bota caucana*.

No Cauca confluem três das cinco regiões naturais que compõem o território colombiano: Amazônia, Andes e Pacífico. Os Andes entram na Colômbia pelo sudoeste do território e se dividem em duas cordilheiras: cordilheira ocidental e cordilheira central. Posteriormente, no denominado *Macizo Colombiano*⁵ localizado no sul do *departamento*, a cordilheira central bifurca-se dando origem à cordilheira oriental. O Pacífico compreende dois setores: a faixa costeira, coberta de mangue e com uma grande quantidade de rios, córregos e estuários que chegam até a costa, e a planície que compreende a vertente ocidental da cordilheira ocidental. A Amazônia está demarcada pelos Andes a ocidente e se estende a oriente até as fronteiras com o Brasil e Venezuela e de norte ao sul, desde os rios Guaviare e Vichada até os limites com o Brasil, Equador e Peru.

⁴ A região do sudoeste da Colômbia se compõe dos departamentos de Valle, Cauca e Nariño. Este espaço, pertenceu em diversos períodos à Gobernación de Popayan e ao Estado Soberano del Cauca. Nos inícios do século XX desmembrou-se nos departamentos mencionados.

⁵ O *Macizo* é um conjunto montanhoso onde nascem os rios Patía, Cauca, Magdalena, Putumayo e Caquetá.



Figura 2 - Mapa localização do *departamento* do Cauca

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo os dados do censo do (DANE)⁶ realizado no ano 2005, o Cauca possui 1.153.285 habitantes. Deste total, 62 % moram na zona rural, o que permite dizer que o Cauca é o quinto *departamento* com maior população rural do país.

Segundo a mesma fonte, o Cauca é o sexto *departamento* com maior população que se auto-reconhece como étnica (indígena e afrodescendentes) do país. Do total da população, 504.554 pessoas, (43.62%) afirmam pertencer a algum grupo étnico (21.5% se definem como indígenas e 22,2% como afrocolombianos). Habitam no *departamento* 248.532 indígenas pertencentes a sete distintos povos: Paeces ou Nasas, Guambianos, Yanaconas, Coconucos, Totoroes na região andina, e Inganos e Eperara Siapidara na floresta úmida tropical do Pacífico e da Amazônia. Esta população está organizada territorialmente em 93 *resguardos*

⁶ O DANE é a entidade encarregada do planejamento, processamento, análise e difusão das estatísticas oficiais na Colômbia.

que se encontram em 26 dos 42 municípios (DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA, 2007).

A população afrocolombiana chega a 256.022 pessoas. Está localizada nos municípios de López de Micay, Puerto Tejada, Guapi, Padilla, Villarrica, Timbiquí, Patía, Buenos Aires, Caloto, Suárez e Miranda . Estes municípios encontram-se localizados em três sub-regiões: no norte do *departamento*, no Pacífico e no Valle del Patía. No Cauca, até 2007 tinham sido entregues 574.614 hectares de terras às comunidades negras para 34.589 pessoas que moram em 17 territórios separados (TCN), localizados nos três extensos municípios ocidentais da Costa Pacífica (Guapí, Timbiquí e López de Micay) (DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA, 2007).

	Pessoas	Porcentagem
População indígena	248.532	21.55%
População afro	256.022	22.20%
População sem pertencimento étnico	648.730	56.25%
Room	1	0.005%
População total	1.153.285	100%

Quadro 2 - Composição étnica da população do Cauca segundo o DANE

Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007).

Uma pergunta se faz necessária: como é que o DANE estabelece a composição étnica da população colombiana? Segundo o DANE, um grupo étnico “é aquele que se diferencia da sociedade majoritária pelas suas práticas socioculturais (usos, costumes), formas organizativas, consciência de uma historia compartilhada, língua própria, territorialidade e características fenotípicas compartilhadas” (DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA, 2007, p. 19, tradução nossa). O Censo de 2005 utilizou como critério de captação da etnicidade a pergunta pelo auto-reconhecimento em relação à cultura e às características físicas. Para isto, foi formulada a seguinte pergunta de auto-reconhecimento no *Modulo de Personas*:

33. ¿De acuerdo con su CULTURA, PUEBLO o RASGOS FÍSICOS, ... es o se reconoce como:

1 Indígena?

1.1 ¿A cuál PUEBLO INDÍGENA pertenece?

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

(Escriba el nombre del pueblo)

2 Rom?

3 Raizal del Archipiélago de San Andrés y Providencia?

4 Palanquero de San Basilio?

5 Negro(a), mulato(a), afrocolombiano(a) o afrodescendiente?

6 Ninguna de las anteriores?

Pase a 35

34. ¿Habla... la LENGUA de su pueblo?

1 Sí

2 No

Figura 3 - Pergunta de auto-reconhecimento Censo 2005 DANE

Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007).

Segundo os resultados do Censo, atualmente na Colômbia, se auto-reconhecem como pertencentes a algum grupo étnico 5.709.237 pessoas. Desta população, 4.311.757 pessoas se reconhecem como negra/afrocolombiana⁷ e palenquera ou raizal,⁸ 1.392.623 pessoas como indígenas⁹ e 4.857 pessoas se reconheceram como *rom* (ciganos).¹⁰

⁷ Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007), os afrocolombianos/negros: são as pessoas que apresentam uma ascendência africana reconhecida e que possuem características culturais que lhes dão singularidade como grupo humano, compartilham uma tradição e conservam seus costumes próprios. Isto independe se moram no campo ou na cidade

⁸ Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007), os Raizal: se refere as pessoas que moram na ilha de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Afirma-se que a cultura raizal tem raízes africanas, inglesas e de colonos colombianos. Tem uma língua denominada *criol* de base inglesa.

⁹ Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007), os indígenas: são definidos como pessoas de origem ameríndio com características culturais. Isto também independe de morarem no campo ou na cidade.

¹⁰ Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2007), os *rom* ou cigano: São as pessoas do povo nômade de origem egípcio e índio que conservam traços culturais próprios, entre eles a língua chamada romanês ou romaní.

Esta definição de grupo étnico e a categorização dos grupos étnicos na Colômbia elaborada pelo DANE estão embasadas numa concepção estática da diferença que vincula a cultura como um todo estático com a etnicidade. Esta concepção é a que tem sido criticada pelos enfoques relacionais da etnicidade, já que não reconhece a interação e a mobilidade das categorias étnicas e da identidade.

Sob esta concepção do “étnico”, o DANE se limita a reconhecer como tal os negros/*afrocolombianos*, *raizales*, *palenqueros*, indígenas e ciganos. Em relação à população camponesa do Cauca, alvo da política pública das ZRC e tema central desta pesquisa, Rincon (2009), baseado nos dados do Censo 2005 para o *departamento* do Cauca, estima que entre as 648.730 pessoas que não são consideradas dentro das categorias étnicas antes mencionadas podem estar os camponeses. Ele afirma que ao descontar-se deste número a população da capital do *departamento* (258.653 pessoas) o 32% da população seria “potencialmente camponesa”.

Mas este cálculo é muito complexo e evidencia a dificuldade encontrada ao se tentar estabelecer a composição da população camponesa, pois se deve considerar que o étnico não está limitado ao meio rural. No entanto, esta tentativa dá conta da dificuldade de estabelecer e identificar a população camponesa. A pesquisa se desenvolveu com três comunidades camponesas da sub-região norte do Cauca¹¹ localizadas em 3 municípios: Corinto, Miranda e Caloto. Nestes municípios estão constituídas as associações que reivindicam há uma década a criação das ZRC no que eles consideram *seu território*, e em paralelo a isso, reivindicam uma identidade camponesa diferenciada de outros grupos sociais que se auto-definem como indígenas e afrodescendentes.

¹¹ Esta sub-região compreende os municípios de Buenos Aires, Caldone, Caloto, Corinto, Miranda, Guachene, Padilla, Puerto Tejada, Santander de Quilichao, Suárez, Toribio e Villa Rica. Possui uma extensão de 362.300 hectares, com uma população de 383.879 habitantes

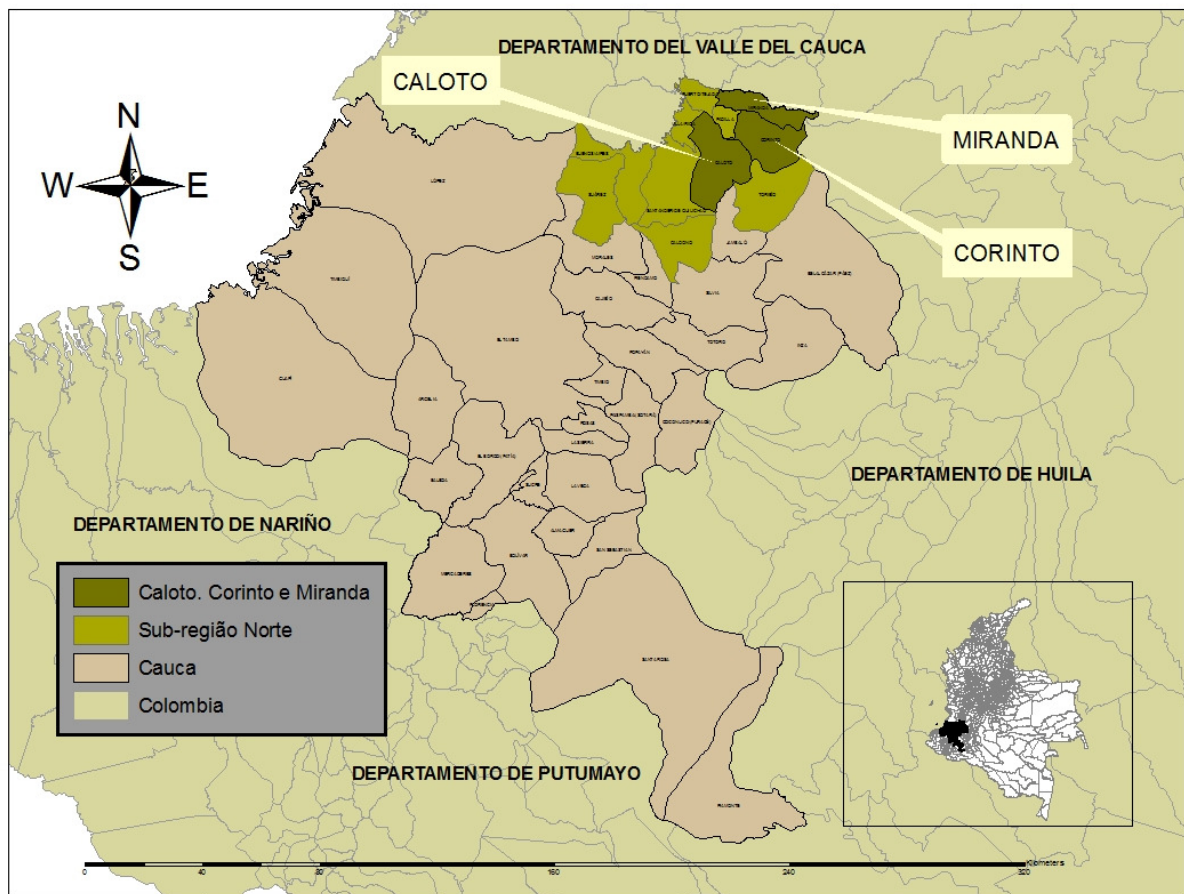


Figura 4 – Mapa Sub-região norte do *Departamento* do Cauca
Localização dos municípios de Miranda, Corinto e Caloto

Fonte: Elaborada pela autora.

Geograficamente, esta sub-região norte do *departamento* apresenta duas zonas diferenciadas: a zona plana e a zona montanhosa, cada uma das quais com características particulares e povoamentos diferenciados, associados a processos históricos de longa data. Na parte plana, a agricultura e a transformação industrial da cana constituem a principal atividade econômica. É aqui onde se encontra o corredor industrial do *departamento* interligado comercialmente com o *departamento* do Valle del Cauca. A produção agrícola está caracterizada por culturas com alto nível tecnológico e se desenvolve nos melhores solos da sub-região, onde existem engenhos açucareiros e várias fábricas menores, que se instalaram nos parques industriais atraídos pelas condições geradas pela lei Paez desde 1994. Além das culturas de cana de açúcar, existem também culturas de milho - sorgo, soja, arroz, abacaxi, mandioca e pecuária.

Nesta zona também vivem populações negras, cuja presença na região data do século XVI, quando foram trazidas pelo sistema colonial para serem escravizadas nas minas e nas fazendas. Depois da abolição da escravidão, em 1851, e com o desmoronamento da economia da fazenda, os fazendeiros permitiram a algumas famílias a aquisição de terra em zonas próximas às suas fazendas. No entanto, outras se fixaram perto das montanhas e continuaram trabalhando na mineração. No final do século XIX, com o declínio desta atividade e com o auge da agricultura do cacau, se gerou um processo migratório para as terras mais planas, onde alguns deles conseguiram se estabelecer em pequenas propriedades, desenvolvendo uma produção agrícola diversificada. Porém, a consolidação e expansão dos engenhos como centros produtores de cana de açúcar, ancorados no latifúndio herdado da fazenda, acabou como pequena propriedade dos camponeses negros, produzindo sua migração para os centros urbanos da região e sua proletarização como *corteros*.¹² Assim, no século XX, muitas comunidades negras perderam suas terras em prol do crescimento de grandes propriedades para a exploração agroindustrial da cana de açúcar.

Na zona montanhosa moram as comunidades indígenas e camponesas, onde se desenvolve, principalmente, uma agricultura de tipo minifundiária com pouca capacidade produtiva. Em geral, os produtos cultivados são o café tradicional, culturas de autoconsumo, frutais (*granadilla*, amora, *lulo*¹³ e *tomate de árbol*¹⁴), mas o eixo da economia são as culturas de uso ilícito. Parte desta zona possui áreas catalogadas como ecossistemas frágeis como bosques primários e zonas de *páramo*¹⁵ nos municípios de Corinto e Miranda.

Nesta zona existe uma maior diversidade de culturas que na zona plana, mas aquelas que dão um excedente econômico considerável são as culturas de uso ilícito (coca, maconha e papoula). Também existem explorações mineiras artesanais. A zona montanhosa dos três municípios compartilham os problemas gerados pela ampliação da fronteira agrícola, falta de terra, expansão constante de cultivos de uso ilícitos e geração de problemas ambientais e de ameaças por manejo inadequado da água e do solo.

Em geral, a sub-região norte do Cauca tem estreita relação com o *departamento* do Valle del Cauca, pelas vias de acesso intermunicipais e interdepartamentais. A cidade de Cali, capital deste *departamento*, exerce uma forte influência e é o principal centro de atração para a aquisição de trabalho e a prestação de serviços e consumo de bens.

¹² Os *corteros* são os trabalhadores dos engenhos de cana.

¹³ “*Lulo* é uma fruta que dá entre os 1.200 m e 2.100 m de altitude

¹⁴ “*Tomate de árbol* é uma fruta que dá entre os 1500 m e os 2600 m de altitude

¹⁵ Os *páramos* são ecossistemas de montanha andinos. Localizam-se em altitudes desde 2900 m de altitude até as neves perpétuas, aproximadamente 5000 m de altitude.

O povoamento desta zona por parte das comunidades indígenas data também da época colonial, quando estas populações foram deslocadas no processo de consolidação do sistema colonial, que se apropriou de suas terras na zona plana. Hoje as comunidades indígenas habitam em *resguardos*, que são entidades territoriais criadas pelos espanhóis desde a época colonial para delimitar os territórios indígenas, e assim manter o controle da mão de obra. No entanto, no século XX, esta figura territorial se constituiu em motivo de luta e defesa do território por parte dos povos indígenas organizados, que reivindicaram e em alguns casos obtiveram a recuperação dos *resguardos*, e também a constituição de novos territórios onde não se tinha reconhecido a propriedade coletiva dos respectivos povos.

Nos municípios pesquisados existem cinco *cabildos* indígenas Nasa e estão constituídos legalmente quatro *resguardos*. Neste ponto se faz necessário esclarecer que a existência de um *cabildo* não implica necessariamente num *resguardo*, ainda que geralmente a aspiração dos *cabildos* seja construir *resguardos*. Assim, podem existir comunidades ou parcialidades indígenas que não possuam um território determinado, ou reconhecido pelo Estado.

Os *cabildos* da zona norte estão associados à CXHAB WALA KIWE ou Asociación de Cabildos Indígenas del Norte (ACIN) que reúne 15 *cabildos* localizados nesta sub-região¹⁶ entre eles os *cabildos* que estão dentro dos municípios de Caloto, Corinto e Miranda. Por sua vez, a ACIN faz parte do Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC).¹⁷

Além das comunidades auto-reconhecidas como “étnicas” existe um setor da população rural que é designado como *mestizo*, em referência àquelas pessoas ou famílias que não possuem características “étnicas” – indígenas e afrodescendentes -e que também não se reconhecem como tais. Entre esta população, denominadas também como colonos e/ou camponeses, estão as famílias que fazem parte das Asociaciones Pro-constituición da Zona de Reserva Campesina de Miranda, Corinto e Caloto. É importante esclarecer neste ponto que nem todas as pessoas que não se auto-reconhecem como indígenas ou afrodescendentes e podem se definir como *mestizos* e/ou colonos fazem parte destas associações. Ainda que não se tenha um número consolidado de pessoas afiliadas oficialmente, as lideranças consideram

¹⁶ A ACIN agrupa 14 *resguardos* e 16 *cabildos* indígenas; Toribío, Tacueyó, San Francisco, Corinto, Miranda, Huellas Caloto, Toéz, Jambaló, Munchique los Tigres, Canoas, Delicias, Concepción, Guadualito, Cerro Tijeras, Pueblo Nuevo Ceral, Alto Naya e o *cabildo* urbano de Santander de Quilichao. Estes se encontram localizados em 7 municipios do Cauca: Toribío, Caloto, Miranda, Corinto, Jambaló, Santander de Quilichao e Suárez

¹⁷ O CRIC é uma organização de tipo departamental que reúne diferentes “*cabildos*” e outras organizações indígenas locais. Esta é reconhecida como Autoridad Tradicional Indígena del Cauca, foi fundada em 1971 e recolhe *cabildos* e organizações indígenas do departamento. Emerge no meio dos atropelos e despojos dos quais eram vítimas os indígenas, constituindo-se como uma forma de luta que se fundamenta na unidade dos povos indígenas do departamento e numa representação coletiva das diferentes comunidades.

que aproximadamente três associações estão constituídas por um número aproximado de 700 famílias.

A população autodenominada como camponesa procede de diferentes fluxos migratórios e de diversas origens – sendo o fluxo mais antigo em 1930 -, mas a sua maioria vem do *eje cafetero*¹⁸ do país. Também migraram de outras sub-regiões do *departamento* e dos municípios do sudeste da Colômbia. Estas famílias têm estabelecido nos territórios onde moram sistemas agroflorestais onde predomina a cultura do café, alternado com banana verde, cítricos e árvores permanentes.

O panorama descrito acima permite entrever o complexo contexto sociocultural onde se entrecruzam visões de mundo e formas de identidade particulares, algumas vezes antagônicas e conflituosas, cuja expressão atual dá conta da configuração histórica da sub-região. Estas comunidades afrodescendentes, campesinas e indígenas têm sido excluídas dos possíveis benefícios do processo de industrialização e comercialização da agricultura de cana, sendo em muitos casos afetados pelos impactos nocivos da cultura, e deslocadas das terras da parte plana, para a consolidação do latifúndio, em processos geralmente violentos que datam desde a colônia espanhola, e encontram continuidade no decorrer dos conflitos gerados pela consolidação e expansão de dita atividade agroindustrial. A principal consequência disso são as dificuldades para o acesso à terra por parte dos indígenas, afrodescendentes e camponeses.

Segundo os dados do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC), instituição encarregada do registro da propriedade territorial na Colômbia, a divisão da propriedade da terra no país é extremamente desigual, sendo que esta situação tende a aumentar (IGAC, 2004). O *departamento* do Cauca reflete esta situação. Segundo o Banco Mundial (2004), este é o segundo *departamento* do país com maior índice de concentração na posse da terra, se considerado seu valor, e o quarto se considerado sua extensão. Gamarra (2007) afirma, ao considerar o coeficiente de Gini, que a situação de concentração da terra tem aumentado desde os anos 70.

Esta situação redundava em conflitos pelo uso do solo. O IGAC (2004) demonstra que em 2004, 70.6% das terras do *departamento* (2.068.529 hectares) eram de propriedade privada, enquanto os minifúndios de camponeses, indígenas e afrodescendentes usados com fins produtivos, situavam-se em áreas de preservação ambiental como bosques primários, vertentes de água e páramo. A terra fértil dos latifúndios geralmente é utilizada para a

¹⁸ O *eje cafetero* é uma região topográfica da Colômbia que compreende os departamentos de Caldas, Risaralda e Quindío, o nordeste do Valle del Cauca e o sudoeste de Antioquia. Esta região foi uma produtora de borracha no início do século XX, mas depois se dedicou ao café.

agroindústria e também para a pecuária extensiva, enquanto que as terras marginais dos pequenos produtores são usadas intensivamente pelo pastoreio e agricultura de pequena escala. No norte do Cauca, assim como em outras regiões da Colômbia, esta situação redundava em constantes reivindicações e conseqüentes conflitos pelo direito ao acesso à terra. Nesta sub-região, estas reivindicações têm um marcado caráter étnico relacionado às possibilidades abertas pela legislação após a Constituição de 1991.

Para o caso das comunidades afrodescendentes foi promulgada a lei 70 de 1993 que trata dos direitos coletivos especiais ligados à propriedade da terra e a autonomia das populações afrocolombianas. Em 1995, o Decreto 1745 de 1995 especificou as condições e os requisitos que devem cumprir estas populações para obter o reconhecimento dos títulos de propriedade coletiva da terra (TCN). Segundo esta lei, os TCN somente podem ser outorgados em terras baldias e tem como requisito a existência de um *Consejo Comunitario*.

Em decorrência desta legislação, o Estado só tem outorgado terras coletivas às comunidades negras na floresta da Costa Pacífica nos *departamentos* de Chocó, Antioquia, Valle del Cauca, Cauca e Nariño. Assim, a população negra da sub-região norte do *departamento* não tem a possibilidade de procurar o reconhecimento do seu direito a terras comunais, pois seus territórios não estão localizados em terras baldias. No entanto, existem organizações que reivindicam este direito, apesar da negativa do governo e das empresas agroindustriais que argumentam a impossibilidade deste reconhecimento, por ser esta zona destinada ao desenvolvimento empresarial do *departamento*. Este é o caso da organização Sinécio Mina, articulado ao Proceso de Comunidades Negras (PCN),¹⁹ que tem promovido a luta pelo reconhecimento das terras das comunidades negras do norte do Cauca, e tem constituído os *Consejos Comunitarios*, exigidos pela lei nos municípios de Caloto, Buenos Aires e Santander de Quilichao, entre outros.

Em relação à propriedade coletiva indígena, a Constituição de 1991 reconhece essa condição aos *resguardos*. Como mencionado na introdução, estes territórios têm um caráter constitucional que é imprescritível e inalienável. A propriedade coletiva dos indígenas também está sustentada no Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ordena o reconhecimento para os povos indígenas da propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. Estes avanços legislativos têm favorecido a defesa dos resguardos

¹⁹ O PCN é uma organização de tipo nacional que reúne organizações locais que trabalham pelo reconhecimento e implementação dos direitos ao território, identidade, participação e defesa dos Direitos Humanos da população afrocolombiana.

de origem colonial e a constituição de novos. Eles se constituem a partir da propriedade comunitária da terra cujo título é coletivo.

O Decreto 2164 de 1995 contém as disposições necessárias para a dotação e titulação de terras às comunidades indígenas no que diz respeito à constituição, reestruturação, ampliação e saneamento dos *resguardos*. Este decreto regulamenta a Lei 160 de 1994, na parte que trata das comunidades indígenas, estabelecendo a obrigação do Estado em ampliar os *resguardos* quando a quantidade de terras agrícolas resulte insuficiente para o desenvolvimento econômico e cultural das comunidades indígenas ou para o cumprimento da função social e ecológica da propriedade coletiva. Embora estas duas situações estejam presentes na situação atual das comunidades indígenas do Cauca, ainda não se conseguiu suprir suas necessidades de terra.

Os indígenas do *departamento* têm 531.200 hectares distribuídos em 70 *resguardos* que ocupam o 18% do território do Cauca. O reconhecimento legal da propriedade destas comunidades é uma consequência da luta indígena pela terra, que trouxe a ampliação de *resguardos* entre o período de 1961-2002. Neste lapso de tempo se concedeu um total de 202.600 hectares de terra às comunidades indígenas do *departamento* e foram criados 27 novos *resguardos*. No caso específico dos indígenas Nasa da sub-região norte do *departamento* as comunidades dispõem hoje de 357.200 hectares em 49 *resguardos*. Embora se possa apreciar um aumento na legalização dos territórios coletivos destas comunidades em comparação com a década de 1960, esta ainda não tem sido suficiente. Muitas destas titulações foram feitas em terrenos que as comunidades haviam ocupado de fato há muito tempo, pelo qual as cifras dão conta só de uma mudança na propriedade legal da terra, mas não num aumento na terra disponível para elas (IKV PAX CHRISTI, 2008). Hoje, as comunidades indígenas, através das organizações como o CRIC, a ACIN e outras associações e organizações indígenas, continuam manifestando a necessidade de ter acesso a terras de boa qualidade.

3.3 TERRITÓRIO CAMPONÊS NA SUB-REGIAO NORTE DO *DEPARTAMENTO* DO CAUCA

É nesse contexto que as associações camponesas estão construindo e delimitando seu território, relacionando-se especificamente com os *cabildos* indígenas. Os dados coletados nas

oficinas determinaram a seguinte conformação do território camponês, que será apresentada por cada associação, contextualizando o município onde atua.

3.3.1 Asociación Pro-Constitución de la Zona de Reserva Campesina del Municipio de Caloto

O município de Caloto compreende uma extensão de 36.785,07 hectares. Limita ao norte com os municípios de Padilla, Puerto Tejada e Corinto, ao sul com os municípios de Jambalo, e Santander de Quilichao, a leste com o município de Toribio e a oeste com os municípios de Santander de Quilichao e Villarica (Ver Figura 5). Está dividido numa *cabecera municipal* e 5 *corregimientos*: Quintero, El Crucero de Guali, San Nicolas, El Palo e Huasano. O EOT do município reconhece a existência de 3 *resguardos*: Toez, Huellas e Lopez Adentro.

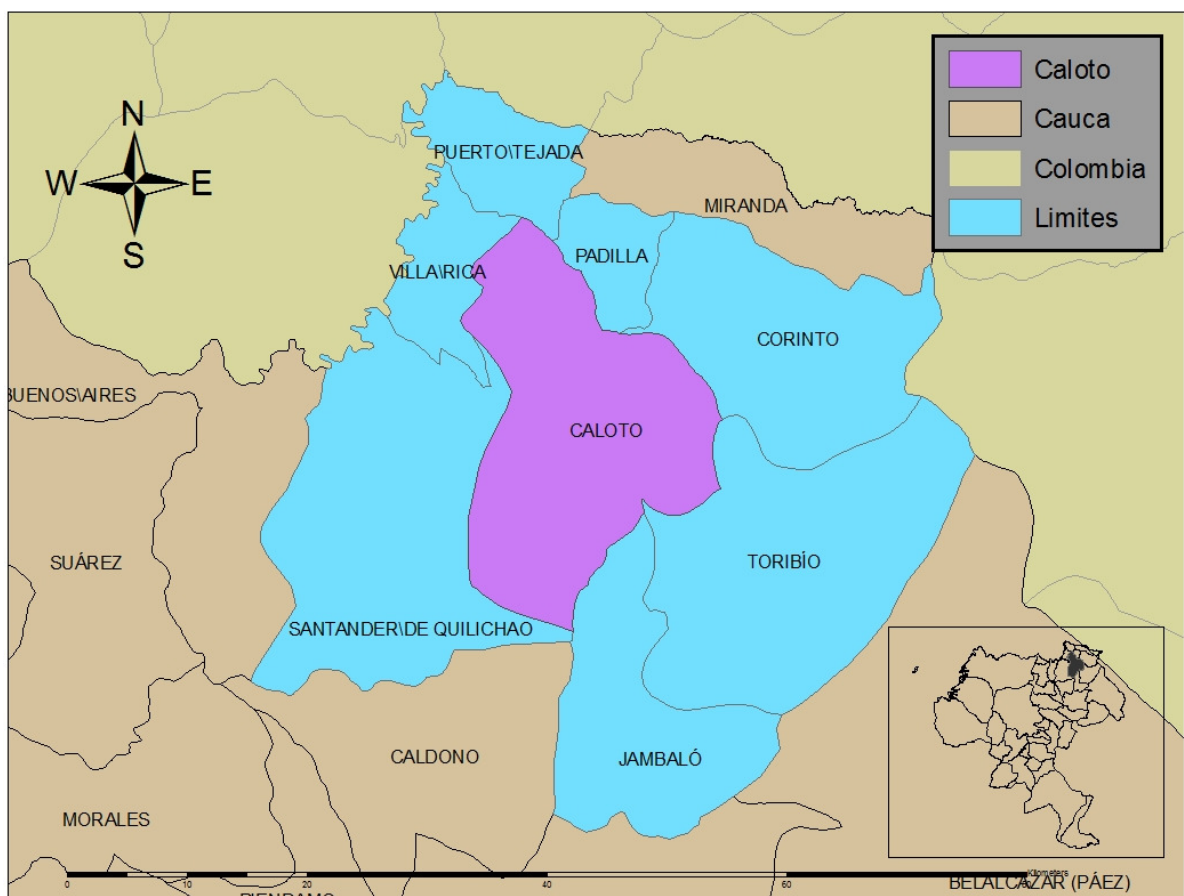


Figura 5 - Mapa Localização geográfica de Caloto

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o Censo de 2005, o município tem uma população de 41.296 pessoas, das quais 5.194 moram na *cabecera municipal* e 36.102 na zona rural. Do total da população, 8.414 pessoas se reconhecem como indígenas, 22.646 como afrodescendentes, 5.233 pessoas afirmam não pertencer a nenhuma destas categorias étnicas e 609 não responderam esta pergunta. Segundo as lideranças da associação, esta reúne aproximadamente 150 famílias.

Em Caloto foram realizados 3 mapas onde se delimitou o que era considerado por eles o “território camponês” (Ver Apêndice A). Na elaboração dos três mapas, os participantes das oficinas coincidem em afirmar que o território camponês corresponde às *veredas* onde moram os afiliados. Assim, os desenhos limitaram o território camponês conforme as *veredas* que tem relação com o processo organizativo camponês. Eles definem essas *veredas* como “absolutamente camponesas”, quer dizer, ali só moram pessoas que se auto-identificam como camponesas e que não fazem parte do *cabildo*. As 7 *veredas* que foram identificadas como camponesas e que fazem parte do que eles denominam a ZRC de Caloto pertencem a aos *corregimientos* de El Palo e Huasanó, possuem uma extensão de 3.462,07 hectares que corresponde ao 9,4 % do total da extensão municipal .

<i>Corregimiento</i>	<i>Vereda</i>
El Palo	El Palo
Huasanó	Huasanó
	La Cuchilla
	El Placer
	El Pedregal
	El Vergel
	Venadillo

Quadro 3 - *Veredas* camponesas do município de Caloto

Fonte: Elaborado pela autora a partir das Oficinas do município de Caloto e de Asociación Pro-Constitución de la Zona de Reserva Campesina del Municipio de Caloto (2010).

Nos desenhos elaborados pelos camponeses do território foram identificados os limites do que eles definem como zona camponesa. Em geral, foram localizadas as *veredas* denominadas por ele “somente campesinas” (Ver Quadro 3) nos desenhos, determinando as *veredas* com as que limitam. Um dos grupos (Ver Apêndice A, Desenho Caloto1) localizou a zona indígena no centro do desenho, especificando algumas das *veredas* que fazem parte do resguardo (Credo, Guabito, El Pilamo, Pajarito), e ao redor dela determinou as *veredas* consideradas camponesas. Também foram determinadas neste desenho as *veredas* que fazem limite com a zona camponesa fora do município de Caloto: Jagual, San Luis Arriba, La

Cominera, San Ramon (município de Corinto) e foram identificadas as vias, rios e quebradas que fazem limite ou atravessam a zona camponesa.

No outro desenho (Ver Apêndice A, Desenho Caloto 2) o grupo fez um mapa mais específico das veredas camponesas. Eles identificaram as veredas que consideram que fazem parte do território, assinalando os limites sem discriminar se fazem parte da zona indígena ou não. Neste trabalho também foram identificadas as veredas do município de Caloto e localizados os limites com outros municípios como Toribio e Padilla. Finalmente, o último grupo (Ver Apêndice A, Desenho Caloto 3) ilustrou somente as veredas camponesas, indicando os rios, quebradas e as vias que comunicam as veredas.

Segundo o exercício cartográfico, a delimitação do território camponês se faz em relação às comunidades indígenas e seus territórios. No município de Caloto estas estão organizadas em três cabildos que se correspondem a 3 resguardos: O resguardo de Toez, que inicialmente esteve localizado no município de Paez, na sub-região de Tierradentro do departamento de Cauca, e que foi re-localizado no norte do departamento devido à enchente de 1994. Depois de um processo de negociação com as autoridades departamentais e municipais eles foram reassentados nas fazendas La Josefina, La Gerona y La Selvita . O resguardo de Huellas é o maior do município com uma população de 5.654 pessoas que moram em 31 veredas. O resguardo de Lopez Adentro tem 514 habitantes em quatro veredas.

<i>Resguardo</i>	Area Legalizada*	População	<i>Veredas</i>
Toe	580,00	462	Toe
Huellas	6.168,00	5.654	El Nilo, La Trampa, Bodega Alta, El Credo, Tierrero, Pajarito, Carpintero – La Chivera, La Guinea, La Buitrera, Los Chorros, Porvenir, El Chocho, El Arrayan, Guadalito, Huellas, Guataba, Loma Pelada, El Socorro, La Placa, Campo Alegre, Alto Altamira, La Estrella, Nápoles, El Poblado, La Palomera, Morales – Arrozal, El Alba, Las Aguas, Maraón, La Selva, Dominga Alta
Lopez Adentro	1.082,00	514	Lopez Adentro, Guabito, Vista Hermosa, Pilamo

Quadro 4 – Veredas indígenas do município de Caloto

Fonte: Elaborado pela autora com dados das oficinas e do EOT do município de Caloto.²⁰

*Áreas Legalizadas são as áreas registradas como legalizadas pelo INCODER. Podem existir territórios onde moram os indígenas, mas que não têm sido reconhecidos como *resguardos*.

²⁰ É importante considerar que nos documentos oficiais, tanto no CENSO de 2005 como nos EOT, existem alguns dados consolidados em relação aos *resguardos*, sua extensão, as *veredas* que os compõem e a população. No entanto, para o território camponês esta informação não existe. Isto se aplica para os três municípios.

Como se pode observar no mapa elaborado com os dados coletados nas oficinas (Ver Apêndice B), as *veredas* que pertencem – segundo os dados do EOT – aos territórios indígenas limitam com as *veredas* que os camponeses reconhecem como suas. Existem *veredas* indígenas (cor laranja) e *veredas* camponesas (cor verde) que são claramente diferenciadas por eles, e estas constituem territórios contínuos que são denominados como zonas ou território camponês e zona ou território indígenas. Nos desenhos feitos pelos camponeses é importante ressaltar que foram identificadas e denominadas como território indígena ou zona indígena aquelas onde está presente o *cabildo* e que limitam com as *veredas* camponesas.

3.3.2 Asociación Pro-Constitución de la Zona de Reserva Campesina del Municipio de Corinto

O município possui uma extensão territorial de 30.160.04 hectares localizados entre 1.050 m e 4.100 m de altitude. Ao norte limita com o município de Miranda, ao sul com os municípios de Toribio e Caloto, ao leste com o município de Planadas (*departamento* do Tolima) e ao oeste com o município de Padilla. Está dividido em duas zonas: a zona urbana, integrada por 11 bairros, e o setor rural, constituído por 6 *corregimientos*. A zona rural possui 44 *veredas* e uma propriedade de 115 hectares que pertence ao *resguardo* indígena La Nevera.

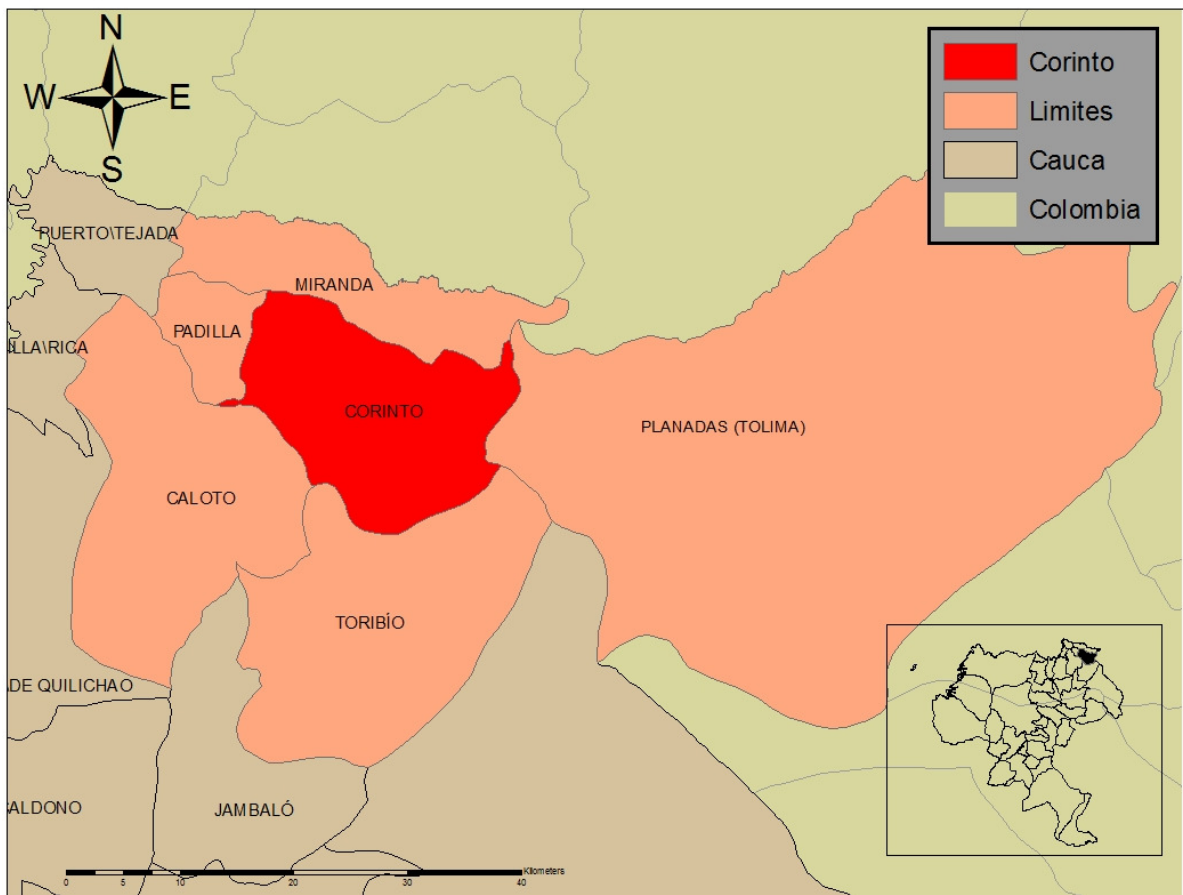


Figura 6 – Mapa localização geográfica de Corinto

Fonte: Elaborado pela autora.

Encontra-se localizado na cordilheira central e parte do seu território faz parte do *Parque Natural Nevado del Huila*. Conta com um importante sistema hidrográfico. Faz parte da bacia do Rio Cauca e suas fontes hídricas desembocam no Rio Palo. O principal rio é La Paila, que apresenta na sua parte alta formações vegetais ou zonas de vida correspondente a ecossistemas frágeis.

Segundo o Censo 2005, o município tem uma população de 28.310 pessoas, das quais 12.153 moram na zona urbana e 16.157 na zona rural. Do total da população, 9.892 pessoas se reconhecem como indígenas, 6.212 como afrodescendentes e raizal, 6.226 não se auto-reconhecem dentro destas categorias e 495 não responderam a esta pergunta. Segundo as lideranças desta associação, existem 350 famílias associadas sendo a que mais integrantes tem das 3 associações pesquisadas.

As zonas camponesas, tanto de Corinto como de Miranda, têm uma característica que as diferencia da de Caloto. Estas não constituem o que eles mesmos chamam um *território*

contínuo. No caso de Corinto (Ver Apêndice D), existem *veredas* (cor azul) onde coexistem moradores que se auto-identificam como indígenas e também pessoas que se auto-identificam como camponeses ou *mestizos*, e também existem *veredas* identificadas exclusivamente como indígenas (cor laranja). Isso tem dificultado tanto a constituição legal da ZRC, pois a lei diz claramente que não pode se constituir uma ZRC em territórios onde exista presença indígena, como a ampliação dos *resguardos*, pois o território que os indígenas solicitam está habitado por camponeses. Esta situação tem gerado tensões que serão analisadas no capítulo seguinte.

Segundo os mapas elaborados nas oficinas, da mesma forma que na zona de Caloto, o território que é considerado por eles camponês é onde moram os camponeses associados na organização. O exercício cartográfico realizado nesta oficina foi um pouco diferente. Devido ao fato de pertencerem às zonas de Rio Negro e El Jagual, e não estando presente ninguém de Los Andes, se decidiu se agrupar os participantes segundo a zona de pertencimento para a realização do desenho. Eles fizeram o exercício localizando as principais associações, organizações, e instituições que tem presença na zona, assim como os principais elementos do território como rios, vias e quebradas. Depois de realizado o trabalho, se pediu que explicassem o desenho, mencionando os principais problemas e conflitos territoriais na zona. A zona dos Andes foi analisada pelo conhecimento que tinham os participantes moradores das outras zonas.

Foi possível perceber que apesar de o município de Corinto encontrar-se dividido pelo ordenamento territorial do município (EOT) em 6 *corregimientos* (Rio Negro, Quebraditas, Los Andes, El Jagual, Medianaranja e El Naranjo) a associação concebe o território municipal como sendo dividido em três zonas: Rio Negro (compreende *corregimiento* de Rio Negro, a zona urbana de Corinto, o *corregimiento* de Quebraditas e Medianaranja), Los Andes (compreende o *corregimiento* Los Andes) e El Jagual (compreende o *corregimiento* El Jagual). Cada zona foi descrita da seguinte maneira pelos participantes:

- a) **Rio Negro:** os participantes identificaram as *veredas* como campesinas segundo o critério de onde moram os afiliados da associação (Ver Apêndice C, Desenho Corinto 1 Rio Negro): Rio Negro, El Crucero, San Pedro, El Palmar, Pueblo Nuevo, Quebraditas, El Paraiso, Los Alpes, Palmar. O território composto por estas *veredas* é considerado ZRC, mas em todas estas *veredas* existem pessoas e famílias que fazem parte do *cabildo* (Ver Apêndice D, cor azul). O desenho elaborado pelos camponeses demonstra que não existe a continuidade espacial no território camponês por causa desta situação. Este exercício permitiu esclarecer

que uma pessoa pode fazer parte das JAC e também da associação camponesa, ou pode fazer parte da JAC e do *cabildo*, mas uma pessoa não pode estar no *cabildo* e na associação camponesa ao mesmo tempo. Além da associação e do *cabildo*, os camponeses reconheceram a presença de outras associações de produtores, organizações religiosas e instituições educativas, mas o pertencimento às mesmas não afeta seu pertencimento à associação camponesa.

No desenho também foram identificados as *veredas* que fazem parte do *cabildo* indígena: San Pablo, Pedregal, Yarumales, Media Naranja, Las Cruces, La Laguna, La Violeta, Pan de Azucar y Chicharronal. Com relação aos elementos do território identificaram as quebradas de La Vieja, Carrizales, Quebraditas e o Rio Negro.

- b) El Jagual:** Segundo o trabalho realizado pelo grupo de camponeses moradores na zona de El Jagual, são 8 as *veredas* onde existem afiliados da associação (Ver Apêndice D, cor azul): La Cominera, Las Guacas, San Luis Arriba, Descanso, San Luis Abajo, El Jagual, María, San Rafael. A *vereda* Buenavista foi identificada como “zona del cabildo” e El Jagual é considerada uma zona compartilhada com os afrodescendentes. Os elementos geográficos mais relevantes para eles são as quebradas de Guaquitas, El Jagual, e Rio negro. Também assinalaram as estradas mais importantes. (Ver Apêndice C, Desenho Corinto 2 El Jagual)
- c) Los Andes:** Não foi possível fazer o desenho desta zona, mas segundo o documento PDC do município de Corinto, as *veredas* que fazem parte desta zona, consideradas território camponês (Ver Apêndice D, cor azul) são: Los Andes, La Capilla, la Cristalina, El Silencio, Santa Marta; Palo Negro. Na socialização dos mapas, foi comentada que nesta zona foram criadas duas *veredas* novas: La Unión, que se separou da Ester, e Santa Marta, que se separou de El Boqueron. Mencionaram também a existência de La Nevera, uma propriedade que pretende ser legalizada como resguardo pelo *cabildo* indígena, já que seu proprietário vendeu para o INCODER para este fim.

Zona	Vereda
Rio Negro	Rio Negro, El Crucero, San Pedro, El Palmar, Pueblo Nuevo, Quebraditas, El Paraiso, Los Alpes, Palmar
Los Andes	Los Andes, La Capilla, la Cristalina, El Silencio, Santa Marta; Palo Negro
El Jagual	La Cominera, Las Guacas, San Luis Arriba, Descanso, San Luis Abajo, El Jagual, María, San Rafael

Quadro 5 - *Veredas* camponesas do município de Corinto

Fonte: Asociación Pro-Constitución de la Zona de Reserva Campesina del Municipio de Corinto (2010).

O cabildo de Corinto tem seu território estabelecido como resguardo na propriedade denominada La Nevera no corregimiento de Los Andes. No entanto, segundo o EOT do município de Corinto, a organização indígena está presente, mas não como resguardo reconhecido oficialmente, nas veredas de La Esmeralda, Santa Elena, Media Naranja, El Crucero, San Pedro, El Palmar, La Heroica, El Pedregal, Quebraditas, Los Andes, La Siberia, El Boquerón, La Capilla, Carrizales, Mira Valle, La Cristalina, El Silencio, La Esther, El Jagual, La María, San Luis Arriba, El Descanso, La Cominera, Las Guacas, San Rafael, Buena Vista, El Paraíso, Chicharronal, La Laguna, Las Cruces, La Cima, Yarumal e El Danubio. (Ver Apêndice D, cor laranja)

3.3.3 Asociación Pro-Constitución de la Zona de Reserva Campesina del Municipio de Miranda

O território municipal de Miranda compreende uma área de 19.959 hectares que se estende desde 950 até os 4.100 m de altitude. A área total se encontra distribuída em 371 hectares de zona urbana e 19.578,7 de zona rural. Limita ao norte com o município de Florida (*departamento* do Valle del Cauca), a leste com Rio Branco (*departamento* del Tolima), ao sul com os municípios de Corinto e Padilla e a oeste com o município de Puerto Tejada. Seu território é irrigado pelos rios Desbaratado, que define o limite municipal ao norte com

Florida, e o rio e Güengüé que demarca os limites ao sul com Corinto. A zona urbana está localizada a 1.120 de altitude e a 122 km de Popayán, capital do Cauca, e a 44 km de Cali.

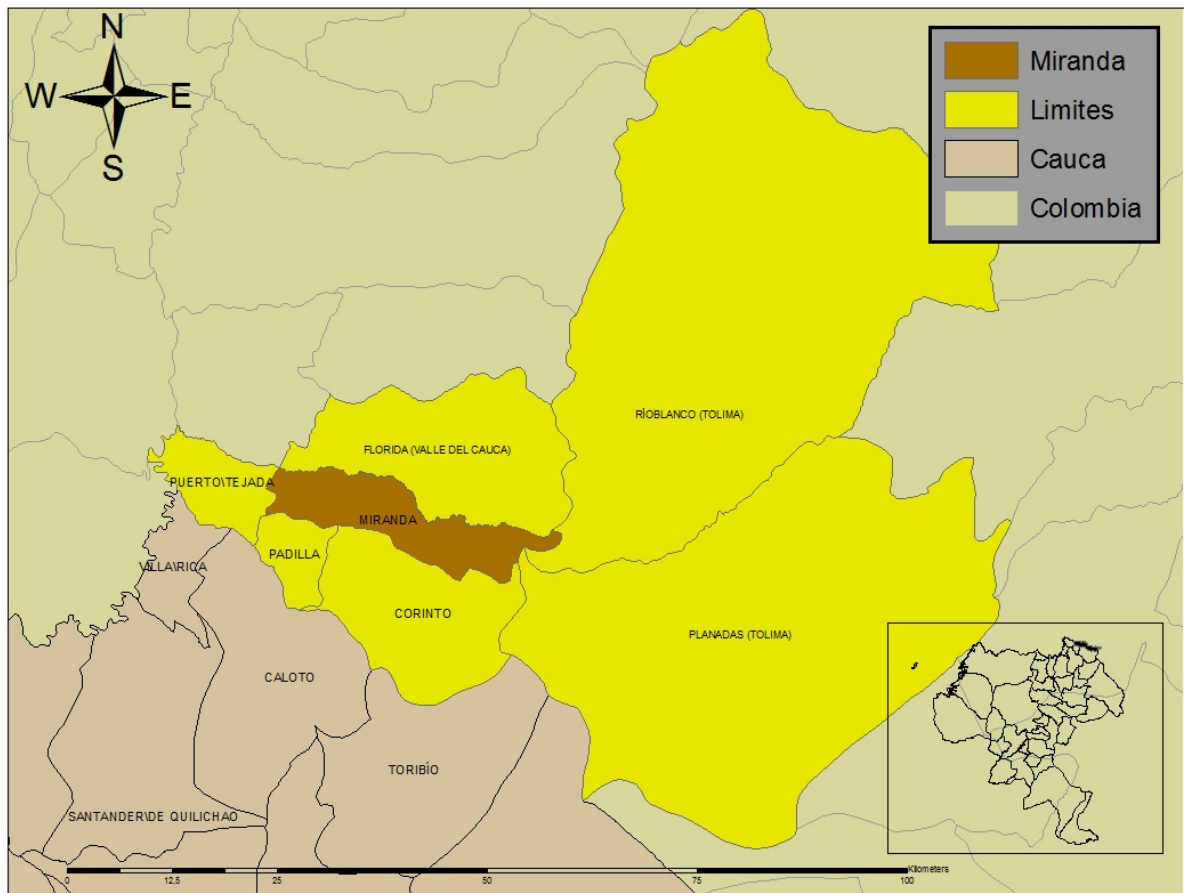


Figura 7 – Mapa localização geográfica de Miranda

Fonte: Elaborado pela autora.

Administrativamente o município de Miranda divide-se em zona urbana e zona rural. A zona urbana está constituída pela área urbana da *cabecera municipal* e pelos *centros poblados* de El Ortigal y Santana, sendo composta por 12 bairros e 7 urbanizações. A população rural do município de Miranda se encontra distribuída em setores e *veredas*, as quais se agrupam em duas zonas: a zona plana, constituída por 11 *veredas*, e a zona de montanha, que contém 16 *veredas*.

A população total do município, segundo o Censo de 2005, é de 33.245 pessoas, das quais 11.224 moram na *cabecera municipal* e 22.021 na zona rural do município. Segundo a mesma fonte, do total da população, 5.436 se reconhece como indígena (da etnia Paez), e

16.432 o como afrodescendentes, 9.336 não se auto-incluem a nenhuma destas categorias e 763 pessoas não responderam sobre a pergunta de auto-reconhecimento. Segundo as lideranças, a associação reúne aproximadamente 250 famílias.

Segundo o PDC, que foi validado mediante a elaboração dos mapas, a população camponesa que faz parte da associação delimita seu território em 18 *veredas*: Cajones, La Calera, La Mina, Las Dantas, El Otoval, Caparrozal, La Cilia, El Cabildo, Potrerito, Caraqueño, Monterrodondo, El Horno, Calandaima, Las Cañas, La Esmeralda, Campoalegre, Guatemala e Desbaratado (Ver Quadro 6).

<i>Corregimiento</i>	<i>Vereda</i>
ZONA MONTAÑOSA	Cajones
	La Calera
	La Mina
	Las Dantas
	El Otoval
	Caparrozal
	La Cilia
	El Cabildo
	Potrerito
	Caraqueño
	Monterrodondo
	El Horno
	Calandaima
	Las Cañas
La Esmeralda	
Campoalegre	
ZONA PLANA	Guatemala
	Desbaratado

Quadro 6 - *Veredas* camponesas do município de Miranda

Fonte: Elaborado pela autora.

O exercício para a delimitação do território camponês se realizou de forma similar ao município de Corinto. Contou com a assistência de associados moradores das *veredas* de Los Pinos, Campo Alegre, La Unión, El Progreso e Monterrodondo. Eles elaboraram os mapas e os expuseram explicando os limites, refletindo o que se entende por território camponês. Nesta oficina, realizaram-se dois tipos de mapas. Nos desenhos 1, 2 e 4 (Ver Apêndice E) os participantes preferiram focalizar-se nas *veredas* onde moravam, descrevendo os elementos que consideravam mais importantes. Mas no desenho 3 (Ver Apêndice E) se propuseram a determinar as *veredas* consideradas camponesas e as que eles acham que têm presença

indígena. Do mesmo modo que nos exercícios realizados em Caloto e Corinto, se afirmou que território camponês é aquele onde está presente a associação. Nas apresentações dos desenhos se mencionou que existem *veredas* consideradas “somente” camponesas (Ver Apêndice F, cor verde) e outras onde existe população tanto camponesa como indígena (Ver Apêndice F, cor azul). Segundo o EOT do município, as *veredas* Campoalegre, Caraqueño, Potrerito e el sector de la Nueva Unión também têm se aderido ao *cabildo*.

Em Miranda existe um *resguardo* indígena denominado La Cilia que ainda não se encontra legalizado. Está localizado no sitio El Diviso, entre as *veredas* La Calera y La Cilia. Mas, segundo o EOT, a área de influência do *cabildo* de Miranda são as *veredas* de La Calera, La Cilia, El Cabildo, El Horno e las Dantas. Nos últimos anos têm sido aderidos moradores das *veredas* Caparrosal e El Otoval, e posteriormente, Campoalegre, Caraqueño, Potrerito (Ver Apêndice F, cor azul).

Segundo o exercício cartográfico da delimitação do território camponês, as *veredas* La Cilia, La Calera, El Cabildo, Las Dantas, Otoval, El Horno y Caparrosal têm tanto população campesina como indígena (Ver Apêndice F, cor azul).

Os exercícios cartográficos realizados nas oficinas permitiram evidenciar como os participantes entendem o território camponês em relação aos limites dos territórios considerados por eles indígenas. Neste caso, também não existe um território contínuo nem para os camponeses, nem para os indígenas. Na sequência se analisará como é construído este território, partindo de alguns exemplos das relações sociais que estão demarcando as fronteiras – móveis e permeáveis – entre os territórios camponeses e indígenas na zona norte do Cauca.

3.4 O TERRITÓRIO CAMPONÊS: COMO É DEFINIDO E DEFENDIDO?

No exercício feito com os participantes das três organizações tentou-se construir um relato gráfico e oral do que eles definem como território camponês. A identificação dos limites que os associados têm em relação ao que consideram seu território é um primeiro passo para a compreensão do processo de construção da identidade camponesa nas interações com outros grupos étnicos e em relação ao Estado

Na sequência se apresentarão alguns exemplos de como estão se diferenciando os territórios na zona norte em função das associações e os *cabildos* e, com as limitações que tem

esta pesquisa, se tentará esclarecer que apesar da enunciação de territórios diferenciados entre camponeses e indígenas, os contatos cotidianos entre camponeses e indígenas fazem que estes limites sejam percebidos como flexíveis. As definições feitas pelas três associações durante a elaboração do mapa coincidem em definir o território como o lugar onde moram os associados, sendo a *vereda* a unidade mínima de referência. Este critério para a definição dos limites tem desenvolvimentos diferentes em cada município.

Como pode se apreciar no Apêndice B, em Caloto eles afirmam contar com um território contínuo, ou seja, com *veredas* “somente camponesas” (cor verde) e também identificam a existência do território contínuo para os indígenas (cor laranja). Pelo contrário, em Miranda, existem *veredas* onde só moram camponeses (Apêndice F, cor verde), e *veredas* onde moram camponeses e indígenas (Apêndice F, cor azul). No caso de Corinto, existem *veredas* onde somente moram indígenas (Apêndice D, cor laranja) e *veredas* onde moram indígenas e camponeses (Apêndice D, cor azul). Nestes últimos dois municípios não é possível identificar um território contínuo nem para indígenas nem para camponeses, como no caso de Caloto.

O exercício cartográfico foi utilizado como meio metodológico para tentar evidenciar graficamente as fronteiras entre o indígena e o camponês em termos territoriais, segundo a percepção dos camponeses associados que participaram das oficinas. O que ficou evidente é que esses limites não estão dados somente pelas conformações territoriais dos *resguardos* delimitados pelo Estado colombiano por meio do INCODER, nem pelas *veredas* reconhecidas nos EOT municipais. Para os camponeses, os territórios indígenas existem além dos *resguardos*. Eles são definidos onde há presença organizativa do *cabildo* e, assim como acontece com as associações camponesas, é possível que esta presença organizativa não se acompanhe de uma continuidade territorial. Isso faz com que existam *veredas* habitadas tanto por camponeses como por indígenas.

Os dados apresentados permitem entender como no caso da sub-região norte do departamento do Cauca o espacial está se constituindo nas relações sociais, neste caso específico, nas dinâmicas organizativas das associações e dos *cabildos* como formas de construir lugar. Isto é, de transformar o espaço em territórios diferenciados. Não é possível definir o território camponês nem o indígena unicamente em função das características geográficas ou físicas do espaço. Deve-se considerar as relações sociais – neste caso específico as interações com os *cabildos* indígenas e também com o Estado – que estão contribuindo com o estabelecimento dos limites. As oficinas realizadas permitiram perceber as diferentes experiências e impressões dos camponeses em relação ao lugar das ZRC e à

delimitação do que é considerado próprio. Mas, como podem ser identificados esses limites? Quais são as relações sociais que os produzem?

Esclarecer esta questão precisaria de um trabalho etnográfico mais profundo do que foi possível desenvolver nesta pesquisa, mas poderia se afirmar em relação aos dados das oficinas, que as atuações das organizações estão contribuindo na delimitação do território. As reflexões sobre como a atuação das associações estão contribuindo na delimitação do território e na construção do lugar serão aprofundadas no capítulo 5, mas é possível, neste ponto, assinalar um exemplo que dá conta da existência concreta destes limites territoriais.

Este é o caso dos *retenes* indígenas. Nas oficinas foi comentado como os *comuneros* - como são denominados algumas vezes os indígenas que fazem parte do *cabildo* - fazem *retenes* na zona montanhosa dos três municípios. Os *retenes* são feitos pela *Guardia Indígena* como um mecanismo de controle territorial para controlar a entrada e saída das pessoas dos territórios indígenas. A *Guardia Indígena* é um grupo de pessoas eleito anualmente entre os indígenas que fazem parte dos *cabildos*. As suas principais funções são de vigilância, controle, alarme, proteção e defesa do território considerado próprio. É necessário considerar que esta defesa do território se faz no meio do conflito armado. A *Guardia Indígena* exerce atividades que são definidas por eles como humanitárias, entre as quais estão a procura de desaparecidos, a libertação de pessoas seqüestradas e detidas, o acompanhamento e apoio permanente aos *cabildos*, traslado de feridos e primeiros socorros, segurança e proteção nas mobilizações, marchas, congressos, assembléias, e outros eventos. Além disso, possui um sistema de comunicação que permite alertar possíveis riscos de bombardeios, massacres e combates. A *Guardia Indígena* é definida pelo CRIC como uma estratégia de defesa dos direitos, do território, da autonomia e da cultura própria, um mecanismo humanitário e de resistência civil no meio do conflito armado.

É possível afirmar que os *retenes* indígenas fazem parte do exercício da territorialidade dos *cabildos* indígenas, das múltiplas formas de construir lugar - e defender o território considerado como próprio - por parte destas organizações que não serão aprofundados nesta pesquisa. Como é possível observar neste exemplo, este exercício da territorialidade indígena está delimitando a existência de territórios diferenciados.

Nas oficinas foi comentado que alguma vez foram feitos *retenes* indígenas na via que comunica duas *veredas* identificadas como camponesas. Este caso gerou no grupo comentários de indignação, pois afirmam que os *comuneros* não têm chegado a um acordo para realizar este tipo de controle. As associações tentaram se comunicar com o governador do *cabildo* - que é sua máxima autoridade - mas nunca obtiveram resposta. Segundo os

camponeses, os indígenas que estão no *reten* argumentam que eles têm se comunicado com a prefeitura e diferentes ONGs para explicar o motivo do estabelecimento destes *retenes*. Os participantes do grupo de discussão manifestaram sua inconformidade pelo *reten* no lugar que eles consideram seu território. Eles consideram que o *reten* não pode se instalar nesse lugar, pois faz parte do território camponês.

Este tipo de situação é mais comum nas *veredas* onde moram tanto camponeses quanto indígenas. Estas dificuldades têm trazido a necessidade de reflexão, no interior das associações, sobre a existência de um “território intercultural onde convivem distintas culturas e etnias”. Este tema foi levantado numa das primeiras reuniões onde se discutia se verdadeiramente existia um território camponês e um território indígena. Este questionamento também trouxe o debate sobre a educação indígena e as dificuldades que tem tido a implementação de projetos educativos indígenas nas zonas onde existem tanto indígenas quanto camponeses. As famílias camponesas resistem a que seus filhos sejam educados sob este projeto educativo. Este tema – que será analisado em profundidade no capítulo que segue – dá conta da existência das diferenças e da superposição dos territórios.

Em relação a isso, os camponeses falaram sobre a proposta de um território intercultural apresentada em várias ocasiões às autoridades indígenas. Esta proposta é denominada como “um pacto pela defesa do território” e parte do reconhecimento da existência dos indígenas e do seu território diferenciado. Eles acham que este pacto tem que considerar as relações políticas das duas organizações e acordos em relação às atividades produtivas, o manejo dos recursos naturais e o meio ambiente. O ponto central é a defesa do território dos riscos da apropriação privada do mesmo e a recuperação da soberania alimentícia. Mas esta proposta não foi ainda discutida amplamente com os *cabildos* indígenas e as tensões – cuja discussão será aprofundada no capítulo seguinte – continuam aumentando.

No entanto, os *cabildos* e as associações camponesas também se relacionam para fazer frente às problemáticas comuns dos territórios. Esse é o caso das aproximações entre o *cabildo* de Corinto e a associação camponesa do mesmo município para chegar a um acordo sobre as propostas de substituição gradual das culturas de uso ilícito que serão apresentadas ao governo.

Mas estes limites que estão se descrevendo – e que se associam principalmente às dinâmicas organizativas - não são definitivos, pois existem outras dimensões na cotidianidade. Como foi explicado no capítulo 2, esta pesquisa não se aprofundará nas relações cotidianas. Porém foi possível perceber que no dia a dia o limite entre o camponês e o indígena é permeável. Isso foi explicado por um camponês desta maneira:

Olha: território somente camponês não existe, e território somente indígena também não. Não tem. Nós falamos de um território pluriétnico e multicultural porque é muito difícil dizer “que sou camponês” se meu vizinho que está do lado é indígena. Ele continua sendo meu amigo, meu vizinho e até meu genro, ou meu cunhado, por que não? [...] se a gente não entende isso é um perigo por que vai se gerar mais conflito do que já tem, por que a concepção de raça [...] Isso não quero nem pensar.²¹

Refletindo sobre esta intervenção uma mulher camponesa conta:

Veja, vou falar sobre o que eu tenho vivido. Eu nasci no *departamento* de Antioquia e vim para cá faz 25 anos. Eu sou mais *paisa*²² que a *arepa*²³. Então, eu não posso ou para mim não podem dizer que aqui a cultura é assim e que eu tenho que ser de essa cultura indígena. Eu venho de lá e trago outra concepção. Eu posso enriquecê-la com a de cá? Sim! Mas não posso deixar minha identidade lá para vir me incluir na de cá. É muito difícil. Isso eu tenho nos ossos, vem na genética, na alma. Eu levo 25 anos no Cauca. Eu conheço a região, mas eu, os meus ancestrais não esqueço, eu os levo na alma. Então, o que diferencia um do outro? É muito difícil, por que meus filhos são de cá! [...] e são camponeses, por que eu os formei assim, mas um deles casou com uma indígena e hoje somos da mesma família!²⁴

O exposto até aqui permite evidenciar quais são os limites do território camponês, e, além disso, como estes limites se constroem na inter-relação com os *cabildos* indígenas. As ZRC existem como um lugar - nos termos em que este é definido por Arturo Escobar - e dão conta da existência dos camponeses como um coletivo diferenciado dos indígenas. As ZRC não têm sido reconhecidas ainda pelo Estado. Também não existe uma solicitação formal ante o INCODER para sua constituição, mas as associações que durante 15 anos têm trabalho ao redor desta figura – sem um conhecimento específico da legislação e sem os recursos necessários para a formulação dos PDC – têm se constituído como sujeitos coletivos e têm delimitado um território, na interação com outros grupos étnicos e com o Estado.

Este capítulo tem se limitado a analisar como é definido o território camponês na interação das associações camponesas com os *cabildos* indígenas e os seus territórios. A interação com o Estado, que está se dando principalmente em relação à negociação das propostas alternativas para a substituição das culturas de uso ilícito, será aprofundada no

²¹Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território camponês realizada em Miranda, em junho de 2010. Tradução nossa.

²²*Paisa* é uma palavra usada para se referir as pessoas do departamento de Antioquia e do *eje cafetero*

²³*Arepa* é uma torta de milho que geralmente é preparada assada. Este alimento é consumido em grande medida em Antioquia e faz parte dos referentes identitários desta região.

²⁴Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território camponês realizada em Miranda em junho de 2010. Tradução nossa

capítulo 4. No capítulo que segue se aprofundará o processo de conformação das associações, com o fim de entender como está se delimitando este território e a relação que existe entre a definição identitária dos camponeses com a figura jurídica das ZRC.

4 A EMERGÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE?

Este capítulo analisará o processo de criação das associações e a relação encontrada na pesquisa com a construção da identidade camponesa ao redor da figura jurídica de ZRC. Os dados primários são extraídos dos debates e discussões gerados em relação aos desenhos feitos pelos participantes do *território camponês*, dos grupos de discussão que se realizaram nas oficinas, das entrevistas com líderes camponeses das associações e das conversas informais com outros camponeses associados.

Como foi exposto no primeiro capítulo, esta pesquisa se insere no objetivo analítico de compreender como é que são construídos os limites da comunidade camponesa como grupo étnico a propósito da criação das ZRC na sub-região norte do *departamento* do Cauca. Partir-se-á dos supostos teóricos de que a construção e a permanência dos grupos étnicos é resultado da interação das diferenças, e por isso o interesse é pela emergência das categorias étnicas, não pela descrição dos aspectos culturais como um conjunto fechado que distingue um grupo étnico do outro. Esta interação só pode ser compreendida no contexto de uma estrutura social dominante, que neste caso é o Estado-nação e suas políticas da diferença.

Inicialmente se remeterá aos relatos sobre criação das associações que foram construídos nas oficinas realizadas em cada uma das mesmas. Estes relatos explicam como é que chega a figura na zona, como se constrói a idéia de criar uma associação para procurar a construção das ZRC, remetendo a um antes e a um depois da criação das associações e explicando o passado em contraste com o que é hoje o território camponês. Estes relatos permitem entender como é que esta figura jurídica contribui para marcar a fronteira da identidade. Num segundo momento, se apresentará os relatos que descrevem as ZRC hoje, fruto da reflexão dos participantes das oficinas sobre as principais problemáticas identificadas em relação às culturas de uso ilícito, ao conflito armado e às tensões com os *cabildos* indígenas.

Os dados apresentados neste capítulo permitirão entender como ganha sentido a idéia das ZRC na sub-região norte do Cauca, e como esse processo – que pode ser considerado como um processo de identificação étnica - está relacionado com a interação destas associações com as organizações indígenas e com o Estado. Estas interações estão cruzadas tanto pelas auto-definições dos camponeses como pelas definições feitas pelos indígenas e

pelo Estado. No entanto, o eixo desta pesquisa se centrará nas auto-definições feitas pelos camponeses. A compreensão deste processo de identificação dos camponeses permitirá entender finalmente quais são as estratégias – isto é, a etnicidade- desenvolvidas pelos camponeses como grupo étnico na definição da sua territorialidade:

4.1 COMO SURGIRAM AS ZRC NOS MUNICÍPIOS DE MIRANDA, CORINTO E CALOTO?

Como explicado no segundo capítulo, as oficinas foram concebidas com um duplo propósito, pois estas se inseriram na iniciativa das associações de continuar a elaboração dos PDC, que no início de 2010 se constituiu como uma necessidade na conjuntura de ameaça da erradicação forçada para a zona. Em relação à pesquisa, estas foram planejadas como um espaço de interação onde circulassem relatos sobre a identidade, o território e o desenvolvimento, que pudessem ser analisados a partir de um olhar etnográfico.

Um das perguntas iniciais que as oficinas tentaram esclarecer foi como emergem as ZRC de cada município. Em Caloto, esta pergunta foi formulada ao iniciar a socialização dos mapas elaborados pelos grupos e motivou uma série de lembranças nos participantes. Nas palavras de um participante da oficina “isto sempre existiu como território camponês ainda que nem sempre se tenha falado de ZRC”. Lembra que antes, aproximadamente 40 anos atrás, o território se organizava por *veredas* sendo o chefe de *vereda* o primeiro líder local. Nesse momento não existia a figura da JAC nem de *governador do cabildo* no caso da organização indígena.

Em Caloto, começou a se falar de ZRC em 1999. Foi um dos antigos chefes de *vereda*, que era uma das pessoas mais antigas da região e mais conhecedoras dos processos organizativos camponeses de Caloto, quem começou a falar sobre o tema nas diferentes reuniões dos moradores da zona. Outros personagens, ainda presentes nos processos organizativos da que hoje é a associação de Caloto, são lembrados no momento da constituição da mesma. Eles lembram que se começou a socialização da idéia, primeiro nas *veredas* de El Venadillo e El Pedregal (ver Apêndice B) visitando casa por casa para explicar o que é uma ZRC e falar da possibilidade de construir a ZRC na zona montanhosa do município. Lembram que El Porvenir não conseguiu se unir ao projeto, pois segundo os narradores, as pessoas não conseguiram entender os objetivos da constituição da ZRC.

Os participantes das oficinas lembram-se das primeiras reações das pessoas convidadas para a constituição da associação: “falavam que éramos malucos e estávamos loucos”, ou que “era uma idéia da guerrilha”. A primeira reação foi de rejeição: “nos olhavam feio”. No entanto, pouco a pouco, a idéia da ZRC e seus objetivos deixaram de ser estranhos para os habitantes da zona rural do município e foi deixada uma semente que só em 2001 se concretizaria.

A criação da associação no município de Caloto tem uma relação importante com o massacre acontecido no ano de 2001 em El Palo.¹ Segundo os camponeses que lembram o processo de constituição da associação, este massacre “sacudiu bastante e a gente entendeu que tinha que estar unidos e pertencer legalmente a uma associação”. Afirmam que, embora existisse a possibilidade de fazer parte do *cabildo*, muitas pessoas não gostavam da idéia, pois isso implicava aceitar o *resguardo* como o regime da propriedade da terra.²

Outro camponês afirma que a idéia de pertencer à associação camponesa foi bem acolhida em algumas famílias que não se identificavam com os indígenas: “[...] foi fácil constituir a ZRC, a gente disse que não queria pertencer ao *cabildo*. Foi criada para *nos distinguir* dos indígenas e ter uma organização própria, como tem os indígenas, por isso foi fácil”.

Ele se refere ao caso da *vereda* de El Pedregal, onde existia uma população auto-identificada como indígena, que não queria se afiliar ao *cabildo*, e aceitaram facilmente entrar no processo camponês para a constituição da associação. O argumento defendido por estas famílias para não entrar na organização indígena está relacionado principalmente com a propriedade da terra, pois possuíam propriedades legalizadas e perceberam que ao entrar no *cabildo* estas passariam a ser parte da propriedade coletiva do *resguardo*. Caso contrário ocorreu com a *vereda* El Porvenir (Ver Apêndice B) cujos moradores não aceitaram a proposta dos camponeses e se afiliaram ao *cabildo*.

É importante esclarecer que para os participantes das oficinas e para as pessoas entrevistadas a constituição das associações equivale à criação das ZRC, não sendo considerado se o INCODER reconhece oficialmente a existência das mesmas. Para eles a percepção da “legalização” da ZRC tem a ver com a criação da associação, mas não com o

¹ Este massacre foi efetuado por um grupo paramilitar na zona rural do município de Caloto. Foram assassinadas oito pessoas no dia 23 de fevereiro de 2001.

² Nestas discussões emerge um dos principais elementos mobilizados pelos camponeses para se diferenciar dos indígenas. O *resguardo* é uma propriedade coletiva e comunitária. Isso implica que o indivíduo não pode ter título de propriedade sobre a terra. Esta questão será aprofundada no decorrer do capítulo.

reconhecimento do Estado, através do INCODER, da sua existência legal. Assim eles lembram o início da associação e em paralelo a isto, a “criação” da ZRC:

Foi assim que se começou a conformar a ZRC e até aqui vamos. Já se legalizou. Antes dizíamos que éramos camponeses e que está era zona camponesa, mas não tínhamos legalizado nada. Isso era por que só se dizia, mas agora nós já somos camponeses porque somos legais.³

Ao lembrar o processo de constituição das ZRC se rememora também a colaboração de pessoas “de fora”, como acadêmicos e pesquisadores que iam até as *veredas* para dar oficinas e colaborar com a organização das ZRC. Acadêmicos, professores e estudantes da Universidad del Valle e a Universidad del Cauca participaram ativamente, explicando para quem tinha interesse o que é a ZRC, qual é o seu funcionamento, trâmites e requerimentos para sua constituição.

O relato da criação da Asociación Pro Constitución de Zona de Reserva Campesina do município de Corinto data sua criação em 1998. Este tema foi abordado na oficina realizada com os afiliados. Da mesma forma que em Caloto, ao se fazer a pergunta sobre a origem da associação a propósito da discussão dos limites do território camponês, emergiram as lembranças do processo organizativo.

Segundo as palavras da sua presidenta, ainda que a associação tivesse sido “legalizada”⁴ neste ano, os camponeses já estavam organizados desde 1991. No entanto, ela lembra que as associações pró-constituição das ZRC da zona norte do Cauca foram criadas depois de 1996, ano no qual teve lugar a grande mobilização camponesa de 1996 no sul da Colômbia. Como explicado no primeiro capítulo, esta mobilização, que também é conhecida como *marchas cocaleras*, contou com a participação de aproximadamente 200.000 camponeses cultivadores de folha de coca. Apesar da constante estigmatização e repressão do exército, os camponeses conseguiram se constituir como um interlocutor do Estado, dar visibilidade à problemática dos camponeses *cocaleros* e comprometer o Estado com planos de desenvolvimento alternativos. Produto desta negociação com o Estado foi a regulamentação

³ Trecho de entrevista feita a um integrante da Asociación Pro-constitución de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

⁴ Por legalizar a associação se entende o registro dela ante o Ministerio de Protección Social. Os trâmites para a criação legal de uma associação requerem dos seguintes passos: 1. Realização de uma assembléia constitutiva 2. Elaboração de ata da assembléia 3. Registro no Ministerio de Protección Social.

da figura jurídica das ZRC e a construção de duas delas, as quais seriam as primeiras experiências no país da operacionalização desta política pública.

Naquele momento, os camponeses na zona norte do Cauca já tinham construído outras formas organizativas que reivindicavam principalmente o direito à terra. Mas na conjuntura das mobilizações - com a legitimação da figura das ZRC e a promoção da mesma por parte do INCODER e também de organizações camponesas do nível nacional como FENSUAGRO⁵ - os camponeses da zona norte optaram por criar estas associações, propondo a constituição destas zonas.

Nas entrevistas aos integrantes das três associações, é comum a afirmação de que esta associação foi criada por que se estava assistindo a uma perda da identidade camponesa, já que estavam “concentrando-se em papéis que não os identificavam”. Esses papéis são mencionados em relação às organizações indígenas, afrodescendentes e as JAC, que segundo eles, não reconheciam os ideais dos camponeses. Assim, a criação da associação é lembrada por eles como “um ato de resistência para a conservação da nossa identidade”.

Também são lembradas as dificuldades que motivaram a necessidade de se constituir uma organização camponesa. Uma delas foi o avanço das políticas de erradicação forçada e a perseguição dos cultivadores de coca e maconha. Esse é um dos fatores que, segundo a liderança entrevistada, fez com que emergisse a necessidade de se identificar como coletivo camponês. No caso de Corinto, lembram que antes da associação existia outra organização denominada ASPOTIERRA cujo objetivo principal era buscar o acesso à terra por parte de seus integrantes. Porém, existiam muitas pessoas que não pertenciam a nenhuma organização. Segundo os relatos, ao pressentir o perigo de não possuir “nenhuma identidade, nenhuma organização que os apoiasse e os defendesse”, decidiram se organizar na Asociación Pro Constitución de Zona de Reserva Campesina do município de Corinto.

A mesma questão foi discutida na oficina realizada na associação de Miranda. A *Asociación Pro Constitución de Zona de Reserva Campesina* do município de Miranda, foi criada em 1995. No relato do seu presidente, a criação da mesma tem relação com as divergências de um grupo da população com o *cabildo*. Mas a questão principal é a necessidade de se defender o território e fazer frente à violação dos direitos humanos que

⁵ FENSUAGRO - Federación Nacional Sindical Unitária Agropecuária - é uma organização sindical agrária de segundo grau que agrupa diferentes formas organizativas do setor como sindicatos, associações, comitês. Tem sua origem na Federación Nacional Sindical Agropecuária, FENSA, criada em 1976 dentro de iniciativas de unidade do movimento operário e camponês. Hoje, esta federação se propõe a fortalecer o trabalho das organizações camponesas, apoiando os processos de luta pela terra dos pequenos e médios camponeses. Sua função principal em relação às associações é de oferecer apoio, assessoria e servir de mediador nas negociações com o Estado.

vinham aumentando na zona. “Defender o território e defender a comunidade” são, segundo as suas palavras, os primeiros objetivos de se associar. Ele lembra que aderir-se ao *cabildo* era uma possibilidade, uns dos casos de re-indigenização que já estavam acontecendo em outras regiões do *departamento* e do país, porém “as pessoas diziam que não queriam se meter no *cabildo*”.

Tem gente que tem tido problemas com o *cabildo* e não quer saber nada do *cabildo*. Outros acham que as esperanças deles não estão dentro da organização do *cabildo*, e outros não entendem a política da organização do *cabildo*, por isso dizem que com o *cabildo* não trabalham. Assim procuramos outras formas de organização e se combinou que era em matéria camponesa, por que não entendiam como eram os *cabildos*. Não se sentiam recolhidos com a política e a cultura do *cabildo* indígena, então nós entendemos que a cultura indígena é uma coisa, a cultura camponesa é outra coisa, a afro é outra e isso tem que se respeitar nas comunidades. Então começamos o processo da organização nas organizações camponesas através das associações que é mais fácil.⁶

4.2 LEMBRANÇAS DO PASSADO

Nas oficinas, o território sempre foi explicado de uma maneira diacrônica, ou seja, relatando como foi o território antes e como ele foi se transformando até o que é conhecido hoje. Ao procurar nas oficinas o momento da criação das associações, foram emergindo outras questões nos mesmos participantes que permitiram avançar na compreensão da emergência das ZRC e dos processos de identificação dos camponeses.

Questões importantes foram formuladas na dinâmica das oficinas: de onde vêm os camponeses que decidiram se organizar para a constituição da ZRC? Quem são os primeiros moradores? Quando chegaram? Com as respostas que surgiram a estas perguntas foi construído o relato que vai ser apresentado a seguir sobre a conformação do território camponês e a relação com o surgimento das associações na zona norte do *departamento* do Cauca. O eixo do relato são os dados coletados na zona montanhosa de Caloto, pois foi nessa zona que se conseguiu coletar mais informações. Em Miranda e Corinto, a história não é muito diferente, e por questão de espaço não serão aprofundadas as particularidades destas

⁶ Trecho de entrevista feita a um integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Miranda na oficina realizada em Miranda, em abril de 2010. Tradução nossa.

zonas. Como já foi dito, os processos sociais que constituem o que hoje é o mapa social e cultural não reconhecem como limites absolutos os limites municipais.

Em Caloto, estes interrogantes surgem na primeira oficina, quando está tentando-se explicar a criação das ZRC e a diferenciação dos indígenas. Um dos afiliados explica que as primeiras pessoas que chegaram já não existem e que foi com a colonização da parte alta do município de Caloto que entraram migrantes de todas as partes para explorar a montanha e extrair a madeira existente no local. Isso aconteceu, segundo a lembrança dele, em 1934 quando começaram a subir famílias para a parte alta da cordilheira. Nessa época o máximo que existia na zona eram 10 famílias, que foram se multiplicando rapidamente. Outras pessoas opinam sobre o tema, lembrando o que foi contado pelos seus avós, mas não confiam muito nas suas próprias lembranças. Assim, surge a idéia de abordar este tema no próximo encontro, convidando os idosos da região que talvez lembrassem com mais clareza a história da região.

Com esta idéia se programou a segunda oficina, com os participantes comprometendo-se a convidar pessoas mais velhas para construir o relato coletivo sobre a história do território camponês. Um mês depois foi realizada esta segunda oficina. Apesar da idéia inicial ser a de construir a história da criação de cada *vereda*, a composição dos participantes levou à modificação da metodologia proposta. Nesta ocasião a maioria dos participantes vinha da *vereda* Venadillo e as outras *veredas* só contavam com um representante. Por isso se decidiu organizar um grupo com os moradores de Venadillo e o outro com os moradores das outras *veredas*.

Após serem constituídos os grupos começou o trabalho. No grupo de moradores de Venadillo, contamos com a presença de um senhor de mais idade que foi convidado para compartilhar com os participantes o que conhecia sobre a história do território. Foi ao redor do idoso que se desenvolveu esta oficina. Ele ficava no meio do grupo de moradores de Venadillo e os outros participantes ao redor dele. Adultos entre 30 e 50 anos, e jovens de 18 a 20 anos, começaram a perguntar-lhe sobre eventos, personagens, fatos e datas. Apareceram múltiplas inquietações sobre como era a vida dos camponeses antes. Muitos têm lembranças de quando eram crianças ou de histórias contadas pelos seus pais ou seus avós, e querem a confirmação, por parte do idoso, daquilo que eles sabem. Ele vai respondendo cada pergunta com a paciência e a autoridade dadas pelos seus 80 anos. Conta cada detalhe sobre como era o território antigamente e suas histórias começam a gerar lembranças e novas perguntas que vão circulando entre os dois grupos pelas referências familiares em comum.

As lembranças de como viviam antigamente são escutadas atentamente pelos mais jovens, que fazem poucas perguntas, mas se divertem com as histórias e as comparações que o

idoso faz sobre como antes se conquistava uma mulher, como era que se casavam os avós, como eram as festas e os mutirões. Depois de escutar o idoso, cada grupo apresentou um escrito sobre o que foi entendido sobre o passado e terminaram o relato com a inevitável comparação com o que é hoje o território camponês.

O terreno que eles colonizaram eram, segundo as lembranças dos mais velhos, terrenos baldios. Antes estas terras não tinham donos. “[...] Estava a terra para que trabalhasse quem quisesse. Tinha que pagar aluguel, mas depois da colonização, são os colonos quem ficaram com as terras [...]”.⁷ Isso foi em 1930. O prefeito deu a ordem de que cada família pegasse um terreno e fizesse o caminho. Isso dava a propriedade da terra. O fato anterior é contado por um camponês- tem 47 anos e 5 filhos nascidos na região - cuja avó chegou de Timbio (Cauca) para colonizar a zona montanhosa deste município. Ela é lembrada como uma fundadora da zona camponesa.

O participante mais velho lembra que quando sua família chegou, no ano de 1930, eles pagavam aluguel para os fazendeiros. Eram meeiros, mas no governo de Lopez Pumarejo (1942-1945), quando se entendeu que estes camponeses não contribuíam com os impostos ao fisco nacional, decidiram legalizar as escrituras dos camponeses que entraram e ainda continuavam chegando com esta onda de colonização. Mas nem todos os que entraram para colonizar nesta região permaneceram. Era muito comum que, depois de constituir a colônia, decidissem vender e migrar para outras regiões.

Quando chegaram os colonos, algumas partes da zona estavam já povoadas por indígenas Nasa, que também pagavam aluguel ao dono das fazendas. Mas estes donos perderam suas propriedades por que não pagavam os impostos e além disso, não tinham o título. Então, estas terras foram declaradas baldias e continuaram chegando migrantes para colonizá-las. Nessa época já existiam algumas estradas, mas não as mesmas que existem hoje, e estava sendo construída a que comunica Corinto a Caloto. Estas estradas eram abertas com ferramentas manuais. Não existia *bulldozer*⁸ e por isso eles demoravam 3 ou 4 anos para abrir uma estrada. Naquela época os carros não chegavam até Santander. Só existia o trem. Lembra que o lugar passou a se chamar Venadillo por que existiam muitos veados pequenos nos arredores. Porém, hoje não existem mais. A vegetação está sendo destruída. O idoso falou: “Imagine! 25 anos tirando madeira, e depois carvão. O colono *paisa* é muito *andariego*.

⁷ Intervenção do camponês mais velho integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

⁸ O *bulldozer* é uma máquina utilizada para o movimento de terra e escavação.

Depois que tombava o mato, vendia e voltava a tombar mais mata. Poucos aguentavam aqui.”⁹

Ele conta que sua mãe o criou vendendo aipim e milho cuja produção era muito boa naquela época. Eles desciam com a carga até a zona urbana de Caloto a pé. Saíam às 0h e chegavam às 3h da manhã, vendiam a carga, compravam algumas coisas e voltavam para casa. Lembra que o dinheiro era suficiente para muitas compras porque tudo era barato e o dinheiro valia bastante nessa época.

As quebradas e os rios também eram diferentes. Tinham muito peixe. Conta que quando tirava a rede, pegava até 10 peixes. Diz que hoje está seco, que não tem nada. Os rios naquela época eram maiores, não sendo possível atravessá-los no inverno. Hoje se pode caminhar entre eles sem problemas em qualquer época do ano.

O transporte era feito somente em mula. As pontes eram de madeira, fortes e polidas, feitas pelos indígenas nessa época. As moradias também eram diferentes. Eram péssimas, segundo o idoso. Os antigos, os primeiros que chegaram, viviam em casas que não tinham quartos. Só tinha um onde dormiam todos. Eles dormiam numa casca de árvore, que era o colchão e o cobertor era a pele da ovelha que podiam conseguir. Por isso dormiam perto do fogão. O fogão era no chão, onde faziam um buraco e colocavam paus de madeira para ter fogo todo o dia. Os pratos e os talheres para comer eram de madeira.

Também se lembra dos mutirões para fazer os trabalhos coletivos. Era como uma grande festa. Matavam-se porcos ou ovelhas e depois do trabalho seguia a festa. iam 80 pessoas para limpar e roçar um terreno ou fazer uma estrada.

Outro camponês que ouvia atentamente o relato do idoso comentou que sua história era diferente. Ele e sua família haviam chegado depois. Entraram na *vereda* Pedregal em 1970 vindos do Líbano (*departamento* de Tolima). Vieram de lá por causa da violência. No Líbano eram todos conservadores e sua família era liberal. Os massacres e os assassinatos eram cotidianos e seu pai era perseguido. Contou que seu pai teve que se esconder um mês em casa e só pôde sair de lá escondido num baú, no meio de uma mudança. Sua fuga coincidiu com o assassinato de um irmão que morava na zona montanhosa de Caloto, na *vereda* El Pedragal, fazendo com que ele fosse para o enterro. Depois ele decidiu ficar nessa zona e trouxe sua família inteira. O camponês que contou a história tinha 4 anos quando chegou. Hoje faz parte da associação. Ele é o mesmo camponês que interrompeu o trabalho do grupo para perguntar ao idoso pela data da morte de seu pai. Ele foi assassinado na década dos 70 e lembra que isso

⁹ Intervenção do camponês mais velho integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

coincidiu com a introdução da maconha na zona alta do município. Sua pergunta gerou uma discussão sobre esta cultura e as mudanças que ela tem introduzido.

Com esta intervenção o grupo começou a falar da “guerra da política”, como é lembrada a Violência de 1948 na região.¹⁰ E com a violência veio a expropriação. Na parte alta de Caloto, só viviam liberais, enquanto que na parte plana moravam os conservadores. Nessa época continuava se desenvolvendo a exploração da madeira, do carvão, a agricultura de subsistência e a pecuária em pequena escala. Existia café em El Pedregal e Venadillo e cana somente em El Pedregal.

Os participantes da oficina lembraram-se das falas dos mais velhos, os que colonizaram e já morreram. Eles falavam muito da “época da violência” ou a “guerra da política”. Afirmam que foi a violência quem “esparramou as pessoas”. Pessoas de outras regiões, que eram perseguidas no seu lugar de origem, migraram para a zona camponesa de Caloto e pessoas de Caloto tiveram que fugir para outras zonas rurais ou para as grandes cidades. Assim, lembram como os liberais ficaram nas partes altas da cordilheira enquanto que os conservadores se localizaram nas partes planas, terras mais produtivas e perto das vias de comunicação.

O mais velho lembra que quando começou a violência trouxe também muita gente e chegaram muitas mudanças. Algumas mudanças melhoraram as condições de vida, outras pioraram. Eles vinham dos *departamentos* de Caldas, Antioquia e Risaralda, zona que é conhecida como o *eje cafetero*. Chegavam deslocados e tinham perdido suas terras por que um “conservador não podia viver na terra dos liberais”.¹¹

Assim foi como um amigo meu teve que sair. Ele era *nariñense*,¹² e conservador, mas era uma grande pessoa. Pela cor maldita da politicagem tinha que sair daqui. Então fez uma permuta: um liberal que morava em Trujillo¹³ estava sendo perseguido por que lá só aceitavam conservadores. Então eles trocaram as propriedades. O conservador foi para Trujillo e o liberal veio para cá. O que foi para Trujillo teve muito sucesso. Conseguiu produzir muito e teve sucesso. Mas o liberal que veio para cá acabou por se arruinar. Perdeu a propriedade e depois vendeu tudo.

¹⁰ A época da Violência na Colômbia é como se denomina oficialmente o período histórico compreendido entre 1948 e 1960, que esteve marcado por enfrentamentos violentos dos partidos Liberal e Conservador. Este período começou com o assassinato do líder político liberal Jorge Eliécer Gaitan no dia 9 de abril de 1948, e desencadeou enfrentamentos violentos como assassinatos, agressões físicas, perseguições, destruição de propriedades privadas na capital, o que ficou conhecido como El Bogotazo. Posteriormente, estes enfrentamentos foram expandidos para as zonas rurais do país criando-se grupos armados de cada partido político, apoiados pelas elites urbanas.

¹¹ Intervenção do camponês mais velho integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

¹² Pessoa que nasceu no *departamento* de Nariño.

¹³ Zona plana do *departamento* del Valle del Cauca.

Sua casa foi queimada depois. Essa violência foi muito dura. Chegou com a morte de Gaitan. Antes disso a vida era boa. Tinham muitas festas, ninguém brigava nem roubava.¹⁴

Esta violência, que começou oficialmente com o assassinato do líder político liberal Jorge Eliecer Gaitan e que é periodizada pela academia entre 1948 e 1960, parece não ter uma descontinuidade na história do território camponês: “Hoje estamos vivendo a mesma violência” afirma o camponês “é uma coisa parecida”. “Não – disse outro – não é parecido, é igual, é a mesma história com mais armas”.¹⁵

Pelo reordenamento da população no meio rural que trouxe a violência, na década de 60, chegaram vários fluxos de população e muitos dos sítios criados pela primeira colonização foram vendidos aos novos moradores que vinham de Caldas, Antioquia, Risaralda, Tolima e outras regiões de Cauca e Nariño. A população foi crescendo. Nesta época foram criadas as *Juntas de Acción Comunal* e as *veredas* foram reconhecidas pelo Estado.

Estas são as lembranças que circulam na oficina sobre como era o território há 50 anos. Antes só existiam três *veredas* na parte alta: Venadillo, Placer e Pedregal. Só no ano 1995 foi criada El Vergel. Essas *veredas* não estavam reconhecidas pelo município. Nesse tempo El Placer era o lugar mais povoado na parte alta de Caloto e também o mais extenso. Tinha cantinas, tendas e vários armazéns. Havia escolas. Mas por que é que ocorreram as desagregações? Como é que se criaram as *veredas*? Como é que se divide o território camponês do território indígena? Essa é uma pergunta central que os participantes da oficina tentaram responder.

Segundo um deles, o que aconteceu é que a zona era desabitada, e a população foi crescendo com as múltiplas migrações. Produto destas, sobretudo as que vinham do *eje cafetero*, à agricultura foi incorporado o café como seu principal produto, e em pouco tempo estas zonas converteram-se em zonas cafeteiras. El Placer era uma *vereda* extensa e os recursos que conseguia captar da prefeitura municipal sempre eram gastos na parte plana. A desconformidade dos moradores da parte alta fez com que se procurasse a constituição de outras *veredas* no interior de El Placer e, dessa forma se conseguisse captar os recursos diretamente. Assim, em 1995 se criou a *vereda* El Vergel, tomando parte do território de El Placer e El Pedregal.

¹⁴ Intervenção do camponês mais velho integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

¹⁵ Intervenções dos camponeses integrantes da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

Eles lembram que as três *veredas* sempre foram camponesas. Também remetem a outra *vereda*, El Porvenir, que “era camponesa”, mas que aderiu ao *cabildo*, junto com El Carmelo, e hoje não são fazem parte da ZRC de Caloto. São parte do território indígena.

Como é que se criou esse limite territorial entre o camponês e o indígena? Eles lembram que isso foi no ano 1979. Nesse momento existia a *Asociación Nacional de Usuarios Campesinos* (ANUC), uma organização nacional que agrupava aos camponeses e que tinha também participação dos indígenas. Na atuação desta organização se realizaram muitas recuperações de terras que eram propriedades dos fazendeiros, com a participação de camponeses e indígenas juntos. No ano 1979 os indígenas criaram o *cabildo*, e começaram a constituir *resguardos* na zona norte do Cauca, um deles nas terras recuperadas nas atuações conjuntas.

Depois disso começaram os conflitos, pois os camponeses lembram que existiam muitas pessoas que não tinham interesse em fazer parte do *resguardo* por que, segundo a sua percepção, as terras dos *resguardos* são do Estado. São aqueles moradores da zona alta de Caloto, que no ano de 2002, vão se auto-reconhecer como camponeses e constituir a associação.

Os relatos coletados nas oficinas e nas entrevistas sobre a criação das associações pró-constituição das ZRC permitem entender como esta figura chegou a ser um referente identitário coletivo para as famílias camponesas na sub-região norte do *departamento*. Como se pode apreciar, a idéia da constituição das ZRC e das associações chega por conta de FENSUAGRO, uma organização camponesa nacional que tinha participação nas mobilizações, nas negociações da lei 60 e também no processo de regulamentação dos capítulos que tinham a ver com as ZRC. As problemáticas dos colonos do sul do país e do norte do Cauca eram similares: precisavam de alternativas para a substituição das culturas ilícitas e de ferramentas para *defender o território e defender a comunidade*. Assim, a idéia de se criar uma ZRC chega a encaixar com outros processos organizativos dos camponeses, cujas reivindicações estavam centradas no direito à terra.

A ZRC começou a ser reivindicada na zona norte do Cauca como uma figura territorial e um referente identitário que diferencia os camponeses dos indígenas, sendo o principal elemento diferenciador a posse da terra.

Ao tentar entender a criação das associações e dos limites do que hoje é o território considerado por eles como camponês surgiu a necessidade de entender a origem dos mesmos. Assim, emergiram as perguntas sobre os primeiros moradores e as lembranças do passado para entender como foram conformadas as *veredas* que hoje são a unidade básica para

descrever a formação do território. E ao tentar explicar estes limites, a referência com a diferenciação e delimitação dos *resguardos* foi evidente. Apesar de nunca ter sido formalizada a solicitação ante o INCODER, os limites das zonas camponesas no norte do *departamento* do Cauca começaram a se configurar desde essa época.

Nas lembranças do passado também está presente a violência como um eixo estruturador do território. Disso dá conta a história da colonização da parte alta destes municípios, e também os fluxos migratórios que expulsaram grande quantidade de pessoas que se acomodaram nesta região. Mas, segundo eles, esta violência ainda não terminou e hoje é uma das principais ameaças ao território que eles querem defender. Nas oficinas também foram abordadas reflexões sobre o que é hoje o território camponês, tentando estabelecer as principais problemáticas do território. A seguir serão expostos os relatos da contemporaneidade, isto é, as leituras que os camponeses têm do território e das suas principais problemáticas.

4.3 COMO SÃO A ZRC HOJE? RELATOS DA CONTEMPORANEIDADE

Uma parte importante das oficinas nos três municípios aborda a caracterização atual do território para se refletir sobre as condições do mesmo. Em geral, nos três municípios as principais problemáticas que se descreveram foram: a intensificação do conflito armado que atinge os moradores da zona rural, as culturas de uso ilícito com as conseqüentes políticas de erradicação forçada do governo e os conflitos com os indígenas.

4.3.1 Culturas de Uso Ilícito

Em Caloto, os camponeses relatam que foi nos anos 70 que se começou a cultivar a maconha. Ela veio de “baixo até em cima”. Foi no ano de 1972 que começou a se plantar em El Pedregal e El Venadillo. As pessoas começaram plantando pouco, escondendo as matas nas beiras dos rios. Hoje a coca e a maconha estão no pé da estrada. A primeira erradicação chegou no ano 1974, mas não conseguiu acabar com a cultura.

Os camponeses lembram-se da primeira erradicação: quem entrou foi o exército, mas antes vinha gente encoberta para fazer inteligência, como vendedores ou trabalhadores que ficavam na zona pouco tempo. Depois de eles saírem, entravam os soldados. Naquela primeira vez entraram 500 soldados e ficaram um mês nas *veredas* de Venadillo e El Pedregal obrigando as pessoas a arrancar as plantas de maconha e levar até o ponto onde um caminhão recolhia para levá-las a Popayán. Logo levavam os cultivadores nos caminhões, passando com eles pelas *veredas* e cidades vizinhas para que os outros moradores vissem. Depois os transportavam para Popayán, onde eram levados à justiça e presos por 6 meses. Mas nessa época a cultura não era tão comum. Foi só depois da broca¹⁶ e da *roya*,¹⁷ doenças do café que acabaram com as culturas nos anos 80, que se propagaram as culturas de uso ilícito. As pessoas deixaram de cultivar o café e passaram a plantar a maconha. Mas nessa época ainda era pouco o que se plantava, e as plantações estavam escondidas. O café ainda dava um pouco de renda.

A coca chegou depois. É somente nos anos 90 que se inicia o que eles chamam da “cultura comercial da coca” por que afirmam que esta sempre existiu como parte dos costumes indígenas. Nas lembranças dos camponeses, são pessoas de fora que chegam à região para promover a cultura. Segundo as palavras de um dos camponeses participantes das oficinas: “tenho conhecimento que entraram uns *gringos*,¹⁸ que são os que começam com as culturas, com uns intermediários”.

Ao falar destas culturas e da sua história na região aparece imediatamente a reflexão das problemáticas que hoje afetam os camponeses. Reconhecem as mudanças que estas duas culturas têm ocasionado:

Tem uma mudança econômica, social e ambiental, não a favor da colonização e do território. Tem uma mudança num território que foi saudável. Por que a gente termina assim? No ambiental existe o desmatamento do ambiente, se contaminam as águas, os nascedouros dos rios pelo uso de venenos para essas culturas. Eu critico muita gente que faz isso, que envenena a semente e no outro dia encontra muitos animais mortos. Eu falo: cultive a maconha, mas não envenene os animais. Em El Pedregal cultivaram maconha e morreram muitos passarinhos. Eu me pergunto, como é que a gente faz essas coisas?¹⁹

¹⁶ A *broca* é considerada a praga mais daninha que tem afetado o café na Colômbia. Desde 1988 tem ocasionado grandes perdas

¹⁷ A *roya* é um fungo conhecido como *Hemileia vastratix*. É uma doença cíclica que afeta a folhagem e produz desfolhação. Tem causado perdas de até 23% na produção acumulada de quatro colheitas.

¹⁸ *Gringo* é o jeito de se referir, em algumas regiões da Colômbia, às pessoas que vem dos Estados Unidos.

¹⁹ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010, tradução nossa. Eles explicam que para

Identificam também mudanças na economia da zona. Outro camponês opina que a pior mudança relaciona-se com o desaparecimento da tradição agrícola.

Pensemos na historia das primeiras pessoas que vieram colonizar. O primeiro que eles destruíram foi o mato para tirar a madeira e o carvão, acabaram com mato para ter animais como cavalos, vacas e porcos. Mas a pior mudança não é essa. No econômico, o pior que pode acontecer é que a gente está perdendo a tradição agrícola. Tem uma mudança econômica por que aqui não tem mais agricultura, temos que trazer a comida de fora para poder subsistir.²⁰

Outro participante opina que no social existe uma decomposição grande. Ele reflete a propósito da oficina:

Se você vê, somos só 10 pessoas hoje que fazem esta oficina. E uma coisa parecida é quando temos assembléias e reuniões nas *veredas*. A gente que vem é pouca, só as pessoas interessadas em mudar. Por que a maioria não, as pessoas estão interessadas na festa, no dinheiro e os espaços para procurar soluções são cada vez menores. Não acham que temos um problema social e que precisamos mudar.²¹

Mas como é a dinâmica econômica ao redor da coca e da maconha hoje? Eles explicam que estas duas culturas são as únicas que permitem gerar excedentes monetários. Também plantam alimento para o consumo diário, ainda que existam pessoas que não façam isso e comprem os alimentos com o dinheiro que é produto da venda da coca e da maconha.

Numa conversa informal um camponês descreveu seu sitio. Ele mora na *vereda* mais distante da zona urbana de Corinto. No seu sitio tem banana da terra, banana, aipim, café e coca além de arvores frutais. Explica que produz duas arrobas de coca a cada três meses e vende cada uma a 56.000 pesos colombianos.²² Os outros produtos ele vende na mesma *vereda* a camponeses que não cultivam alimentos. Ele afirma que não traz nada para vender na *cabecera municipal*, pois o preço da passagem equivale ao ganho que ele teria pela venda

cultivar a maconha deve-se envenenar as sementes, por que os pássaros as comem. Então deve-se envenenar para que os passarinhos morram e deixem rebentar a semente.

²⁰ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010. Tradução nossa.

²¹ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Miranda na oficina sobre território realizada em Miranda, em abril de 2010. Tradução nossa.

²² Aproximadamente 30 dólares

dos produtos. Por isso a sua produção alimentar é consumida por ele e os excedentes são vendidos aos vizinhos.

Os camponeses coincidem em afirmar que a maior problemática do território camponês é a erradicação forçada, mas nas oficinas sua reflexão os leva a afirmar que na verdade o primeiro problema está na existência das culturas, e a perspectiva da entrada dos erradicadores gera temor nos camponeses.

[...] quando se der a erradicação das culturas ilícitas, isto pode formar uma decomposição social que ninguém pode parar. E, na verdade, a culpa é do governo, mas nós também temos responsabilidade por que não pensamos que a terra, assim como dá coca e maconha também dá café, milho e aipim. Então uma das piores problemáticas é a erradicação, mas além da erradicação é a existência das culturas. Mas estes não nascem por que sim, tem razões históricas. Então, partir desse reconhecimento já é um avanço importante. [...] É por isso que se dão essas culturas. Por que é a única que dá renda, nenhuma outra cultura dá a possibilidade de ter dinheiro. E é essa a economia que os camponeses têm adotado, também por falta de ajuda do governo, por que se o governo ajudasse com empréstimos favoráveis a gente não cultivaria isso.²³

Segundo eles, os poucos empréstimos que o Estado oferece estão condicionados à propriedade da terra e seus títulos legalizados, requisito que a maioria deles não pode cumprir. Além disso, os juros não são favoráveis e deve-se pagar o empréstimo em pouco tempo. Eles também percebem que as terras estão desgastadas e devem investir muito para que possam produzir de uma maneira rentável.

A sua percepção do Estado e dos governos é negativa. Acham que o que este têm feito é acabar com a agricultura do país para dar passagem à agricultura de outros países com a importação de produtos mais baratos pelos subsídios que os outros governos oferecem aos seus cultivadores. Muitos coincidem em afirmar que o que eles esperariam não são só empréstimos favoráveis, mas sim subsídios para poder trabalhar, e que o comércio seja favorável para eles.

[...] que exista comércio para que a gente se motive, por que de que serve que a gente cultivar comida e coletar comida se quando a gente leva para os mercados todos estão inundados e o que a gente leva não vale nada? Perdemos o dinheiro das passagens e fica melhor não coletar que perder o dinheiro e o trabalho. Se o que a gente planta não tem valor, então para que um empréstimo?²⁴

²³ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

²⁴ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

Além disso, eles avaliam as mudanças climáticas que não permitem garantir o sucesso de uma colheita: “a gente antes sabia quando podia plantar, hoje não. Você planta e vem o verão e acaba com tudo. E se tem um empréstimo perde até a propriedade”. Assim, sua conclusão é que se “o governo quer ajudar os camponeses, tem que subsidiar o campo para que a gente possa comercializar os produtos e para que o campo se reative outra vez. Assim, as culturas ilícitas vão desaparecer”.²⁵

Eles têm identificado que as culturas ilícitas não dão bons resultados. A conclusão destes camponeses é que:

[...] elas dão dinheiro, mas não dão estabilidade econômica. Eu não conheço nenhuma pessoa que tenha uma moradia digna pelas culturas de coca. Talvez quem a processa, ou quem a transporta, mas quem a cultiva não. Então, dentro do plano de trabalho da associação temos que ir trabalhando nisso. Temos que ir educando e mostrando a realidade das culturas. Se na propriedade temos 2000 plantas, por que não podemos plantar 1000 e distribuir o outro terreno para plantar outras culturas? Assim podemos recuperar o que temos perdido nestes anos. [...] então é algo que poderia melhorar a qualidade de vida das pessoas.²⁶

4.3.2 Conflito Armado: Perigo e Estigmatização

Por outra parte, mas em estreita relação com o anterior, os camponeses identificam o conflito armado como uma problemática grave. Fazem múltiplas referências a ansiedade e o medo permanente que implica morar na zona. Em qualquer momento há combates entre a guerrilha e o exército, muitas vezes perto dos centros povoados.

Uma participante menciona a sensação de insegurança e medo que implica a presença militar, pois isso implica que os moradores da zona correm o risco de ser afetados pelos ataques da guerrilha aos militares. Além disso, o cerco de militares às moradias dos camponeses implica a possibilidade de serem considerados colaboradores deles e serem atacados pela guerrilha. Ela é uma mulher nova, mas conta que já teve que migrar muitas

²⁵ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

²⁶ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

vezes fugindo destas situações. No lugar onde atualmente mora se encontra na mesma condição. Termina sua intervenção se perguntando: “será que é esse meu destino?”.²⁷

Outra mulher participante da oficina comenta que seu filho de 19 anos prefere não ir para a zona urbana do município, pois só por morar na zona rural do município ele é chamado de guerrilheiro.

Frente a isso, um dos camponeses de Caloto reflete:

Na defesa do território temos que ter uma posição clara frente ao exercito. Eles sempre falam que estão cuidando das famílias e dos camponeses, mas nós sabemos que isso é falso, por que nós sabemos que o que eles cuidam é o Estado. O Estado sempre entra no nosso território para defender seus interesses e ficar com o que temos. Um dia eu falei com um comandante do exército e lhe disse: o que vocês cuidam é a corrupção, por que é a maquinaria do Estado, a que se movimenta no nosso território, que é corrupta [...] A corrupção existe tanto a nível municipal como departamental e nacional, e enquanto eles repartem o bolo, os soldados tem que tomar água e comer merda. Eu tenho dito isso para eles, porque a gente tem direito de falar verdade.²⁸

Na fala dos camponeses ficou claro que eles acham que somente a presença dos camponeses na zona rural dos municípios já é um motivo de estigmatização, mais ainda se ocupam cargos públicos e/ou são líderes comunitários. Disso dá conta o testemunho de um deles:

O mesmo capitão chegou um dia e me perguntou como é que eu vivia aqui sem ter problemas, sabendo que isto é uma *zona roja*²⁹ e tem presença guerrilheira. Eu falei: “eu trabalho pela gente e não me meto em mais nada, nem exército, nem guerrilha. Esse tem sido o segredo para viver 40 anos aqui. E todos têm que manter esse tema assim, para poder nos manter aqui” Para eles, os militares, é um grande delito trabalhar nestes espaços, porque quando eles vêm a gente nos questionam por ter um cargo público. Como se fosse um pecado. Nos *retenes* eles perguntam por que se está viajando, para onde vai, por que se movimenta. Só por estar aí o vinculam com o conflito.³⁰

²⁷ Intervenção de uma camponesa integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Corinto na oficina sobre território realizada em Corinto, em abril de 2010. Tradução nossa

²⁸ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

²⁹ O adjetivo zona roja é usado para se referir aos lugares que tem presencia forte de conflito armado.

³⁰ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

Outro camponês complementa:

O Estado e a força pública nos têm catalogados como guerrilha. Não somos camponeses para eles, somos guerrilheiros. Desde a estrada Panamericana³¹ até a montanha. É essa a imagem que tem de nós no município,³² é isso o que se vende. Mas isso não pode seguir assim, aqui não temos fuzis nem uniformes. Temos que mudar isso.³³

4.3.3 As Relações com os *Cabildos* Indígenas

Como se tem mencionado, existem algumas tensões entre os indígenas que fazem parte dos *cabildos* e os camponeses na zona norte do *departamento* do Cauca. A análise detalhada destas tensões implicaria uma pesquisa em maior profundidade considerando também as posições e as dinâmicas organizativas dos indígenas, tarefa que vai além dos objetivos desta pesquisa. No entanto, se mencionará brevemente a leitura que fazem os camponeses dos pontos problemáticos da relação entre as organizações camponesas e os *cabildos* indígenas.

Estes pontos, identificados pelos camponeses nas oficinas, coincidem com a pesquisa elaborada por Rincon (2009) sobre esta temática. Este pesquisador tem abordado profundamente as relações entre indígenas e camponeses na zona norte do Cauca, identificando três eixos fundamentais que geram conflito entre estes dois grupos de população rural, e que foram identificados pelos camponeses nas suas falas sobre a relação com os *cabildos* indígenas. Os aspectos mais significativos dos conflitos entre comunidades camponesas e indígenas se ordenam em torno dos seguintes eixos problemáticos, os quais, na sua interação, evidenciam algumas das tensões entre estes dois grupos de população:

³¹ A Panamericana é um sistema coletivo de estradas que vai desde o Alaska até a Patagônia no Chile, sendo interrompido pelo Tapon del Darien, na fronteira entre Colômbia e Panamá.

³² Está se referindo à zona urbana do município.

³³ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pró-constituición de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

a) Ampliação dos *resguardos*

A tensão ao redor do território na zona norte do departamento de Cauca se origina, segundo Rincón, nas características da propriedade da terra. Como foi explicado no terceiro capítulo, existem normas diferentes para as comunidades indígenas, afrocolombianas e camponesas no que está relacionado com o acesso à terra e os territórios coletivos.

Para os indígenas constituírem um resguardo devem conformar um cabildo num território que seja reclamado como ancestral. Depois, se faz o requerimento ao Ministerio del Interior solicitando um estudo socioeconômico que permita estabelecer a ancestralidade dos indígenas no território. Além deste trâmite, os indígenas têm diferentes mecanismos para o acesso às terras, entre os quais está a apropriação da terra, a compra de propriedades com recursos próprios que vem da cooperação internacional, ou com recursos públicos que vem das transferências da nação, conseguidos pelas mobilizações e acordos de caráter político.

É necessário considerar que em algumas das zonas do norte do Cauca, onde os resguardos pretendem se ampliar, existe uma estrutura de micro e minifúndio. Ainda que os indígenas reclamem a ancestralidade nos territórios, estes já foram povoados no século XX por colonos que vêm de diversas regiões do país, ou no caso das comunidades afrocolombianas nas zonas planas, por escravos que foram trazidos à força para trabalharem nas minas e nas fazendas, e que depois foram deslocados das pequenas propriedades pelo avanço da cultura agroindustrial da cana de açúcar.

Neste ponto, existem ocasiões em que a compra de terras para a constituição ou ampliação dos resguardos tem sido um ponto de disputa entre os indígenas e outras comunidades sejam camponesas ou afrocolombianas, pois geralmente se dá num contexto de concentração da propriedade e a disputa se concentra nos territórios compartilhados nas zonas montanhosas. Existem casos problemáticos, ocasionados pela atuação das instituições oficiais, como o INCODER, quando compram terras que estão dentro dos territórios definidos como camponeses para a constituição ou ampliação dos resguardos. Na zona norte do Cauca, esta situação tem acontecido nas veredas que têm presença indígena e campesina.

b) Os serviços de saúde

Este eixo se relaciona com a participação diferenciada dos indígenas no sistema atual de saúde na Colômbia. Produto das mobilizações e de diferentes processos de luta, eles têm obtido o reconhecimento da sua particularidade e a inclusão de uma maneira diferenciada no

sistema de saúde. Sustentado no reconhecimento do caráter multiétnico e pluricultural da nação colombiana após a Constituição de 1991, foram formuladas uma série de leis e decretos que sustentam a atenção diferencial da população indígena.

Segundo esta legislação, os indígenas têm o direito e a possibilidade de constituir as *Administradoras de Régimen Subsidiado* (ARS) para administrar os recursos outorgados pelo regime subsidiado, significando isso o acesso a recursos econômicos e a promoção da medicina tradicional. No entanto, esta conquista do movimento indígena tem gerado tensões entre as organizações indígenas e as populações camponesas na zona norte do Cauca. Devido ao fato de que os recursos outorgados às ARS se dão pelo número de pessoas afiliadas, os censos indígenas³⁴ tem aumentado consideravelmente o número de afiliados indígenas. Ao aumentar-se a população incluída no censo como indígenas, aumenta a necessidade de território. Estes censos de saúde são usados para justificar perante o *Departamento Nacional de Planeación* (DNP) e o *Ministério del Interior* o incremento da população indígena o que redundará no aumento de recursos de transferências do *Sistema General de Participaciones* (SGP) aos resguardos indígenas.

Nas localidades pesquisadas, as organizações camponesas reclamam da tendência de alguns dirigentes indígenas de promover a afiliação das comunidades camponesas e também do traslado da população para as ARS indígenas. Segundo a pesquisa de Rincon (2009), nestes casos a afiliação ao *cabildo* não se dá em virtude da suas propostas organizativas, mas sim em função da satisfação de uma carência que é o acesso à saúde, o que afeta o processo organizativo camponês. Esta situação foi amplamente comentada nas oficinas ao remeter-se às problemáticas que os camponeses enfrentam.

c) Os projetos de educação própria

O tema educativo também tem gerado algumas tensões entre os indígenas e os camponeses. Da mesma maneira que no caso da saúde- produto da luta dos processos organizativos indígenas que reivindicam a educação como um eixo central na construção do seu movimento – os indígenas tem uma participação diferenciada na educação.

A educação é considerada pelo movimento indígena como a possibilidade de “construir autonomia, fortalecer a cultura e lutar pelo território na procura da unidade dos povos indígenas” (CRIC, 2009, tradução nossa). A conquista deste direito, e a sua inclusão

³⁴ O censo indígena é um censo que realizam os *cabildos* para contar a população que eles têm para incluir nas ARS.

em leis e decretos que possibilitem o seu exercício, têm permitido ao processo indígena afrontar três entidades: a Igreja, o Estado e os fazendeiros.

Com este confronto, tem-se criado a possibilidade de edificar processos educativos próprios que reconhecem o passado de luta e contribuem com o fortalecimento organizativo dos povos indígenas. As conquistas têm feito com que a educação não dependa exclusivamente da Igreja, disputando com o Estado a administração das instituições e os centros educativos.³⁵

Com as disposições legais, produto destas conquistas, o movimento indígena tem conseguido constituir-se como *oferentes*³⁶ do serviço público da educação. No Cauca, o CRIC tem-se constituído como *oferente* da educação nos territórios indígenas (ou seja, os *resguardos* legalmente constituídos, e os que estão em processo de legalização, saneamento ou ampliação). As implicações deste fato são múltiplas e complexas.

Eles têm conseguido a nomeação de docentes avaliados pelos *cabildos* indígenas, o que é uma possibilidade para garantir que a educação recebida pelos estudantes esteja de acordo com os delineamentos políticos do movimento indígena. Isto está relacionado as reflexões profundas sobre os currículos e os processos de formação de docentes, desde o ensino primário até a universidade.³⁷

Mas nos territórios compartilhados com a população camponesa e afrodescendente este fato tem sido problemático. O fato de o CRIC se converter em *oferente* do serviço educativo é interpretado pelas organizações camponesas como uma contribuição para a privatização da educação. Para Rincon (2009), o problema concreto desta situação é que na disputa pela educação se incorpora o problema territorial. Segundo sua análise, o CRIC está disputando a prestação do serviço educativo não só nos *resguardos* constituídos e reconhecidos pelo Estado, mas também nas zonas nas quais o campesinato tem presença e reclama sua territorialidade. Este é o caso das *veredas* onde as associações pretendem constituir as ZRC, e que em algumas ocasiões coincidem com o território que os *cabildos* indígenas reclamam para a ampliação e/ou constituição de *resguardos*.

³⁵Este é o caso do decreto 804 sobre etnoeducação, que se aplica também para comunidades afrocolombianas.

³⁶O *banco de oferentes* é um mecanismo desenhado para atender a população vulnerável em relação ao acesso à educação formal. Este mecanismo permite que quando seja demonstrada a ineficiência do sistema educativo oficial possa se contratar o serviço educativo com entidades particulares. (Lei 1294 de 2009). A lei estabelece que aquele serviço educativo possa ser prestado pelas organizações indígenas (como *oferentes*), o que segundo o *Ministerio de Educación* permitiria oferecer uma educação pertinente que garantisse a presença e o fortalecimento da identidade e da cultura das etnias.

³⁷Um caso emblemático é a *Universidad Autónoma, Indígena e Intercultural* – UAII, com sede em Popayán, que está concebida a partir da experiência do CRIC na reestruturação da educação. Está composta por programas, centros e escolas que se propõem à formação profissional para qualificar os processos educativos indígenas.

Rincon (2009) analisa que o ponto central continua sendo a definição do território indígena onde não existe o resguardo legalmente constituído, mas que é uma aspiração dos indígenas ao se organizarem *cabildos*. Assim, a administração dos serviços de saúde e educação nos territórios compartilhados pelas comunidades indígenas e camponesas termina exacerbando as tensões. A interpretação que as comunidades camponesas fazem desta situação é que tanto a contratação de docentes por parte dos *cabildos* como a administração dos serviços de saúde por parte das organizações indígenas está afetando a identidade camponesa.

Isto tem implicações não somente administrativas, mas também disputas nos âmbitos culturais e simbólicos. Para mencionar só uma delas, o projeto educativo indígena fundamenta-se no ensino da língua indígena como eixo central da etnoeducação. No caso do norte de Cauca, os indígenas Nasa reivindicam o *Nasa Yuwe* – a sua língua - como um elemento essencial na construção da identidade indígena que deve ser ensinado nos territórios indígenas. Mas, de novo, nos casos onde o território é compartilhado, o setor camponês rejeita este ensino.

Até aqui foi narrada a forma como surgiram as associações e como se está construindo o relato sobre o passado camponês, explicando a criação das *veredas* e o estabelecimento dos limites com os resguardos indígenas. Estes relatos estão sendo mobilizados para dar visibilidade e legitimar a presença camponesa na zona norte do Cauca. Foi possível apreciar como as associações têm contribuído na delimitação dos camponeses como coletivo e sua diferenciação dos indígenas, revalorizando a categoria social de *mestizo*. Isso permite compreender como os camponeses na zona norte do Cauca estão se constituindo como um grupo étnico ao mobilizar sua identidade para marcar a diferença.

Na segunda parte deste capítulo se apresentou a leitura que os camponeses fazem da sua situação atual, aprofundando as tensões que existem com os *cabildos* indígenas ao redor do acesso à terra, saúde e educação. A análise destas tensões, ainda que não seja feita com grande profundidade, permite compreender que a construção da identidade camponesa está se dando na interação com o Estado e sua política da diferença. As políticas diferenciadas para os grupos que são oficialmente reconhecidos como étnicos estão tendo consequências nos territórios compartilhados.

No capítulo seguinte se descreverá o funcionamento das associações para analisar os resultados da sua atuação desde seu surgimento até hoje, e sua relação com o que eles denominam a “construção e defesa do território”. Posteriormente será exposto, a partir dos dados coletados, como é que eles se definem, a que se remetem e os elementos discursivos

que são retomados na construção do “nós, camponeses”, a propósito da constituição das ZRC e da delimitação do território camponês.

Esta análise permitirá entender como a construção da identidade está relacionada com a figura jurídica das ZRC, mencionando como esta também é produto da relação de outras localidades e processos organizativos e sociais que buscam sua visibilidade, sua presença no cenário político nacional e o reconhecimento do direito a um território coletivo. Isso permite o surgimento de outros processos locais, como o narrado neste capítulo, e suas correspondentes expressões locais da identidade.

5 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO

No capítulo anterior analisou-se como foi que emergiram as associações pró-constituição das ZRC na sub-região norte do *departamento* do Cauca. Prestou-se especial atenção aos relatos dos camponeses sobre os processos organizativos que levaram à criação destas associações e as lembranças do passado que explicam a presença dos camponeses na região e justificam os limites territoriais que estão sendo definidos para as ZRC. Também se apresentou uma síntese da leitura que os camponeses fazem da situação atual do território explicando as tensões com os *cabildos* indígenas.

Como é possível perceber no capítulo anterior, as associações emergem em contraste e em relação constante com os *cabildos* indígenas e os *resguardos*, e também como uma resposta às problemáticas associadas à intensificação do conflito armado e às culturas de uso ilícito. Associar-se para reivindicar a constituição das zonas é interpretada pelos camponeses como uma estratégia para defender a identidade e a cultura camponesa, e para proteger o território. Este capítulo abordará a questão do desenvolvimento em relação à construção da identidade camponesa na zona norte do *departamento* do Cauca. Estabelecer-se-ão quais são os elementos mobilizados pelos integrantes das associações em relação aos PDC.

É necessário considerar que o processo de construção e elaboração dos mesmos tem se dado tanto pela necessidade de negociar com Estado a substituição gradual das culturas de uso ilícito como pelo trâmite ante o INCODER para a constituição oficial das ZRC. A elaboração dos PDC tem propiciado a reflexão nos espaços de interação das associações – assembléias, reuniões, capacitações e, neste caso, as oficinas – a reflexão explícita sobre o que é ser camponês e qual é o desenvolvimento que eles procuram negociar com o Estado. Na continuidade serão expostos os resultados dos grupos de discussão das oficinas, onde foram amplamente discutidas estas duas questões, com o fim de caracterizar os elementos mobilizados na construção do “nós, camponeses” como grupo étnico na reivindicação do direito ao território e ao desenvolvimento próprio.

Nas oficinas, pediu-se aos camponeses que explicassem o que é o desenvolvimento. As idéias expressas por eles são:

- a) recuperar território;
- b) é o jeito pelo qual se leva um processo para melhorar a forma de vida no território seja na moradia, agricultura, educação e vias de acesso;

- c) é trabalhar unidos para o bem estar de todas as comunidades. É um projeto territorial para o bem de todos;
- d) fazer trabalhos em comunidade e estar sempre unidos;
- e) desenvolver um projeto;
- f) é um processo para melhorar a qualidade de vida;
- g) recuperar as sementes, recuperar a cultura, recuperar o território;
- h) desenvolvimento é onde se recolhe as necessidades de uma organização para saber que necessidades temos e como podemos ir solucionando ou procurando alternativas de solução;
- i) progresso em agricultura, educação e saúde, vias, água e microempresa.
- j) constituição e capacitação para o futuro.

Na socialização destas idéias, os camponeses expressaram a associação entre o desenvolvimento e o futuro do território camponês dando ênfase a dois eixos: a) o fortalecimento cultural em relação ao que eles chamam de “recuperação do território”, fazendo referencia às atividades que os identificam como camponesas¹ e b) a responsabilidade do Estado na mudança da situação atual, especialmente no relacionado ao acesso à terra.

Mas como é que as associações defendem o território? O que isso tem a ver com a construção da identidade camponesa? A seguir se aprofundará a análise feita nas oficinas e em entrevistas individuais com os camponeses associados, dos resultados da atuação das associações e sua relação com a construção da identidade camponesa e a defesa do território. Segundo a perspectiva do pós-desenvolvimento esboçada no capítulo 2, a atuação destas associações pode ser analisada como o meio pelo qual se discute e se define a permanência dos camponeses no seu território.

Segundo Escobar (2002), o desenvolvimento é entendido como uma prática de vincular conhecimento e poder a partir de uma racionalidade completamente diferente à racionalidade que tem existido em cada lugar. Nesta perspectiva, o contato e as tensões gerados nas localidades são entendidos como um espaço importante para elaborar e trabalhar a modernidade, para convertê-la em algo distinto.

Assim, no caso das associações pesquisadas, esta análise se faz pertinente em relação aos processos de construção de identidade e aos processos de definição e delimitação do território. É o desenvolvimento- nos seus próprios termos - o que permitiria negociar a não erradicação forçada das culturas de uso ilícito por meio de mecanismos como a construção

¹ Estas atividades que, segundo eles, os identificam como camponeses serão aprofundadas no decorrer deste capítulo.

dos PDC, que permitem o diálogo com as diferentes instâncias do Estado – e com os *cabildos* indígenas - em relação ao tema das culturas ilícitas, a defesa dos direitos humanos e a luta contra a estigmatização. Assim, se mobiliza a identidade camponesa em relação ao desenvolvimento.

5.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELO TERRITÓRIO

Como pode se explicar o surgimento destes processos organizativos ao redor das ZRC? O que reivindicam? No que segue, será exposto como as atuações das associações, desde sua constituição, têm contribuído para a definição do que é o território camponês, e como o desenvolvimento é definido neste processo. Segundo as entrevistas feitas aos líderes das organizações, o principal objetivo da constituição das mesmas é procurar a constituição das ZRC por meio do reconhecimento do Estado. Este reconhecimento implicaria adiantar os trâmites no INCODER e elaborar os PDC de cada associação. Mas como já foi explicado, este processo tem sido muito complexo. As associações não contam com os recursos suficientes para a elaboração dos planos, e a atitude das instituições governamentais frente à possibilidade da constituição das zonas nos últimos 8 anos tem sido muito hostil. Além disso, a lei não permitirá a criação das zonas que são reivindicadas pelas associações de Corinto e Miranda, pois o território está sendo compartilhado com comunidades indígenas.

As pessoas que estiveram presentes nos princípios da criação das associações lembram que a primeira ação do nível nacional na qual se manifesta a reivindicação pela constituição da figura é a mobilização que fizeram desde os municípios até a Plaza de Bolívar, em Bogotá. Nessa mobilização, ocorrida em 2002, e na qual participaram outras organizações camponesas de diferentes lugares do país, conseguiram negociar com o Estado o financiamento de parte dos PDC e articular-se a iniciativas de outras zonas do país que procuram a constituição das ZRC. Esta mobilização é avaliada como positiva, pois obtiveram acordos e compromissos para avançar na conformação das zonas. A lei já tinha sido promulgada fazia quase 8 anos e só se haviam se constituído 5 ZRC, mas segundo a avaliação das lideranças, esta mobilização fundamentou o compromisso da administração nacional para implementar esta política pública em outras zonas do país, como seria o caso de Corinto, Caloto e Miranda.

No entanto, com a troca de governo, o panorama mudou consideravelmente. Quando o ex-presidente Álvaro Uribe chegou ao poder, estes acordos foram desconsiderados e o tema da constituição destas zonas é cancelado da agenda nacional agrária. O clima que se percebeu em relação ao tema estigmatizava os camponeses que reivindicam esta constituição como *cocaleros* e auxiliares da guerrilha. Mas as associações continuaram trabalhando sob a figura: “se o governo não quer que nós definamos o território, nós sim queremos. Se o governo não quer estar, nós sim”.²

Entre 2000 e 2010 as associações continuaram desenvolvendo atividades sob a ideia da ZRC, mas até hoje não conseguiram o reconhecimento legal do Estado nem o apoio para a elaboração dos PDC. Hoje, cada associação está organizada em 8 comitês que são os encarregados da interlocução com a administração municipal e com outras organizações sociais, em especial os *cabildos* indígenas, para a coordenação das ações no território camponês. Eles têm também a tarefa de adiantar gestões de pequenos projetos relacionados com a comunidade. Dessa forma têm conseguido captar recursos, tanto públicos como privados, em projetos específicos para a produção agropecuária, obtenção de terra, capacitação em produção agroecológica e fortalecimento organizativo entre outros.

Isto dá conta de que, no decorrer do tempo, os objetivos de estar associados foram se ampliando. O eixo central continua sendo a luta pela terra, mas hoje é denominado como a defesa do território.

Segundo uma das lideranças:

Os fazendeiros pegaram as terras mecanizáveis para a agricultura, as terras para a produção e a monopolizaram. Eles não se deram conta que fazia falta o componente da produção, eles sentiam-se os únicos com a terra, e os pobres indígenas e camponeses foram mandados para a cordilheira. Nesse tempo os fazendeiros não sabiam o valor que tem os *páramos*, os bosques naturais. Então hoje começam a escantear o campesinato e o movimento indígena. Esse processo de ameaça é por que necessitam a terra para cultivar o milho e a banana, porque daí estão tirando o álcool carburante e o açúcar. Nós entendemos essas ameaças ao nosso território, pois a agroindústria está avançando e temos que colocar uma barreira. Qual é essa barreira? Aí foi que nós fomos ver a figura jurídica e apelamos à lei 160 e aos decretos regulamentários para criar as ZRC no território camponês.³

² Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Miranda na oficina realizada em Miranda.

³ Entrevista a líder da Asociación Pro-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Miranda na oficina realizada em Miranda, em Miranda, em abril de 2010.

É assim que a ZRC é denominada por eles como uma figura que permite criar e defender o território além da luta pela terra. Esta defesa tem também conotações identitárias em contraste com os indígenas:

Os indígenas brigam pela criação dos *resguardos* e nós não queremos *resguardos*. Nós, camponeses, não gostamos dos *resguardos* porque achamos que a terra dos *resguardos* é terra do Estado, e para a gente vender sua propriedade tem que pedir licença ao *cabildo*. Mas só pode vender a “*melhora*” por que a terra não é sua, não se compra nem se vende. Então essa é uma política que nos não compartilhamos. Essas são coisas pelas quais nós definimos que o território dos camponeses teria que ser com a lei 160 e seus decretos que regulamentam as ZRC, por isso temos começado a trabalhar nesse processo.⁴

O processo que estas associações têm adiantado para procurar a conformação das zonas no seu território é longo. Geralmente estas três associações trabalham em conjunto. Existem relações tanto políticas e institucionais entre elas, como também relações de amizade, parentesco e apadrinhamento, nos integrantes das mesmas. Também existem relações com outras organizações camponesas e agrárias do nível nacional.

Além do trabalho em comitês, estas associações contam com espaços de encontro a nível zonal e *departamental*, que são as assembléias onde se coordena e define as linhas gerais de ação. Também existem jornadas de coordenação com outras organizações do Cauca e do sudoeste colombiano, tanto urbanas como rurais, e é comum a participação dos afiliados em eventos de tipo nacional.

Outras das ações que as associações adiantam é a participação ativa em diferentes manifestações e mobilizações tanto municipais, como regionais e nacionais. Estas atividades têm se constituído como um meio de interlocução com as administrações nos diferentes níveis, ainda que em varias ocasiões terminem em episódios violentos e de repressão por parte do Estado colombiano.

Segundo o acima exposto pode se concluir que as associações constituídas sob a idéia de conseguir a construção das ZRC em cada município tem tido um papel importante na construção e delimitação do território camponês. Ainda que as zonas até hoje não tenham sido constituídas nem reconhecidas oficialmente pelo Estado, o território camponês existe de fato e

⁴ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pro-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Caloto na oficina sobre território realizada em Caloto, em abril de 2010.

é denominado como Zona de Reserva Camponesa tanto pelos camponeses, como pelos *cabildos* indígenas, e também pelas administrações municipais.

Pode se afirmar que o acionar das associações, que se dá no contexto das complexas condições sociais econômicas, tem ultrapassado o objetivo aparente das mesmas que poderia se limitar à consecução do título legal das ZRC. A atividade organizativa ao redor dos comitês, os encontros de coordenação tanto internos como externos, as mobilizações nas quais tem participado ajudam na construção do território camponês. Mas de que maneira?

Segundo o balanço que fizeram os camponeses, pode se afirmar que estas organizações têm permitido:

- a) criar relações no nível departamental e nacional com outras organizações de camponeses e colonos;
- b) estabelecer redes de solidariedade, que têm permitido a criação e acesso a diferentes espaços a nível regional, nacional e inclusive internacional, para a denúncia das violações dos direitos humanos. O exemplo mais concreto em relação a isto é a participação que as associações têm na Red Francisco Isaias Cifuentes;⁵
- c) participar, ainda que em pequena proporção, do orçamento municipal como parte da gestão de recursos para inversão nas comunidades;
- d) conseguir recursos da cooperação internacional para o financiamento de pequenos projetos produtivos, apoio ao fortalecimento organizativo e processos educativos não formais da comunidade.

Como conclusão, os camponeses reconhecem que as associações têm permitido a visibilidade da presença camponesa na zona e seu reconhecimento como coletivo. Isto só tem sido possível pela possibilidade de se diferenciar de outros grupos sociais, especificamente os indígenas. Tem se possibilitado a interlocução com o governo departamental e também com o nacional. Isto é o que tem permitido, sobretudo no último ano, adiantar discussões e apresentar propostas ao redor do tema de desenvolvimento camponês, como uma possibilidade gradual de substituição de culturas ilícitas.

O exposto acima permite afirmar que a figura ZRC, ainda que não tenha se constituído formalmente, e dos múltiplos obstáculos e dificuldade que existem para sua

⁵ Esta rede é uma comissão permanente do Proceso de Unidad del Suroccidente Colombiano (PUPSOC). A rede se propõe acompanhar as iniciativas organizativas nos temas relacionados com a prevenção e proteção das violações dos direitos humanos. Emitem documentos públicos dirigidos a instâncias governamentais e não governamentais para fazer denúncias das agressões que acontecem contra a população civil no meio do conflito. A participação nesta rede tem permitido ter acesso à capacitação sobre temas relacionados com os direitos humanos e também o apoio e assessoria jurídica dos advogados que fazem parte da mesma.

criação legal, tem contribuído para a visibilidade das comunidades camponesas como coletivo, na reivindicação de um território, e na possibilidade de plasmar nele uma visão particular de desenvolvimento que está sendo construída. A seguir serão expostos os elementos mobilizados – nas reflexões sobre os PDC - nestas reivindicações pelo território e pelo desenvolvimento próprio ao redor da definição do que é ser camponês.

5.2 “NÓS, OS CAMPONESES”

As oficinas, nos três municípios, abordaram a decisão do que é ser camponês. Este questionamento emergiu a partir do exercício de delimitação do território e da definição de que é a ZRC. Enquanto eles vão explicando os limites da ZRC e descrevendo as relações com os indígenas nas *veredas* onde tem presença compartilhada, múltiplas idéias e reflexões sobre a identidade camponesa vão emergindo.

Para a pergunta: o que é ser camponês? São formuladas algumas idéias que podem se sintetizar assim:

A primeira resposta apresentada diz que ser camponês equivale a viver no campo. Depois de convidar a comentar a resposta, outros participantes afirmam concordar com isto e explicam o que entendem por “morar no campo”. Segundo o critério dos participantes, existem várias diferenças entre morar no campo, neste caso a zona montanhosa do município, em oposição a morar na cidade.⁶ A diferença principal relaciona-se ao acesso aos alimentos, pois segundo eles, quem vive no campo não tem que pagar pela comida, já que dispõe de produtos agrícolas para o consumo familiar. Assim, morar na cidade equivale a pagar por tudo o que se vai consumir.

Associada a esta primeira idéia, está a relação do fato de ser agricultor e ser camponês. Para eles, viver no campo equivale a ter como eixo central da atividade cotidiana o trabalho no setor agrícola. Insistem no fato de que cultivar a terra marca o eixo central da sua identidade, ainda que na prática muitas pessoas que moram no campo e que sabem cultivar a terra não têm acesso a ela.

Na sua percepção, todos os que moram no campo são camponeses, diferentemente dos *cidadinos*. Assim, o primeiro aspecto que remete à fronteira do “nós, camponeses” tem a ver

⁶ Por cidade, eles estão se remetendo ao *cabecera municipal* dos municípios.

com o lugar de residência. A propósito desta conclusão, que parece ser um consenso no grupo, foi perguntado se nesse caso os indígenas e os negros, que também moram no campo, seriam camponeses. Igualmente, o consenso do grupo afirmou que sim, seriam também camponeses, mas que existem diferenças nos costumes.

Ao perguntar pela especificidade destas diferenças, a primeira que para eles é a mais evidente relaciona-se ao *resguardo*. Em outros momentos das oficinas eles têm manifestado não concordar com esta forma de propriedade. Outros participantes manifestaram que a fronteira entre ser indígena e não ser indígena está hoje delimitada também pelo censo do *cabildo* e por participar ou não da justiça indígena que eles associam imediatamente com o *cepo*.⁷

No entanto, o tema mais polêmico nos grupos de discussão diz respeito à “educação própria” dos indígenas e o descontento de alguns camponeses pelo fato de seus filhos estarem recebendo esta educação, principalmente pelo fato de ter que aprender a língua indígena. Em relação aos indígenas, refletiu-se sobre o argumento que os *cabildos* enunciam em relação a sua ancestralidade no território. Um camponês afirma:

Eles dizem que eles eram os moradores desta terra antes da colonização dos espanhóis e que por isso são os legítimos donos. Eles não vêem que talvez não sejamos indígenas, mas também não somos brancos. Se isso fosse assim, todos os que não são indígenas não teriam nada [...] Mas se a gente vai ver, aqui na Colômbia não existem brancos, nós viemos do estupro que os espanhóis fizeram nas indígenas, isso somos nós. A raça mestiça é filha das violações dos espanhóis neste território. E nós também temos direito.⁸

As idéias discutidas com os camponeses nos grupos focais das oficinas sobre o que é ser camponês permitem avançar na análise dos camponeses como um grupo étnico em relação com a figura jurídica das ZRC. O limite dos camponeses como grupo étnico está se construindo em relação aos indígenas. Nesta relação, as políticas diferenciadas do Estado colombiano para os grupos étnicos tem um papel importante. Esta temática tem sido já pesquisada em outras regiões da Colômbia, em especial no *departamento* do Putumayo. Chaves (1998) tem analisado os efeitos das políticas diferenciadas para os grupos

⁷ Cepo é um procedimento da justiça indígena dos Nasa que consiste em imobilizar a pessoa que está sendo castigada num aparelho que causa incômodo e dor. A duração do castigo é estabelecida pelas autoridades indígenas. O cepo é um instrumento trazido pelos espanhóis.

⁸ Intervenção de um camponês integrante da Asociación Pró-Constitución de Zona de Reserva Campesina de Miranda na oficina realizada em Miranda, em Miranda, junho de 2010

reconhecidos como étnicos no meio rural. Algumas pesquisas demonstram que, embora estas políticas representem conquistas de muitos anos de luta e reivindicações destes setores, tem implicações práticas nos territórios compartilhados por comunidades diversas.

Neste ponto Lozonczyk (2004) tem analisado como a definição do Estado como multicultural e pluriétnico ao definir um estatuto legal para as minorias étnicas –reconhecendo este status para os indígenas e afrocolombianos - cria um novo sujeito coletivo que complementa e contrasta com o sujeito individual. Segundo ela, este fato repolariza o campo social das posições e definições identitárias. No caso específico do colono e do camponês, ela identifica que a terminologia vinda da narrativa jurídica da legislação colombiana para o étnico opõe o sujeito coletivo culturalmente puro – não contaminado pela sociedade ocidental - e homogêneo a sujeitos individuais dispersos: “os agricultores mestiços sem identidade étnica distintiva [...] são reclassificados na categoria de “colonos” sem a autoctonia demandada pela nova legitimidade de ocupação do território” (LOZONCZY, 2007, p. 34, tradução nossa).

No caso analisado nesta pesquisa, é possível perceber como no norte do Cauca a aplicação das políticas diferenciais para grupos indígenas em relação ao acesso a saúde, educação e terra têm gerado tensões. Porém estas estão sendo negociadas ao redor da construção da identidade camponesa e das ZRC, por meio da definição dos camponeses como coletivo, com um território compartilhado e delimitado. Assim, como pode se perceber na fala dos camponeses, as categorias de camponês, colono e de *mestizo* são reelaboradas na delimitação do grupo étnico. Como pode se perceber no capítulo 3, na delimitação do “nós, camponeses” surgiu, nos relatos de criação das associações, a necessidade de explicar e justificar a presença camponesa na sub-região norte do *departamento* do Cauca, sendo a colonização da zona norte o mito de origem destas comunidades camponesas, que se diferenciam das explicações de ancestralidade expostas pelos indígenas.

5.3 OS CAMPONESES COMO GRUPO ÉTNICO: IDENTIDADES E ESTADO- NAÇÃO

Neste ponto, é importante considerar as pesquisas que abordam a temática das relações interétnicas, na tentativa de discernir as transformações que a recente re-valorização e redefinição do étnico têm obtido nas construções da identidade e na representação tanto de indígenas como de camponeses colonos. Chaves (2002) tem estudado os processos de

identificação de uma comunidade Siona no *departamento* do Putumayo, partindo de uma análise da origem colonial das categorias étnicas e raciais que tem predominado no contexto dos Estados-nação latino-americanos.

Estas análises são relevantes para esta pesquisa, pois permitem inserir a construção do camponês como grupo étnico no contexto do Estado-nação. No seu trabalho, Chaves (2002) se interessou por explicar como os colonos que chegaram como migrantes em 1950 ao pé do monte amazônico hoje se identificam como indígenas. Ela tem observado que raça e etnicidade prestam limitações como categorias de análise da ordem social criada pela mestiçagem, que é caracterizada pela fluidez e a ambigüidade, razão pela qual considera útil a incorporação da cor, como categoria específica e complementar àquelas de raça, etnicidade e classe. Ela acha que isso é importante para a análise das dinâmicas entre diferentes grupos com fronteiras fluidas onde a autopercepção como índio, negro, mestiço e branco ganha importância, pois pode ajudar a compreender a estrutura hierárquica das categorias étnicas e raciais que tem predominado no contexto dos Estados-nação.

Ela faz esta análise no contexto das recentes transformações ocorridas a partir da valorização positiva do indígena e os impactos nos processos de construção da identidade e na representação tanto de indígenas como de colonos na Amazônia colombiana. Assim, seu problema de pesquisa relaciona-se com as hierarquias de mestiços já não no contexto de branqueamento do projeto da nação mestiça, mas sim no da indigenização. Suas pesquisas se interessam pelos processos de re-indigenização de camponeses colonos em diferentes partes da Amazônia onde o Estado tem tido um papel central.

O processo de inclusão por meio da indigenização destes camponeses se contrapõe com as tentativas do Estado de controlar e frear este processo mediante o estabelecimento de critérios técnico-políticos para a definição do “verdadeiro sujeito étnico”. Assim, o que esta autora tem estudado são as tensões geradas neste processo que levam à emergência de diversos modos e categorias do indígena onde a língua é o critério de maior *status* classificatório. No *continuum*, para quem não tem língua própria e não pode reivindicar as categorias étnicas para sua filiação indígena, é a cor o que se evidencia como o referente para identificar-se como índio. Ela acha que a cor, a particularidade das aparências físicas associadas a características raciais e a posição social dos sujeitos têm um papel central na estruturação das relações de discriminação por que media e articula os distintos atributos do imigrante, do colono, da mestiçagem e da etnicidade (CHAVES, 2002, p. 211).

Assim, como os processos de reindigenização que acontecem em Putumayo, a recriação das identidades de colonos e indígenas no norte do Cauca não pode ser analisado

sem relação com as questões de raça e etnicidade nos processos de construção do Estado-nação na Colômbia. Neste ponto é importante a remissão aos estudos que Peter Wade tem feito sobre a raça e a etnicidade na América Latina, especificamente na Colômbia.

Retomando a conclusão de Wade (1997) sobre a história deste conceito, pode-se afirmar que a raça é uma construção social específica, que tenta explicar a variação fenotípica, isto é, a aparência física, criando categorias sociais hierárquicas que podem ser usadas para excluir ou incluir sob a base de diferenças concebidas como inatas e naturais. No entanto, este autor identifica que esta concepção ainda mantém a idéia de que existem bases objetivas para o reconhecimento das distinções raciais, e salienta que se deve considerar que a seleção das diferenças físicas que fundamentam dita categorização são também selecionadas de maneira social no contato entre grupos de população diferentes. Em síntese, o conceito de raça, mais que ser um conceito que descreve uma realidade objetiva sobre a diferença, é uma idéia que está relacionada com a história européia e com o processo de construção da Europa como entidade social e política e as relações de poder que sua expansão pelo mundo construiu (e constrói ainda).

Por isso se faz necessário entender a raça como uma construção social relacionada com a história e não com fatos biológicos neutros na variação fenotípica, o que implica que o entendimento destas categorias raciais e o conceito mesmo de raça devem partir da história do colonialismo europeu, e também do pressuposto de que são categorias indefinidas e variáveis no tempo e no espaço. Nesta mesma ordem de idéias, é preciso analisar o surgimento e transformação do conceito da etnicidade e sua relação com a raça. Alguns autores afirmam que o uso de termos como grupo étnico ou etnia começam a ser usados ante a deslegitimidade científica e política da raça como ferramenta para entender e explicar a diferença e a diversidade humana. Neste ponto, o objetivo é similar ao de raça, mas os parâmetros usados são diferentes.

Garcia (2004, 2008) explica que o termo “grupo étnico” começa a ser usado para se referir a grupos que ainda são considerados agrupamentos biológicos, mas que não querem ser descritos como raças. Mas, qual é a sua especificidade em relação à raça? Existe certo tipo de consenso acadêmico que entende que a raça é uma construção social das diferenças físicas. Mas analiticamente raça e etnicidade não são a mesma coisa, ainda que as duas se refiram à explicação da diferença e da diversidade humana, estejam relacionadas de um jeito similar com a construção de identidades e impliquem discursos sobre as origens e a transmissão de essências através das gerações.

Wade (1997) acha que é necessário manter uma distinção entre raça e etnicidade, considerando sua especificidade. Segundo este autor, geralmente nos estudos sobre o tema na América Latina a primeira faz a identificação tendo os aspectos fenotípicos como um elemento chave da categorização que é transmitida dentro das gerações pelo sangue, enquanto a etnicidade o faz a partir de uma geografia cultural que é a que explica a origem da cultura e da identidade.

Mas este autor assinala que se deve considerar que a divisão das categorias negras e indígenas, tanto na academia como nos processos de construção de nação na América Latina, são produto do jeito de entender a diferença e a diversidade humana no continente pelos europeus. Ela se remonta ao século XV e se estende ao período colonial e republicano, aos processos de construção de nação e aos debates acadêmicos que estão estreitamente relacionados com o poder na sociedade ocidental. Segundo ele, não é possível afirmar simplesmente que a categoria “negro” é uma classificação racial, enquanto que indígena é uma classificação étnica, tal como tem argumentado muitos pesquisadores do tema. Estas falsas idéias têm gerado uma divisão nos estudos acadêmicos sobre negros e indígenas, entre os estudos da escravidão e as relações raciais por um lado, e os estudos das culturas indígenas por outro.

Para Wade (1997) esta distinção não é acertada, pois não reconhece que o indígena também é uma categoria racial com elementos do passado colonial e que o negro, como classificação sob os traços fenotípicos está relacionado com o contexto histórico e, portanto, tanto negro como indígena são categorias flexíveis. Reconhece que cada uma tem uma história particular com diferentes possibilidades e modos de controle e transformação dependente dos contextos locais. Por isso, o autor acha necessário que as duas categorias entrem no mesmo quadro teórico, que permita entendê-las no processo de construção da nação latino-americana.

Esta pesquisa se insere neste objetivo analítico que tem gerado uma série de questionamentos às definições clássicas da identidade que podem sintetizar-se, segundo o aporte de Wade, em:

- a) crítica da identidade como entidade essencial baseada na versão da ilustração sobre o sujeito como ator racional, autônomo e soberano;
- b) uma pessoa ou grupo não possui uma essência subjacente ou um centro que define o caráter e a sua identidade geral;
- c) a identidade pode se relacionar com o sentido do lugar. É assim que se pode relacionar analiticamente a etnicidade com a identidade, pois as identidades étnicas

não são unitárias, são múltiplas e estão relacionadas com o contexto e com interação. Assim, é preciso entender a etnicidade no contexto do mundo atual, que está marcado pelo incremento de interações que fazem necessária a redefinição das fronteiras e das coletividades sociais, com perguntas específicas sobre a sua origem.

Sob esta perspectiva analítica pode se entender as reivindicações territoriais das reclamações dos camponeses pela constituição das ZRC em contraste com a reivindicação dos indígenas pela constituição e ampliação dos *resguardos*, se dá dentro do processo de construção da hegemonia cultural do Estado Nação e suas políticas da diferença. A delimitação do território camponês a propósito da ZRC pode ser analisada com referência ao lugar: a diferença, neste sentido, se estende pelo espaço geográfico devido ao fato de que as relações se concretizarem no lugar, sendo necessária a referência à localização para entender a diferença.

Segundo Wade (1997), estas discussões sobre a identidade e a etnicidade têm feito com que seja possível situar os indígenas e negros dentro da nação, num enfoque que, além do indigenismo e das idéias da democracia racial na América Latina, defina a idéia de comunidade imaginada. Assim, a pergunta se centra nas dimensões culturais e simbólicas da nação e em entender como os negros e os indígenas, como categorias sociais imaginadas, encaixam-se neste constructo social, num espaço onde está em processo uma política de conflito cultural.

A pergunta que orienta esta pesquisa se propôs a incluir nestes esforços analíticos o questionamento pelo lugar dos camponeses e seus processos de construção como sujeitos coletivos com identidades diferenciadas. No caso das associações pesquisadas, o “nós, camponeses” está sendo construído neste contexto de interação tanto com os *cabildos* indígenas como com a política da diferença do Estado. Assim, o camponês como categoria étnica é explicado por eles em relação ao *mestizo*: aquele que não é indígena ou afrodescendente e denominado como o resultado da mistura com os espanhóis brancos e a herança dos processos violentos da conquista.

Nos dados apresentados neste capítulo foi possível estabelecer como esta delimitação do “nós, camponeses” está relacionada com a ZRC como figura jurídica. A identidade é construída e redefinida na articulação com o Estado, sendo o camponês como sujeito político o que está se delimitando, em relação a outros grupos sociais indígenas e negros. As categorias sociais que se misturam na definição de camponês vêm de trajetórias históricas relacionadas como outros projetos de nação, como as categorias de *mestizo* e colono.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu se inserir nos debates contemporâneos que vinculam a identidade e a etnicidade. A pergunta central se interessou por entender como são construídos os limites e as fronteiras dos camponeses como grupo étnico a propósito do processo organizativo das três associações pesquisadas que procuram a constituição das ZRC no que eles reivindicam como o seu território.

Tentando se afastar de concepções essencialistas da cultura e da identidade, esta pesquisa optou por uma perspectiva analítica que reconhecesse os grupos étnicos como construções sociais, se perguntado pela delimitação e manutenção das suas fronteiras. Assim, o foco foi a interação dos grupos étnicos e a mobilização das diferenças na construção dos limites do “nós, camponeses”. Esta interação foi considerada também em relação ao Estado, pois se entende que este é um ator importante na constituição destes limites. Isto é, a identidade étnica surge por oposição no contato entre grupos étnicos e entre estes e as sociedades nacionais.

Assim, assumindo que na definição do grupo étnico é necessário entender as dinâmicas de auto-inclusão e atribuição por outros, ou seja, os processos de identificação, foram pesquisadas as práticas de produção de sentido que constroem os limites do grupo camponês. Assim, entendendo a etnicidade como um processo dialético que contribui na definição do “nós” e dos outros por meio de relação de semelhança e diferença, tentou-se compreender como, na delimitação do grupo étnico camponês, são mobilizados diferentes elementos para a definição de uma memória histórica e de uma concepção de mundo.

Entendeu-se também que existem duas esferas, somente separáveis analiticamente, neste processo de identificação: o nível intra-étnicas e o nível inter-étnicas. Esta pesquisa, pelas complexidades do local já mencionadas, se centrou nas relações interétnicas que são produto de situações onde intervêm os grupos sociais com razões e propósitos diversos, o que faz necessário entendê-las em função das relações de poder entre os grupos sociais e entre eles e o Estado-nação. Assim, foram definidos dois eixos analíticos no decorrer da pesquisa.

O primeiro eixo foi considerar as relações inter-étnicas atravessadas pela questão do poder e o papel do Estado, partindo do reconhecimento de que a identidade é algo que está em disputa, e de que os processos por meio dos quais as pessoas adquirem as identidades estão marcados por relações de poder. Assim, a etnicidade foi compreendida como as estratégias

desenvolvidas pelos grupos étnicos para a definição da territorialidade que se dão na interação entre estes com o Estado. Por esta razão foi de vital importância considerar os temas da raça e da mestiçagem e suas transformações a propósito do reconhecimento do caráter multiétnico e pluricultural da sociedade colombiana após a Constituição de 1991.

Os efeitos deste reconhecimento são múltiplos e complexos, e esta pesquisa se preocupou em entender os efeitos das políticas diferenciadas nos territórios compartilhados por grupos com diferentes auto-definições identitárias. Assim, os camponeses colonos e seus processos de identificação se constituíram como sujeito desta pesquisa no contexto da nova valorização que tem o étnico hoje.

O segundo eixo se interessou pela relação entre identidade, território e desenvolvimento. Entendendo que a identidade étnica está relacionada com os direitos territoriais, se considerou a dimensão espacial para compreender como é vivida a experiência da identidade e como são construídos os significados sociais para dar sentido ao lugar. Assim, o lugar como categoria analítica permitiu entender as dinâmicas de construção e delimitação do território e sua relação com o processo de construção da identidade étnica. Por outra parte, esta dimensão espacial da identidade também foi relacionada com o desenvolvimento a partir da análise antropológica que a teoria do pós-desenvolvimento propõe. Esta perspectiva permitiu entender como o desenvolvimento é o ponto de encontro de racionalidades diferentes – as propostas do Estado e os PDC - tanto no discurso como na prática. Os PDC, analisados como os meios de negociação para a definição do futuro do território camponês, implicaram uma reflexão sobre o que é desenvolvimento, o que pode se considerar – segundo o proposto por Escobar - como “um ponto de contato para elaborar e trabalhar a modernidade, para convertê-la em algo distinto”.

Em relação à metodologia, é possível afirmar que o campo se construiu no desenvolvimento da pesquisa. Como foi explicado, o contexto do local da pesquisa e o convulsionado momento político que a Colômbia estava atravessando nos 6 meses que durou o campo da mesma determinaram o caminho da pesquisa. A conjuntura dos avanços das políticas de erradicação forçada das culturas ilícitas pressionaram as comunidades a avançar na elaboração dos PDC e assim esta pesquisa se inseriu nestes objetivos. As oficinas foram desenhadas com o duplo objetivo de colaborar com a elaboração dos pré-diagnósticos dos PDC e atingir os objetivos analíticos da pesquisa. Neste sentido, as oficinas foram o eixo central da pesquisa, complementadas com entrevistas semi-estruturadas, trabalho de arquivo e revisão bibliográfica, além da observação participante em diferentes encontros e espaços de reunião no quais as associações tinham participação.

As oficinas foram consideradas nesta pesquisa como espaço de interação social e um objeto de atenção empírica, onde é produzido certo tipo de informação com características próprias das metodologias grupais. Aqui circulam relatos num processo de produção tecnológico (mapas, textos, relatos) e simbólico (discursos e símbolos). Pode-se dizer que se produz conhecimento quando circulam narrativas. Estas narrativas – que são produzidas ao trocar pontos de vista, negociar significados e tentar estabelecer consensos - foram analisadas etnograficamente, tanto no seu conteúdo como na maneira em que estão sendo construídas no debate, nos desacordos, nas tensões e nas rupturas.

Assim, nesta pesquisa foi possível estabelecer as narrativas que circulam na definição do território camponês, na identidade e no desenvolvimento. No capítulo três foi abordada a análise da construção do território camponês. O objetivo central deste capítulo era captar como os camponeses das associações, participantes das oficinas, definem o território camponês, quais são os limites que eles estabelecem e como os explicam. Este objetivo foi estabelecido por considerar que os processos de construção da identidade estão relacionados com as dimensões espaciais das relações sociais. Assim, o território camponês, foi analisado como uma construção, atravessada por relações políticas entre as associações e os *cabildos* indígenas. Isto se corresponde com o proposto por Gupta e Ferguson (2000) ao afirmar que a construção de lugar, ou seja, a delimitação do território se dá em dimensões locais.

Os exercícios cartográficos evidenciaram que ao se tentar relatar graficamente o território, se fez necessário estabelecer também os limites dos territórios considerados pelos camponeses como indígenas. Chegou-se à conclusão de que a unidade mínima de referência é a *vereda*, sendo esta a mesma unidade mínima que estabelece o Estado no ordenamento territorial. Para os camponeses, o território próprio é onde a associação tem presença e onde moram os afiliados, e o território indígena está determinado não só pela constituição formal de *resguardos*, mas também pela área de influência dos *cabildos* indígenas que estão presentes na zona.

Neste capítulo se descreveram alguns exemplos de como estão se demarcando as fronteiras destes territórios, entendendo que estas são moveis e permeáveis, sobretudo na cotidianidade dos camponeses e indígenas. Ainda que não fosse possível um trabalho de campo específico para aprofundar esta questão, os dados coletados nas oficinas evidenciaram que existem relações de amizade, casamentos e vizinhança que transcendem os limites estabelecidos pela territorialidade das associações. Esta questão, de grande importância para a compreensão dos processos identitários na zona norte do *departamento* do Cauca, poderia ser aprofundada numa pesquisa posterior, quando as condições da zona o permitissem.

Foi importante também neste capítulo a compreensão de que as ZRC na zona norte do *departamento* do Cauca existem independentemente de as associações não terem conseguido o reconhecimento do Estado colombiano. Assim como a existência formal e legalizada de um *resguardo* não é a única forma de o território indígena existir, neste caso específico, para os camponeses é a presença deles e sua participação na dinâmica organizativa das associações que reivindicam as ZRC o que determina a existência do território camponês.

Assim, o capítulo 3 permitiu compreender a delimitação do território camponês a partir das percepções espaciais dos camponeses participantes nas oficinas, todos eles integrantes das associações pesquisadas. É importante considerar que este é um exercício parcial com o objetivo de identificar as definições dos camponeses do território. Os mapas elaborados não equivalem a uma delimitação exata do que poderia ser solicitado ante o INCODER para a constituição da zona nem do que poderia ser definido como território indígena. Faltaria aprofundar os limites, percorrer os lugares e realizar uma cartografia compartilhada entre indígenas e camponeses naqueles territórios onde os *cabildos* têm influencia.

No capítulo 4 se analisou o processo de constituição das associações e a relação encontrada com a construção da identidade camponesa ao redor da figura jurídica das ZRC. Tentou-se analisar como são construídos os limites da comunidade camponesa, o “nós, camponeses” como grupo étnico, entendendo que o surgimento e a permanência do mesmo é resultado da interação das diferenças, neste caso específico, com os indígenas organizados nos *cabildos*. Neste capítulo foram apresentados os relatos de criação das associações - como mitos de origem - construídos nas oficinas realizadas com cada associação. Assim, foi possível estabelecer como eles lembram a chegada da figura na zona, e como se construiu a idéia de criar a associação. Ficou evidente que, ao se tentar esclarecer o momento e as condições de criação das associações, foram feitas referências constantes ao passado, para explicar o presente e projetar o futuro. Recolheram-se as lembranças do passado que são mobilizadas para explicar a presença camponesa na região.

Mais do que tentar estabelecer datas exatas e correntes migratórias precisas, esta pesquisa se propôs a analisar como são construídos os relatos do passado para legitimar a presença no território e reivindicá-lo como próprio. Se considerarmos isto em relação aos avanços do capítulo 3, pode-se compreender como a construção da identidade camponesa está estreitamente relacionada com a configuração do território camponês e a diferenciação dos indígenas, pois está presente o distanciamento do *resguardo* como forma de propriedade coletiva da terra. Outro elemento importante na criação das associações está relacionado às

culturas de uso ilícito e as políticas de erradicação forçada, que desde os inícios destas culturas, tem sido a resposta do Estado. Além de não se constituir como uma alternativa real para a solução das problemáticas associadas a estas culturas, a erradicação forçada leva à estigmatização da população. A criação das associações é interpretada pelos camponeses como um ato de resistência à erradicação forçada, na procura de soluções alternativas. Estas propostas, que formam analisadas no capítulo 5, são o meio para negociar com o Estado, reivindicando o reconhecimento dos camponeses e do seu território como condição inicial para a solução das problemáticas associadas às culturas de uso ilícito.

Por outra parte, a violência é outra das constates nos relatos do passado camponês na zona norte do *departamento* do Cauca. É assim que são explicadas as diferentes migrações e movimentação da população. A época da Violência parece não ter tido fim no território camponês. Para eles, é um elemento cotidiano que marca a dinâmica do território, e também a atuação das associações. Isto ficou claro ao abordar as reflexões sobre as problemáticas atuais do território camponês. As culturas de uso ilícito com as conseqüentes políticas de erradicação forçada e a intensificação do conflito armado com a afetação da população rural são os problemas que mais preocupam os camponeses.

A problemática das culturas é assumida com uma atitude reflexiva. O dinheiro não equivale ao bem-estar, e as conseqüências que eles identificam são cada vez mais negativas: a perda da tradição agrícola, a decomposição social, a apatia dos jovens nos processos políticos, a contaminação ambiental e o desmatamento são entendidos por eles como problemas associados à presença destas culturas. E sua origem também tem uma explicação: a atividade agrícola “lícita” não permite sobreviver no campo e, ao não ter apoio estatal, estas culturas ilícitas são a única opção favorável.

As tensões com os indígenas ao redor do acesso à terra e aos serviços de saúde e educação, ainda que não sejam o centro desta pesquisa, também foram considerados para compreender a formação da identidade camponesa, permitindo identificar que esta se dá na interação com o Estado e sua política da diferença. As políticas diferenciadas para os grupos que são oficialmente reconhecidos como étnicos – indígenas e afrodescendentes - estão tendo conseqüências nos territórios compartilhados. Assim, foi possível perceber como as ZRC ganharam sentido na zona norte do *departamento* do Cauca como um referente identitário coletivo para os camponeses da região, e como este fato tem relação direta com os *cabildos* indígenas e os *resguardos* como figura territorial coletiva.

Estas reflexões sobre as culturas de uso ilícito, o conflito armado e as relações com os indígenas são feitas nas oficinas a propósito do desenvolvimento, que no caso das associações

sempre é acompanhado do adjetivo camponês. Assim, a análise feita no capítulo 5 permitiu entender os processos adiantados até agora na construção dos PDC como parte das estratégias e dos argumentos mobilizados pelos camponeses para reivindicar sua identidade como coletivo e legitimar sua presença no território. Além disso, a atuação das associações, que não têm se limitado aos trâmites legais para a o reconhecimento legal das ZRC, está contribuindo para a delimitação do território camponês e para as possibilidades de permanência no território. Estas estratégias identitárias mobilizam uma revalorização do *mestizo*, em contraste com o reconhecido como étnico – especificamente o indígena - pelo Estado.

Em conclusão, a análise do processo de construção da identidade camponesa, a delimitação do “nós, camponeses” a que se propôs esta pesquisa, se preocupou por explicar como são construídos os limites do camponeses como grupo étnico no contexto do reconhecimento do caráter multicultural da nação colombiana. Foram reconhecidas as múltiplas interações dos grupos étnicos entre eles, e deles com o Estado e suas políticas da diferença. Foram identificadas, como eixo central nas estratégias da etnicidade da atuação das associações, a reivindicação pelo acesso à terra e a definição e defesa do território. Assim, se concluiu que nos processos organizativos dos grupos étnicos – se entendemos como tais aos indígenas e camponeses - da zona norte do Cauca, a delimitação dos seus territórios diferenciados é uma questão central.

Esta pesquisa oferece o olhar camponês do território - e sua relação com a construção da identidade - que termina sendo definido pela sua experiência da diferença deste grupo como “intercultural”. Isto por que reconhecem que os territórios não são contínuos e que os limites dos mesmos não são absolutos e sim dinâmicos tanto nas tensões e desacordos, como nas negociações e trabalhos conjuntos. Além disso, se percebeu que na cotidianidade, estes limites são difusos, e se tornam necessárias pesquisas que permitam entender estas complexidades.

Neste conflituoso contexto das experiências diferenciadas do território é onde emergem as diferentes lutas pela identidade. No caso das associações pesquisadas se tornou necessário entender como o desenvolvimento se constitui o meio no qual se negocia com o Estado a possibilidade de apropriação do território e permanência no mesmo. É por isso que na definição e delimitação das ZRC - e sua relação com a definição de identidades diferenciadas no meio rural desta região – deve-se considerar o desenvolvimento destas negociações e também as estratégias da etnicidade dos *cabildos* indígenas na definição do seu território, as duas questões de interesse para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALCALDIA DE MUNICIPIO DE CALOTO. **Esquema de ordenamiento territorial del municipio de Caloto**. Caloto, 2002. Disponível em: <http://www.crc.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=111>. Acesso em: 9 mar. 2011.

ALCALDIA DE MUNICIPIO DE CORINTO. **Esquema de ordenamiento territorial del municipio de Corinto**. Corinto, 2002. Disponível em: <http://www.crc.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=111>. Acesso em: 9 mar. 2011.

ALCALDIA DE MUNICIPIO DE MIRANDA. **Esquema de ordenamiento territorial del municipio de Miranda**. Miranda, 2002. Disponível em: <http://www.crc.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=111>. Acesso em: 9 mar. 2011.

ANDRADE, H. La cartografía social para la planeación participativa: experiencias de planeación con grupos étnicos en Colombia. In: DOCUMENTOS Y LIBROS JURIDICOS COLOMBIANOS. **Juridicol**. [Bogota], 2009. Disponível em: <<http://juridicol.blogspot.com/2009/04/la-cartografia-social-para-la.html>> Acesso em: 9 mar. 2011.

ASOCIACIÓN PRO-CONSTITUCIÓN DE LA ZONA DE RESERVA CAMPESINA DEL MUNICIPIO DE CALOTO. **Propuesta para la formulación del Plan de Desarrollo Campesino de la parte alta del municipio de Caloto (Cauca)**. Caloto, 2010.

ASOCIACIÓN PRO-CONSTITUCIÓN DE LA ZONA DE RESERVA CAMPESINA DEL MUNICIPIO DE CORINTO. **Propuesta para la formulación del Plan de Desarrollo Campesino de la parte alta del municipio de Corinto (Cauca)**. Corinto, 2010.

ASOCIACIÓN PRO-CONSTITUCIÓN DE LA ZONA DE RESERVA CAMPESINA DEL MUNICIPIO DE MIRANDA. **Propuesta para la formulación del Plan de Desarrollo Campesino de la parte alta del municipio de Miranda (Cauca)**. Miranda, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Colombia: una Política de Tierras en Transición**. Bogota, 2004. Disponível em: <http://economia.uniandes.edu.co/investigaciones_y_publicaciones/CEDE/Publicaciones/documentos_cede/2004/colombia_una_politica_de_tierras_en_transicion>. Acesso em: 9 mar. 2011.

BARI, M. La cuestión étnica: Aproximación a los conceptos de grupo étnico, identidad étnica, etnicidad y relaciones interétnicas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 16, p. 149-163, 2002.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOLIVAR, I. (Ed.). **Identidades culturales y formación del estado en Colombia: colonización, naturaleza y cultura**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006.

BOLIVAR, I.; VANEGAS, J. El cultivo de la identidad natural: paisaje, cultura y turismo en Montegro Quindío. In: BOLIVAR, I. (Ed.). **Identidades culturales y formación del estado en Colombia: colonización, naturaleza y cultura**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006. p. 51-113.

BORDA, C. Diversidad étnica y la reconstrucción de identidades: el grupo Mokaná en el departamento del Atlántico, Colombia. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, Amsterdam, n. 83, p. 39-57, abr. 2009.

CHAVES, M. Identidad y representación entre indígenas y colonos de la Amazonia occidental colombiana. In: SOTOMAYOR, M. (Ed.). **Identidad, modernidad y desarrollo**. Bogotá: ICAN-COLCIENCIAS, 1998. p. 283-296.

_____. Jerarquías de color y mestizaje: en la Amazonia occidental colombiana. **Revista Colombiana de Antropología**. Bogotá, n. 38, p. 189-216, 2002.

CHAVES, M.; ZAMBRANO, M. From blanqueamiento to reindigenización: paradoxes of mestizaje and multiculturalism in contemporary Colombia. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, Amsterdam, n. 80, p. 5-23, abr. 2006.

COLOMBIA. Acuerdo n° 024, de 25 de noviembre de 1996. Dispõe sobre critérios de seleção das ZRC. **Diario Oficial da Republica de Colombia**, Bogotá, n. 42963, jan. 1997.

_____. **Constitución Política de Colombia (1991)**. Bogotá: Legis, 1991.

_____. Decreto 1777 de 1 de outubro de 1995 Regulamenta as ZRC. **Diario Oficial da Republica de Colombia**, Bogotá, n. 42800, out. 1996a.

_____. Decreto 2164 de 7 de dezembro de 1995 Regula parcialmente o Capítulo XIV de la Ley 160 de 1994 em relação com as terras indígenas. **Diario Oficial da Republica de Colombia**, Bogotá, n. 1995, dez. 1995a.

_____. Decreto nº 1745, de 12 de outubro 1995. Adota o procedimento para o reconhecimento dos direitos da propriedade coletiva das comunidades negras. **Diario Oficial da Republica de Colombia**, Bogotá, n. 42.049, out. 1995b.

_____. Lei n. 160, de agosto 3 de 1994. Por la cual se crea el Sistema Nacional de Reforma Agraria y Desarrollo Rural Campesino, se establece un subsidio para la adquisición de tierras, se reforma el Instituto Colombiano de la Reforma Agraria y se dictan otras disposiciones. **Diario oficial de la República da Colombia**, Poder Ejecutivo, Bogotá, n. 41.479, ago. 1994.

_____. Lei n. 70, de agosto 3 de 1993. Dispõe dos direitos coletivos das comunidades negras. **Diario oficial de la República da Colombia**, Poder Ejecutivo, Bogotá, n. 41.013, ago. 1993.

_____. Resolución 41 de 24 de septiembre 1996. Dispõe os tamanhos das UAF. **Diario Oficial da Republica de Colombia**, Bogotá, n. 42910, out. 1996b.

COMISIÓN NACIONAL DE SEGUIMIENTO A LA POLITICA PÚBLICA SOBRE DESPLAZAMIENTO FORZADO. **El reto ante la tragedia humanitaria del desplazamiento forzado**: reparar de manera integral El despojo de tierras y Bienes. Bogotá: CODHES, 2010.

_____. **Tercer Informe a la Corte Constitucional**. Bogotá, 2002. Disponível em: <http://www.codhes.org/index.php?option=com_frontpage&Itemid=2>. Acesso em: 9 mar. 2011.

CONSEJO REGIONAL INDIGENA DEL CAUCA. Programa de Educación. Popayán, CRIC 2009. Disponível em: http://www.cricolombia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=6 8 Acesso em: 11 jan. 2010.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. Víctimas emergentes. Desplazamiento, Derechos Humanos y Conflicto Armado en 2008. **CODHES Informa**: Boletín informativo de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento, Bogotá, n. 75, 2009.

DE LEON, I. La identidad como una forma de relación con el Estado: una breve revisión de la Ley 70 de 1993 o Ley de Negritudes. **Borradores de Método**, Bogotá, n. 26, p. 1-35, 2004.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA. **Colombia una nación multicultural**: su diversidad étnica. Bogotá, 2007. Disponible en: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/colombia_nacion.pdf>. Acceso em: 9 mar. 2011.

_____. **La visibilización estadística de los grupos étnicos colombianos**. Bogotá, 2007. Disponible en: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/visibilidad_estadistica_etnicos.pdf>. Acceso em: 9 mar. 2011.

_____. **Libro Censo general 2005**. Bogotá, 2007. Disponible en: <<http://www.dane.gov.co/censo/files/libroCenso2005nacional.pdf>>. Acceso em: 9 mar. 2011

ESCOBAR, A. Antropología y desarrollo. In: **UNESDOC/UNESBIB Base de datos**. 1997. Disponible en <<http://www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.html>>. Acceso em: 1 jul. 2009.

_____. Antropología, globalización y desarrollo In: **OEI Sala de Lectura CTS+I**. 2002. Disponible en: <<http://www.oei.es/salactsi/escobar.htm>>. Acceso em: 1 jul. 2009.

_____. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿Globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Org.). **La Colonialidad del Saber**: eurocentrismo ciencias sociales Perspectivas latinoamericana. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 113 -144.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In MATO, D. (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005a. p. 17-31.

_____. **Más allá del tercer mundo**: globalización y diferencia. Bogotá: ICANH, 2005b.

FAJADRO, D. La colonización de la Macarena en la historia de la frontera agraria. In: MOLANO, A; FAJARDO, D; CARRIZOS, J. (Org.). **La colonización de la reserva de la Macarena**: yo le digo una de las cosas... Bogotá: Presencia, 1989. p. 185-204.

_____. Las Zonas de Reserva Campesina: ¿Estrategia de Desarrollo Regional y contra el Desplazamiento? In: **Mamacoca**. Bogotá, 2000. Disponible em:

<http://www.mamacoca.org/FSMT_sept_2003/es/ebook/Compendio%20regional/Dario_Fajardo%20.htm>. Acesso em: 9 mar. 2011.

GAMARRA, J. La economía del departamento del Cauca: concentración de tierras y pobreza. **Documentos de trabajo sobre economía regional**, Bogotá, n. 95, 2007. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/documentos/publicaciones/regional/documentos/DTSER-95.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

GARCIA, A. Identidades y representaciones sociales: la construcción de las minorías. **Nómadas: Revista crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, Madrid, v. 18, n. 2, não-paginado, 2008.

_____. **La construcción sociocultural del racismo**. Madrid: Dykinson, 2004.

GROSS, E. Ser diferente por (para) ser moderno, o las paradojas de la identidad: Algunas reflexiones sobre la construcción de una nueva frontera étnica en América Latina. **Análisis Político**, Bogotá, n. 36, p. 2-20, jan. 2009.

GUPTA, A. “Imagining nations”. In: NUGENT, D.; VINCENT, J. **A companion to the anthropology of politics**. Oxford: Blackwell, 2007. p. 267-281.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Anthropological Locations: Bondauries and a Grounds of a field science**. Berkeley: University California Press, 1997.

_____. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

IKV PAX CHRISTI. **Hacia una solución de la problemática de la tenencia de la tierra en el norte del Cauca**. Holanda, 2008. Disponível em: <<http://www.ikvpaxchristi.nl/files/Documenten/LA%20Colombia/informe%20tenencia%20de%20la%20tierra%20klein.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL. **Diagnostico preliminar: Zonas de reserva campesina**. 2010. Apresentação em Power Point.

INSTITUTO COLOMBIANO DE REFORMA AGRARIA. **Colombia: tierra y paz: experiencias y caminos para la reforma agraria alternativas para el siglo XXI**. Bogota: IICA, 2002.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. **Uso adecuado y conflictos de uso de las tierras en Colombia**. Bogotá: IGAC, 2004.

JENKINS, R. **Social identity**. London: Routledge, 1996.

JUSTICIA Y PAZ; CINEP. **Tramoya: Derechos Humanos y Palma en Jiguamiandó y Curvaradó**. Bogotá: Justicia y Paz, 2005.

LOSONCZY, A. El criollo y el mestizo: del sustantivo al adjetivo: categorías de apariencia y de pertenencia en la Colombia del ayer y de hoy. In: DE LA CADENA, M. (Org.). **Formaciones de indianidad: articulaciones raciales, mestizaje y nación en América Latina**. Popayán: Envió, 2007. p. 261-277.

MOLANO, A. Un análisis desde el Magdalena Medio Zonas de Reserva Campesina. **El Espectador**, Bogotá, sep. 2010. Sección Política. Disponible em: <<http://www.elespectador.com/impreso/politica/articuloimpreso-222582-zonas-de-reserva-campesina>>. Acceso em: 9 mar. 2011.

MONDRAGON, H. **Expresión y propuestas del campesinado**. Bogotá, 2003. Disponible em: <http://www.kus.uu.se/CF/politicas/actor_campesino.pdf>. Acceso em: 9 mar. 2011.

MOTA, N. Territorios e identidades. **Historia y espacio**, Cali, n. 26, p. 91-108, 2006.

OLIVEIRA, R. C. **Etnicidad y estructura social**. México: CIESAS, 1982.

ORTIZ, E. et al. **Zonas de Reserva Campesina: Aprendizaje e innovación para el Desarrollo Rural**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2004.

RESTREPO, L. C. **Etnicidad y nación: el desafío de la diversidad en Colombia**. Cali: Universidad del Valle, 2007.

RIAÑO, P. Recuerdos metodológicos: el taller y la investigación etnográfica. **Estudios sobre culturas contemporáneas**, México, n. 10, p. 15-30, dez. 2000.

RINCON, J. Diversos y comunes: elementos constitutivos del conflicto entre comunidades indígenas, campesinas y afrocolombianas en el departamento del Cauca. **Análisis Político**, Bogotá, v. 22, n. 65, p. 40- 67, jan./apr. 2009.

RUIZ, D. Nuevas formas de ser negro: consideraciones sobre las identidades entre la gente chilapa y negra en el Bajo Atrato Colombiano. In: BOLIVAR, I. (Ed.). **Identidades culturales y formación del estado en Colombia: colonización, naturaleza y cultura**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006. p. 209-244.

SALGADO, C. **Los campesinos imaginados**. Bogota: ILSA, 2006. (Cuadernos Tierra y Justicia, n. 6).

VASQUEZ, M. De repúblicas independientes a zona de despeje. Identidades y Estado en los márgenes. In: BOLIVAR, I. (Ed.). **Identidades culturales y formación del estado en Colombia**: colonización, naturaleza y cultura. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006. p. 119-2003.

VÁZQUEZ, H. **Procesos identitarios y exclusión sociocultural**: la cuestión indígena. Buenos Aires: Biblos, 2000.

VEGA, J. C. La jurisprudencia como campo de reflexión de la diversidad cultural: apropiación jurídica de nociones culturales. **Universitas Humanista**, Bogotá, n. 62, 205-238, 2006.

VIOLA, A. **Antropología del desarrollo**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

WADE, P. Identidad racial y nacionalismo: una visión teórica de Latinoamérica. In: DE LA CADENA, M. (Org.). **Formaciones de indianidad**: articulaciones raciales, mestizaje y nación en América Latina. Popayán: Enviación, 2007. p. 379-402.

_____. Raza y etnicidad en Latinoamérica. Quito: Abya-yala, 1997.

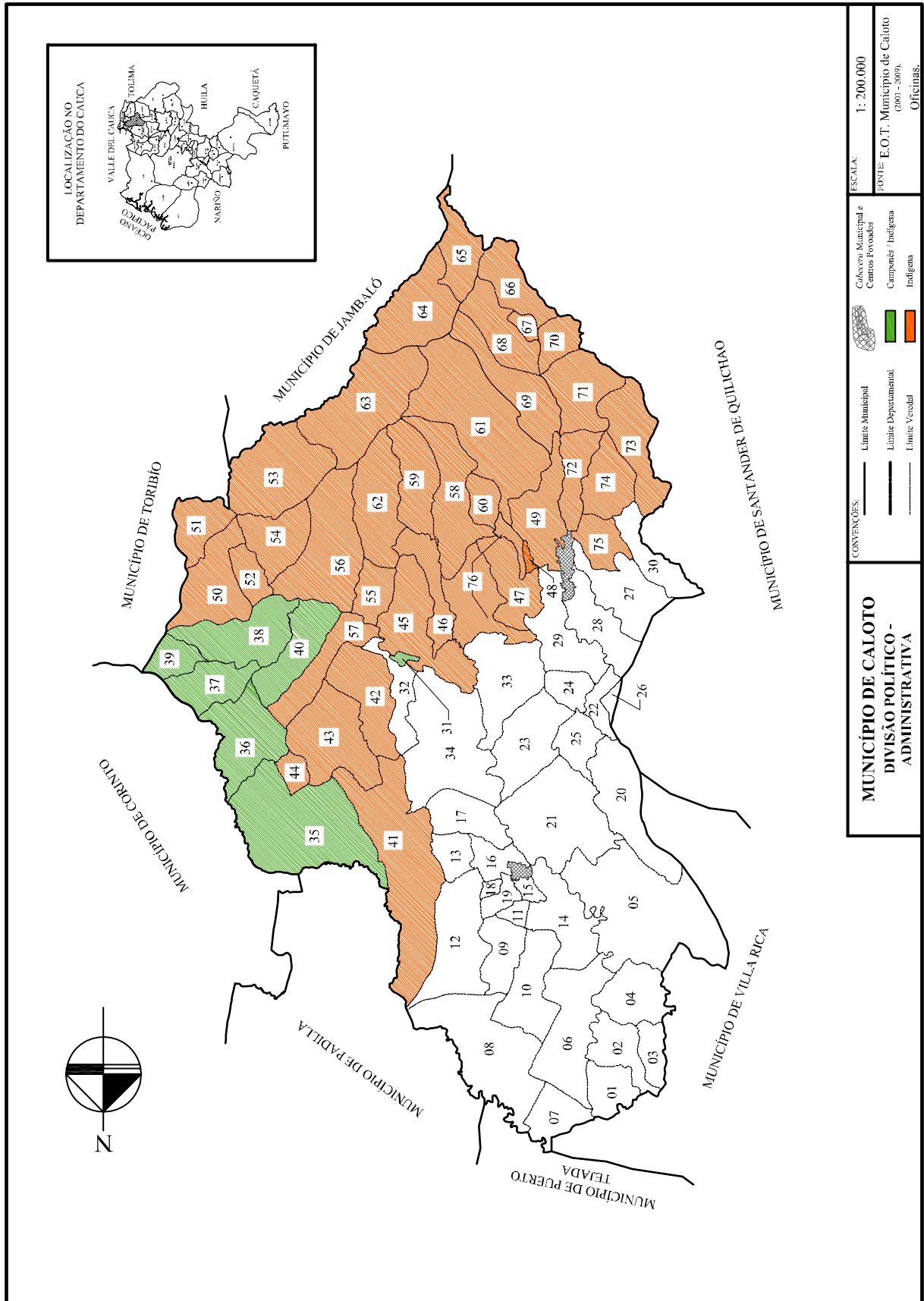
_____. Repensando el mestizaje. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, n. 39, p. 273-296, 2002.

ZAMBRANO, C. (Ed.). **Hombres de páramo y montaña, los yanaconas del macizo colombiano**. Bogota: ICAN, 1993.

_____. Conflicto y cambio en el proceso de modernización del macizo colombiano: un caso de alteridad étnica. In: SOTOMAYOR, M. L. S. (Ed.). **Modernidad, identidad y desarrollo**: construcción de sociedad y re-creación cultural en contextos de modernización. Bogota: ICANH, 1998. p. 379-397.

_____. La inacabada y porfiada construcción del pasado: política, arqueología y producción de sentido en el macizo colombiano. In: GNECCO, C.; ZAMBRANO (Ed.). **Memorias hegemónicas, memorias disidentes**: el pasado como política de la historia. Bogotá: ICAN, Universidad del Cauca, 2000. p. 195-229.

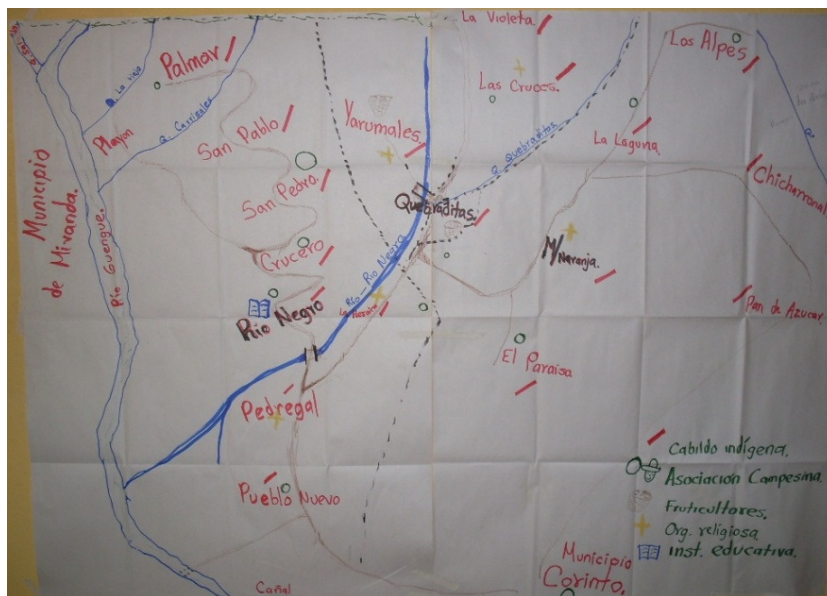
APÊNDICE B – Território camponês e território indígena em Caloto na percepção dos camponeses



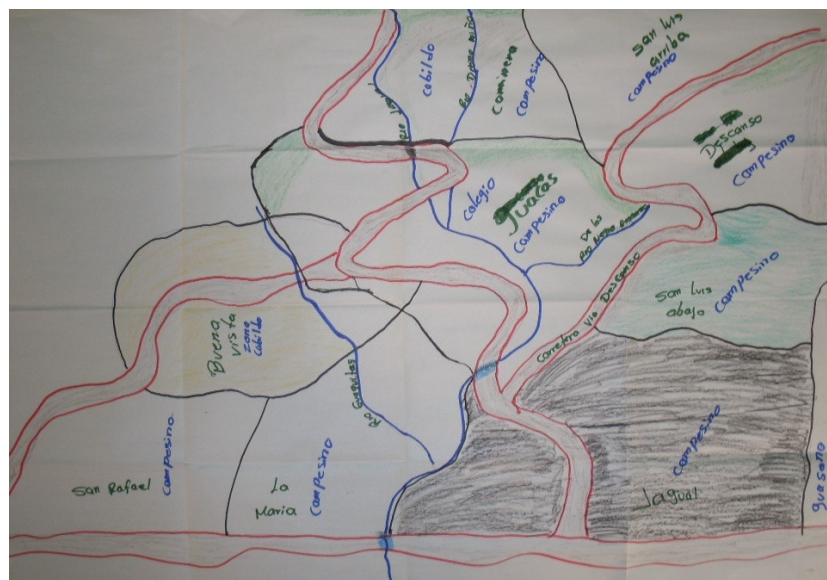
TERRITÓRIO INDÍGENA		
<i>RESGUARDO</i>	<i>VEREDA</i>	No.
López Adentro	López Adentro	41
	Pílamo Alto	42
	Guabito	43
	Vista Hermosa	44
Huellas	El Nilo	45
	La Trampa	46
	Bodega Alta	47
	La Selva	48
	Dominga Alta	49
	El Credo	50
	Tierrero	51
	Pajarito	52
	Carpintero	53
	La Guinea	54
	La Buitrera	55
	Los Chorros	56
	Porvenir	57
	El Chocho	58
	El Arrayán	59
	Guadualito	60
	Huellas	61
	Guataba	62
	Loma Pelada	63
	El Socorro	64
	La Placa	65
	Campo Alegre	66
	Alta Mira	67
	La Estrella	68
	Nápoles	69
	El Poblado	70
	La Palomera	71
Morales - Arrozal	72	
Las Aguas	73	
Paraíso - Alba - Los Alpes	74	
Marañón	75	
Tóez	Tóez	76

TERRITÓRIO CAMPONÊS		
<i>CORREGIMIENTO</i>	<i>VEREDA</i>	No.
El Palo	El Palo	31
Huasanó	Huasanó	35
	La Cuchilla	36
	El Placer	37
	El Pedregal	38
	EL Vergel	39
	Venadillo	40

APÊNDICE C - Desenhos território camponês do município de Corinto

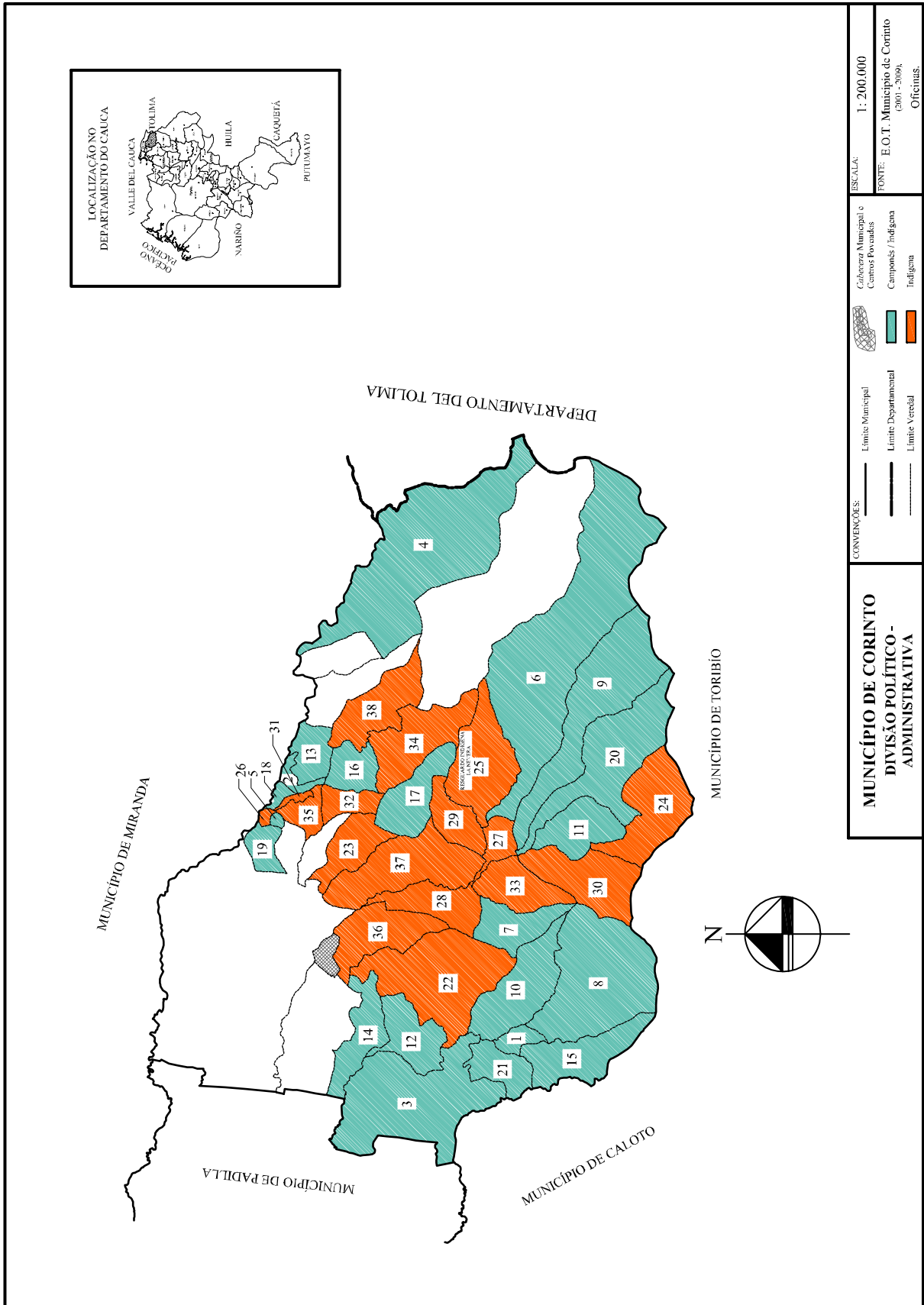


Desenho Corinto 1 Rio Negro



Desenho Corinto 2 El Jagual

APÊNDICE D - Território camponês e território indígena em Corinto na percepção dos camponeses

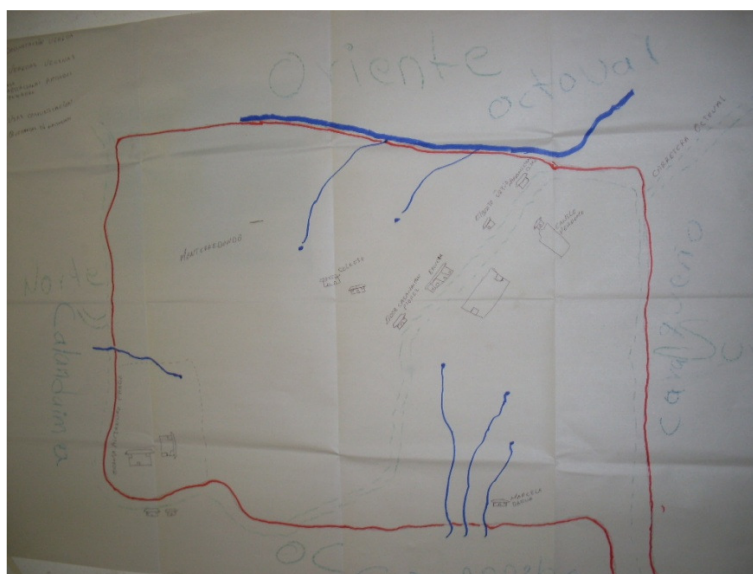


TERRITÓRIO INDÍGENA - CAMPONÊS	
<i>VEREDA</i>	No.
El Descanso	1
El Crucero	2
El Jagual	3
El Palmar	4
El Paraíso	5
El Silencio	6
La Capilla	7
La Cominera	8
La Cristalina	9
Las Guacas	10
Los Andes	11
La María	12
San Pedro	13
San Rafael	14
San Luis Arriba	15
Quebraditas	16
Los Alpes	17
Río Negro	18
Pueblo Nuevo	19
Palo Negro	20
San Luis Abajo	21

TERRITÓRIO INDÍGENA	
<i>VEREDA</i>	No.
Buena Vista	22
Chicharronal	23
El Boquerón - Santa Marta	24
El Danubio	25
El Pedregal	26
Carrizales	27
La Cima	28
La Esmeralda	29
La Esther - La Unión	30
La Heróica	31
La Laguna	32
La Siberia	33
Las Cruces	34
Media Naranja	35
Mira Valle	36
Santa Helena	37
Yarumal	38

APENDICE E - Desenhos território camponês do município de Miranda

Desenho Miranda 1



Desenho Miranda 2

APÊNDICE F - Território camponês e território indígena em Miranda na percepção dos camponeses

